



A certificação florestal como instrumento político

Miguel Álvares Lupi Caetano

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais

Orientador: Professor Doutor Pedro César Ochôa de Carvalho

Júri:

Presidente: Doutora Maria Helena Reis de Noronha Ribeiro de Almeida,
Professora Associada, Instituto Superior de Agronomia da
Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutor Pedro César Ochôa de Carvalho, Professor Auxiliar,
Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de
Lisboa;

Doutora Vera Figueiredo Santos, na qualidade de especialista.

Lisboa, 2011

O Instituto Superior de Agronomia não se responsabiliza pelas ideias expressas neste relatório.

Agradecimentos

A dissertação que aqui apresento não representa por si só o resultado das horas de estudo, de trabalho, de esforço e de muitos outros aspectos que fizeram parte do meu percurso académico desde o início. Existem muitas pessoas que participaram no meu crescimento como indivíduo e como profissional nestes 8 anos de Agronomia e às quais dedico este trabalho e quero agradecer todo o seu contributo para hoje me sentir realizado e para dar mais um passo em frente no trajecto pessoal e profissional que estou a percorrer.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha família. Agradeço aos meus pais o apoio incondicional que me deram e sempre me darão, sem eles nada disto era possível. Agradeço ao meu irmão Francisco e à minha irmã Isabel por todo o companheirismo e amizade que nutrimos. Agradeço aos meus avós por todos os valores e filosofia de vida que me transmitiram e que adoptei, tornando-me desta forma numa pessoa que olha e olhará sempre para todos os obstáculos na vida com optimismo e com um sorriso na cara. Agradeço também ao meu tio Luís Rochartre, não só por ser meu colega florestal mas também por ser um exemplo para mim, considerando obviamente que escolhi seguir esta área por causa deste facto; e ao meu tio Diogo Lupi Caetano, por me fazer ver que o trabalho, por mais perfeito que esteja, nunca é suficiente. Agradeço também aos meus primos pela atitude positiva e pelo carinho e amizade.

Em segundo lugar agradeço ao meu orientador, o Professor Pedro Ôchoa de Carvalho, por me ter aceitado como orientando, e obviamente por ter orientado este trabalho que foi desenvolvido em tempo recorde. Agradeço também a todos os professores e colegas com quem me cruzei durante o percurso académico, e aos meus colegas que fizeram parte da mesma direcção da AEISA.

Em terceiro lugar agradeço a todos os colegas e amigos da PROCESL, pela oportunidade que me proporcionaram de trabalhar na área de projecto, num ambiente fenomenal que me permitiu potenciar as minhas capacidades de modo a estar actualmente dotado do conhecimento necessário para realizar qualquer tipo de trabalho na área florestal. Quero agradecer especialmente ao meu amigo e colega florestal Nuno Leandro, não só pelas oportunidades e amizade, mas também por ter sido um exemplo para mim no seu percurso académico e profissional.

Em quarto lugar quero agradecer a todos os meus amigos, seria preciso mais uma página para escrever os nomes de todos, mas vou resumir. Aos meus colegas de casa na Ajuda, Rita, Sandro e Billy, que foram e serão sempre como irmãos para mim; à malta de Setúbal, Luís, André, Duarte, Renato, Diana, Lara, Manel, por todos os momentos que já contam 10 anos de amizade; ao pessoal das TREVAS, Bruce, Guerras, Rocheta, Feitor, Marco, por tudo e mais alguma coisa, podia escrever outra dissertação sobre o que passámos juntos; ao Mora, Bozo, Rufus, Macedo, Magriço, Arruda, Bruno e por fim Miguelito, bom homem, companheiro de guerra, por tudo o que passámos juntos!

Por último agradeço-te a ti Margarida, sem o teu amor e suporte nada disto seria possível.

Resumo

A certificação florestal é um instrumento baseado no mercado e de adesão voluntária que surgiu no início dos anos 90. Os esquemas de certificação florestal são sustentados através do apoio dos consumidores de modo a garantir que os produtos florestais se encontram de acordo com as suas regras, desde a floresta de onde são originários até ao seu uso final. Estes esquemas mantêm a sua credibilidade perante utilizadores e consumidores, através de processos de auditoria, avaliações e monitorizações rigorosas independentes. A certificação florestal também é vista como um incentivo político e económico indirecto para a melhoria da gestão florestal, separado dos mecanismos tradicionais do Estado. 20 anos após a sua origem, expansão e evolução até ao modelo actual, será avaliado neste trabalho o impacte da sua governança, dos processos de certificação e acreditação no sector florestal mundial, e prever o seu estado num futuro próximo. Em Portugal, enquadra-se o estado da certificação florestal que iniciou há cerca de 10 anos, analisa-se a sua evolução nesse período e a situação actual de integração no sector florestal português.

Palavras-chave: certificação, floresta, política, economia, gestão, sustentabilidade

Abstract

Forest certification is a voluntary market-based instrument that emerged in the 1990's. Forest certification systems are sustained through consumer support to ensure that forest products meet their standards and regulations, from the forest, through the supply chain, to its end use. These systems maintain credibility to users and consumers through independent and accurate audits, assessments and monitoring processes. Forest certification is also seen as an indirect political and economic incentive to forest management improvement, segregated from the traditional state mechanisms. 20 years after its emergence, expansion and evolution to its current model, the impacts of its governance, certification and accreditation processes are assessed in the forest sector worldwide and forecast to a nearby future. Forest certification has been active in Portugal for nearly 10 years and its evolution and integration within the Portuguese forest sector are assessed in this work as well.

Keywords: certification, forest, policy, economy, management, sustainability

Abstract Extended

Forest certification emerged as a response to the mid 1980's forest crisis, when humanity took consciousness of the deforestation rate observed in tropical forests and with illegal logging increase. Following the Earth Summit in 1992, in Rio de Janeiro, where no global action took place to address this question, several non-governmental organizations decided to move themselves towards creating a policy instrument that would decrease those deforestation rates observed. A voluntary market-based instrument was then put in place, using consumer environmental awareness to make forest owners and organizations subscribe the initiative. Based on rigorous and independent audits, assessments and monitoring of forest management practices, and awarding a product label for that effect, forest certification appeared.

Forest certification systems are maintained on auditing and controlling forest management and chain-of-custody processes, with the result of an increasing value on forest products allowing consumers to choose between eco-labeled credible products and other products. These systems basically consist on four elements: standards, certification, accreditation and product claims. Cost-effectiveness in the process is an important subject on forest certification as it is a voluntary instrument. Governance is mainly done through participation on standard-setting and decision-making processes by defining a degree of transparency to stakeholders and consumers and credibility is achieved when an open participation process to all stakeholders takes place both in standard-setting and decision making.

Forest certification schemes operate in promoting sustainable forest management and awarding good forest stewardship. Since the emergence of forest certification, two major accountable forest schemes aroused at both national and international levels. On one hand, Forest Stewardship Council works as a centralized independent certification body with an interim performance-based standard. Actually FSC's sustainable forest management certification is present on 79 countries in about 141 million hectares of certified forest. On the other hand PEFC began as a pan-European certification scheme and it evolved to an organization that endorses system-based national-level forest certification standards by mutual recognition in a global label. Today, PEFC's sustainable forest management is the largest forest certification scheme, present in 27 countries, certifying about 241 million hectares of forest.

Portugal appears as an interesting case study in forest certification matters, considering 85% of forests are owned by non-industrial private owners, in about 400 000 properties. Considering property dimension it becomes cost-ineffective to adopt forest certification in this case. Forest certification in Portugal is quite recent (about 5 to 10 years since it emerged), but both FSC and PEFC are active in promoting sustainable forest management in the Portuguese forest sector, certifying mainly industry ownership. Several projects to address both small and family ownership and to promote cost-effectiveness in the certification process have come to place recently such as the FSC's Small and Low Intensity Managed Forests and Certification of Forest Contractors, and both are applied to Portugal.

Índice

LISTA DE QUADROS	ix
LISTA DE FIGURAS.....	x
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xii
1. Introdução.....	1
2. A certificação florestal como instrumento de governança.....	2
2.1. Background para o desenvolvimento da certificação florestal	2
2.2. Objectivos da certificação florestal.....	4
2.3. Elementos da certificação florestal.....	4
2.4. Custos e benefícios da certificação florestal.....	6
2.4.1. Custos	6
2.4.2. Benefícios.....	7
2.5. Esquemas de certificação florestal.....	9
2.5.1. Normas.....	11
2.5.2. Certificação.....	14
2.5.3. Acreditação.....	15
3. A globalização da certificação florestal	17
3.1. Implementação de esquemas de certificação internacionais.....	17
3.1.1. <i>Forest Stewardship Council</i> (FSC).....	17
3.1.2. <i>Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes</i> (PEFC)	33
3.2. Avaliação de desempenho de esquemas de certificação florestal	45
3.3. A governança da certificação florestal	47

4. A integração da certificação florestal em Portugal.....	49
4.1. A floresta portuguesa	49
4.2. Contexto macroeconómico do sector florestal português	51
4.3. Enquadramento político do sector florestal português.....	55
4.4. A certificação florestal em Portugal.....	57
4.4.1. FSC Portugal	57
4.4.2. Norma Portuguesa NP 4406	62
4.4.3. PEFC Portugal.....	64
5. Conclusão.....	67
6. Referências bibliográficas	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 - Membros do <i>Forest Stewardship Council</i> por câmara e subsecção	22
Quadro 3.2 - Normas internacionais PEFC.....	38
Quadro 3.3 - Guias PEFC	39
Quadro 4.1 - Evolução dos valores do balanço comercial na fileira florestal em Portugal no período 2000-2010	52
Quadro 4.2 - Evolução dos valores das importações na fileira florestal em Portugal no período 2000-2010.....	53
Quadro 4.3 - Evolução dos valores das exportações na fileira florestal em Portugal no período 2000-2010.....	53
Quadro 4.4 - Primeiras leis florestais a serem promulgadas em Portugal.....	55
Quadro 4.5 - Certificados PEFC atribuídos à gestão florestal sustentável em Portugal	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 - Esquema do processo produtivo florestal integrado com a certificação da gestão florestal e da certificação da cadeia de custódia.	5
Figura 2.2 - Elementos de um esquema de certificação florestal e sua interacção.....	10
Figura 2.3 - Distribuição dos interesses envolvidos no processo de participação durante o desenvolvimento da norma.	12
Figura 2.4 - Distribuição dos interesses envolvidos no processo de tomada de decisão durante o desenvolvimento da norma.	13
Figura 2.5 - Componentes que fazem parte de um sistema de acreditação	16
Figura 3.1 - Logotipo do FSC	17
Figura 3.2 - Poder de voto relativo dos membros da Assembleia Geral do FSC	20
Figura 3.3 - Distribuição da área e do número de certificados FSC por região.....	27
Figura 3.4 - Evolução da área total certificada pelo FSC.....	28
Figura 3.5 - Evolução do número de certificados da cadeia de custódia pelo FSC	28
Figura 3.6 - Distribuição da área certificada pelo FSC por detentor da propriedade	29
Figura 3.7 - Distribuição do número de certificados FSC por detentor da propriedade	30
Figura 3.8 - Distribuição da área certificada pelo FSC pela natureza da gestão.....	30
Figura 3.9 - Distribuição do número de certificados FSC pela natureza da gestão	31
Figura 3.10 - Distribuição da área certificada pelo FSC por tipo de floresta	31
Figura 3.11 - Distribuição do número de certificados FSC por tipo de floresta	32
Figura 3.12 - Área total certificada pelas normas nacionais/regionais do FSC	33
Figura 3.13 - Logotipo do PEFC.....	33
Figura 3.14 - Estrutura da documentação técnica do PEFC.....	38
Figura 3.15 - Processo de reconhecimento de esquemas de certificação nacionais pelo PEFC	40
Figura 3.16 - Distribuição da área e do número de certificados PEFC por região	42

Figura 3.17 - Distribuição da área certificada pelo PEFC por país	43
Figura 3.18 - Distribuição do número de certificados da cadeia de custódia PEFC por país.....	43
Figura 3.19 - Evolução anual da área certificada pelo PEFC	44
Figura 3.20 - Evolução anual de certificados de cadeia de custódia PEFC	45
Figura 4.1 - Distribuição relativa das espécies florestais em Portugal	50
Figura 4.2 - Distribuição relativa da propriedade florestal em Portugal	50
Figura 4.3 - Importância relativa das exportações das fileiras florestais portuguesas	52
Figura 4.4 - Evolução do ganho médio nas fileiras florestais portuguesas (média calculada a partir do valor médio disponibilizado em cada concelho).....	54
Figura 4.5 - Evolução da área certificada pelo FSC em Portugal	60
Figura 4.6 - Evolução anual e acumulada do número de certificados de cadeia de custódia FSC em Portugal	61
Figura 4.7 - Evolução da área certificada por pequenos proprietários em Portugal através do referencial FSC.....	61
Figura 4.8 - Ciclo da qualidade total de Deming	63

LISTA DE ABREVIATURAS

AFN	Autoridade Florestal Nacional
AGFR	Associação para uma Gestão Florestal Responsável
ANEFA	Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
ATFS	<i>American Tree Farm System</i>
CFFP	Conselho da Fileira Florestal Portuguesa
CSASFM	<i>Canadian Standards Association Sustainable Forest Management</i>
DGF	Direcção-Geral das Florestas
DGRF	Direcção-Geral dos Recursos Florestais
ECE	Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa
ENF	Estratégia Nacional para as Florestas
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FFP	Fundo Florestal Permanente
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
IEC	<i>International Electrotechnical Commission</i>
IPAC	Instituto Português de Acreditação
IPQ	Instituto Português da Qualidade
ISO	<i>International Standardization Organization</i>
ITTO	<i>International Tropical Timber Organization</i>
NP4406	Norma Portuguesa NP 4406:2003 - Sistemas de gestão florestal sustentável. Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável
ONG	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PEFC	<i>Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes</i>
SFI	<i>Sustainable Forestry Initiative</i>
SLIMF	<i>Small and Low Intensity Managed Forests</i>
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>
ZIF	Zonas de Intervenção Florestal

1. Introdução

Há alguns anos, organizações não-governamentais (ONG) nacionais e transnacionais criaram entidades privadas para definir normas cujo propósito se baseava no reconhecimento oficial da prática da gestão florestal sustentável por parte de organizações e proprietários florestais. Abstendo-se dos processos tradicionais e autoridade dos Estados, estas entidades voltaram-se para o mercado, solicitando o apoio dos consumidores para que os produtos florestais se apresentassem de acordo com as suas regras (Cashore, Auld e Newsom, 2003).

Os esquemas de certificação utilizam auditores independentes para verificar e monitorizar a conformidade da gestão florestal praticada com um conjunto de normas definidas. Os titulares dos certificados, por sua vez, utilizam esses “rótulos verdes” para diferenciarem os seus produtos no mercado, como geridos de forma responsável (Overdevest e Rickenbach, 2006).

A certificação florestal é vista como um incentivo económico indirecto para a melhoria da gestão florestal. Originária no início dos anos 90 e suportada por ONG ambientais, a certificação florestal tornou-se num dos mais controversos tópicos de discussão sobre política florestal, e os benefícios que proporciona aos proprietários florestais têm constantemente questionados (Elliot e Schlaepfer, 2001).

Esta dissertação aborda de forma objectiva o funcionamento da certificação florestal como instrumento político 20 anos após o seu aparecimento e início das actividades. Na primeira parte é elaborada uma revisão às causas da necessidade da emergência da certificação, seguido de uma descrição dos objectivos e processos que a compõem, dos elementos que a caracterizam e dos actores envolvidos, dos custos e benefícios associados ao processo, da estrutura e funcionamento dos esquemas de certificação florestal, e da governança sectorial que este instrumento permite.

Na segunda parte é realizada uma caracterização dos esquemas de certificação reconhecidos internacionalmente ao nível da sua origem, dos membros filiados e participantes em geral, do seu financiamento, e das suas finalidades ou objectivos. Estes são ainda analisados na perspectiva da sua estrutura institucional, das normas, princípios e critérios nos quais baseiam a sua governança, e nos processos de certificação e acreditação envolvidos. No final, o impacte destes esquemas de certificação no mundo é abordado recorrendo à análise dos resultados de área certificada e certificados de cadeia de custódia emitidos, de acordo com a sua distribuição e evolução

Na última parte faz-se a integração deste instrumento na política florestal portuguesa e o ponto de situação da implementação dos esquemas de certificação florestal em Portugal.

2. A certificação florestal como instrumento de governança

2.1. Background para o desenvolvimento da certificação florestal

A rotulagem de produtos da madeira com um selo de qualidade remonta a um decreto real francês de 1637, que estipulava que os membros da guilda dos marceneiros tinham de marcar as peças de mobiliário que faziam (Pradère, 1989). Nos anos 90 e sob o nome de “certificação florestal”, emergiram outras formas de rotulagem de produtos florestais, com o objectivo de identificar os produtos das florestas sob gestão responsável (Elliot, 2000).

Os eventos que levaram ao aparecimento da certificação florestal traduziram-se na consciência do aumento da deflorestação e da degradação das florestas durante os anos 80 e na vontade de criar um instrumento político que travasse este processo. Os problemas principais e que foram classificados segundo as duas categorias acima mencionadas tiveram origem na deflorestação das florestas virgens tropicais, na perda de florestas de crescimento lento nas zonas temperadas e boreais, nas ameaças à biodiversidade e funções ecológicas das florestas, e na violação dos direitos de propriedade das populações indígenas. Para justificar este pressuposto, de acordo com os dados da *Food and Agriculture Organization* (FAO) (FAO, 1995), o ritmo de deflorestação nos anos 80 foi de 10,3 milhões de hectares anuais e a perda de coberto florestal no período 1960-1990 foi estimada em cerca de 450 milhões de hectares. As perdas de floresta e o elevado grau de deflorestação estavam localizados essencialmente nos países em vias de desenvolvimento.

Com a tomada de consciência global do problema da deflorestação, a atenção voltou-se para as florestas tropicais, com a publicação de diversas avaliações, maioritariamente conduzidas pela FAO, criando pressão sobre os governos e entidades internacionais para tomarem medidas de conservação das florestas. Esta pressão levou à criação de um número de respostas políticas no decorrer dos anos 80 com a execução do *Tropical Forestry Action Plan* em 1985 e a criação da *International Tropical Timber Organization* (ITTO) em 1986, organizações criadas não só com o objectivo de financiar e fornecer assistência técnica a projectos em países em vias de desenvolvimento, mas também para participarem activamente na promoção de reformas políticas nesses países (Elliot, 2000).

No entanto, a criação destas organizações não levou a mudanças significativas na gestão florestal e no ritmo de deflorestação, o que levou diversas ONG, a FAO, o Programa de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial a uma situação de alarme e a gritar por uma reforma urgente que envolvesse colaboração internacional para a promoção da conservação das florestas. Deste modo, as organizações referidas e outros grupos ambientais instaram a ITTO a implementar um programa de rotulagem para identificar madeira tropical produzida de forma sustentável. Outra proposta que surgiu foi a hipótese de uma Convenção Florestal Global, suportada e apoiada pelos países do G-7 mas esta foi rapidamente abandonada meses antes da Cimeira da Terra devido à oposição dos países do G-77 em vias de desenvolvimento (Perera e Vlosky, 2006).

Em 1990 teve lugar na Califórnia, Estados Unidos da América, a primeira reunião de um grupo representado por diversas partes interessadas do sector florestal, neste caso participantes da indústria, comerciantes e representantes de organizações ambientais e de direitos humanos. Este grupo tinha em comum o facto de ter identificado a necessidade da existência de um sistema credível, que pudesse reconhecer florestas bem geridas como fonte de produtos florestais obtidos de forma sustentável. Nessa reunião foi acordado que este sistema seria baseado num consenso global do significado de boa gestão florestal.

A partir deste momento, e antes da Cimeira da Terra da ONU em 1992, foi iniciado um processo consultivo intensivo em 10 países que pudessem suportar a criação de um sistema mundial de certificação e acreditação, e que fosse capaz de cobrir todos os tipos de floresta, independente da propriedade das mesmas ou da sua localização geográfica, incluindo quer as florestas naturais, quer as plantações florestais (FSC, 2011a).

Em 1992, teve lugar a Cimeira da Terra da ONU no Rio de Janeiro, num esforço global para lutar contra os problemas que afectam o ambiente e o desenvolvimento sustentável. Apesar de não ter surgido nenhum acordo ou compromisso legal internacional, os princípios florestais que constavam da agenda 21 foram um primeiro passo na criação de critérios e indicadores para avaliar a gestão florestal sustentável. Quando a Cimeira da Terra falhou em criar um instrumento florestal juridicamente vinculativo, o *Forest Stewardship Council* (FSC) decidiu prosseguir a sua agenda de forma independente das entidades públicas internacionais existentes (Maguire, 2010). O conceito inicial seria direccionado apenas para as florestas tropicais mas entretanto expandiu-se a todos os tipos de floresta.

Como resultado das Conferências Ministeriais Europeias para a Protecção da Floresta de 1993 e 1998, o *Programme for Endorsement of Forest Certification Schemes* (PEFC) foi então fundado por organizações nacionais provenientes de 11 países, (PEFC, 2011a). Representando uma vasta gama de interesses na promoção da gestão florestal sustentável numa organização internacional tutelar, o PEFC surgiu como resposta aos requisitos específicos dos pequenos proprietários florestais e proprietários florestais familiares, fornecendo avaliações independentes e o reconhecimento de esquemas de certificação florestal nacionais. O PEFC surgiu com o objectivo de oferecer uma resposta à necessidade da existência de um mecanismo que permitisse o desenvolvimento independente de normas nacionais adaptadas às realidades políticas, económicas, sociais, ambientais e culturais dos respectivos países, e assegurando ao mesmo tempo a conformidade com critérios aceites internacionalmente e o reconhecimento global.

Os primeiros esquemas de certificação florestal nacionais foram reconhecidos em 2000, permitindo a proprietários e gestores florestais na Finlândia, Suécia, Noruega, Alemanha e Áustria a certificação das suas práticas responsáveis de gestão florestal. Após ter sido atribuído um aval positivo a esquemas de certificação na Europa, as normas nacionais australiana e chilena tornaram-se nas primeiras normas não-europeias a receber um aval do PEFC em 2004.

2.2. Objectivos da certificação florestal

À partida são identificáveis na literatura sobre o tema, dois objectivos fundamentais da certificação florestal que são: melhorar a qualidade ambiental, económica e social da gestão florestal; e assegurar o acesso ao mercado a produtos certificados, particularmente os mercados mais sensíveis do ponto de vista ecológico e com elevada consciencialização ambiental (Elliot, 2000).

No entanto, também é possível identificar objectivos secundários na certificação florestal, sendo que estes variam de esquema para esquema, atribuindo maior ou menor ênfase a cada um dos pilares do desenvolvimento sustentável. Alguns exemplos apresentam-se de seguida:

- ✓ Controlo melhorado das operações florestais;
- ✓ Redução do abate ilegal das florestas;
- ✓ Recuperação de direitos e impostos quer para os proprietários, quer para o Estado;
- ✓ Aumento na transferência de fundos para a gestão florestal;
- ✓ Atribuição de um valor ambiental nos custos da madeira no mercado;
- ✓ Motivação para o investimento nas indústrias de processamento de material lenhoso;
- ✓ Aumento da produtividade e diminuição dos custos de processamento da indústria;
- ✓ Melhoria na cadeia de produção desde a floresta até ao consumidor final;
- ✓ Maior transparência na gestão florestal e no comércio.

2.3. Elementos da certificação florestal

A certificação florestal é um processo que resulta num certificado emitido por uma terceira parte independente, que comprova a localização e o estado da gestão numa determinada floresta geradora de produtos e serviços florestais. Normalmente envolve duas componentes:

1. **Certificação da gestão florestal**, que envolve a fiscalização da gestão florestal no campo para verificar a conformidade com as normas específicas, e uma revisão de documentos relevantes como por exemplo planos de gestão florestal, planos operacionais, inventários florestais, etc. A certificação da gestão florestal pode ser efectuada a vários níveis, desde a unidade de gestão, a região ou o país. Actualmente este tipo de certificação está associado à certificação da gestão florestal sustentável pelos esquemas ou referenciais de certificação em actividade;

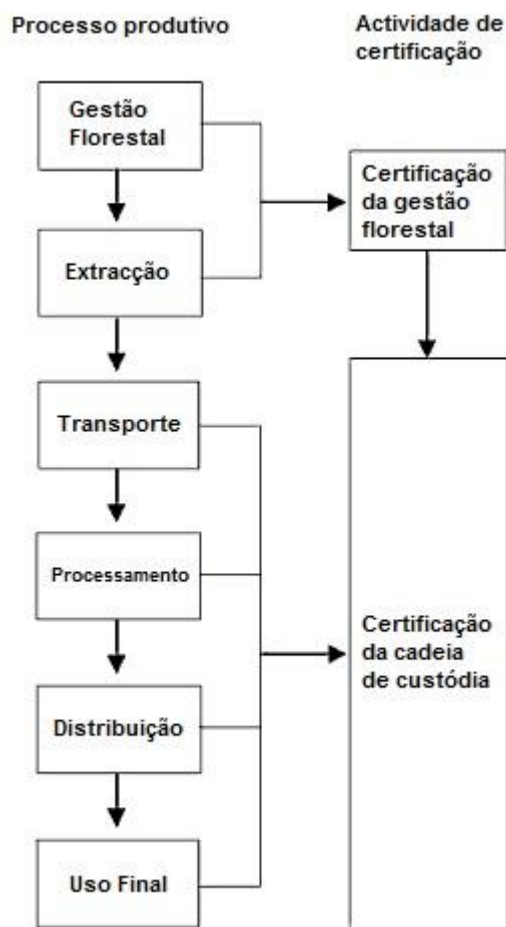


Figura 2.1 - Esquema do processo produtivo florestal integrado com a certificação da gestão florestal e da certificação da cadeia de custódia.

(Fonte: adaptado de Elliot, 2000.)

um conjunto de normas estabelecidas previamente. Este processo envolve visitas de campo e a verificação dos procedimentos administrativos da organização.

As **entidades acreditadoras** são também terceiras partes independentes e têm o papel de assegurar que a entidade certificadora segue procedimentos fidedignos e transparentes no decorrer das suas avaliações, e que os atributos do seu programa de certificação são apresentados de uma forma clara aos seus clientes. Existe um grande número de países onde existem organismos de acreditação em actividade com a devida autorização dos governos, mas a existência de organismos de acreditação privados também é possível, desde que os seus processos de acreditação se mantenham fidedignos e sejam efectuadas verificações regulares por terceiras partes independentes.

Os **gestores florestais** são responsáveis pela gestão das florestas da organização candidata à certificação. A organização poderá apresentar-se na forma de um proprietário privado, uma comunidade, uma empresa, uma indústria ou uma entidade pública. Na mesma óptica um gestor florestal poderá ser apenas um indivíduo ou um grupo de indivíduos associados numa gestão

2. Certificação da cadeia de custódia, que

envolve a rastreabilidade dos produtos florestais ao longo da cadeia de custódia (ou cadeia de responsabilidade), que vai desde a floresta após a extração, atravessando todas as etapas de transporte, processamento e distribuição até ao consumidor final. Este processo envolve o acompanhamento do material certificado no decorrer de todas as etapas da cadeia de responsabilidade.

O resultado destes dois processos é a atribuição de um rótulo no produto final, que pode ser identificado pelo consumidor. Este processo está descrito na Figura 2.1.

São vários os actores envolvidos nas várias etapas do processo de certificação da gestão florestal e da cadeia de custódia. Quem são e o que são responsáveis por fazer no desenrolar do processo é apresentado de seguida:

As **entidades certificadoras** são terceiras partes independentes do gestor florestal e podem organizações comerciais ou sem fins lucrativos. A sua tarefa no processo de certificação é levar a cabo a avaliação da qualidade da organização florestal que se candidata à certificação utilizando

conjunta para as florestas dos diversos proprietários. No caso das comunidades pode ser eleito um corpo directivo para a gestão das várias áreas ou esta ser entregue a uma entidade gestora. No caso das empresas e indústria normalmente existe um gestor florestal responsável pelas áreas florestais da organização. Neste caso, o mais comum é que o gestor florestal tenha de assegurar a aprovação de uma decisão importante como a certificação com os seus superiores ou com o Conselho de Administração.

Um grande número de **partes interessadas** também fazem parte do processo, desde comunidades locais a ONG, e poderão ter visões diferentes no que constitui ou não uma gestão florestal apropriada para a organização candidata à certificação das suas áreas florestais e/ou dos seus processos produtivos. A entidade certificadora estará normalmente dotada de mecanismos e procedimentos para consultar estas partes interessadas no que diz respeito às normas e princípios a utilizar na avaliação com vista à certificação, e na sua percepção acerca do desempenho geral da operação florestal a ser certificada.

Existem também **empresas e/ou indústrias que** directamente ou indirectamente **adquirem produtos florestais** dos produtores, e estas têm hoje em dia um papel preponderante no encorajamento ao proprietário ou gestor florestal a procurar a certificação da gestão florestal praticada.

Por fim, as **agências governamentais** providenciam um quadro político e legislativo para a gestão florestal. Em alguns países sucede mesmo a situação de os governos deterem áreas florestais significativas sob sua gestão e, como tal, estes também podem ser responsáveis por encorajar ou desencorajar os proprietários e gestores florestais a procurar a certificação.

2.4. Custos e benefícios da certificação florestal

A certificação florestal é um instrumento voluntário de mercado e, como tal, aqueles que a requerem só a utilizarão se os benefícios excederem os custos. Nesta dissertação não será realizada uma análise custo benefício completa e rigorosa sobre o processo de certificação, mas identificar-se-ão as componentes que contribuem para os custos e para os benefícios associados ao processo de certificação florestal, e assim tentar caracterizar a sua importância para este instrumento.

2.4.1. Custos

São identificáveis na literatura 3 categorias de custos com o processo de certificação florestal:

- 1) Custo para a melhoria da gestão florestal até um nível que seja adequado para a certificação;
- 2) Custos associados à preparação e execução da(s) auditoria(s) à gestão florestal;
- 3) Custos associados à rastreabilidade do produto certificado na cadeia de custódia.

Cubbage *et al.*, 2003 desenvolveram uma análise aos custos e benefícios da certificação florestal sob os referenciais da *Sustainable Forestry Initiative* (SFI) e do FSC de uma determinada organização

localizada nos Estados Unidos da América. Nos custos associados à melhoria da gestão florestal inseridos na primeira categoria referiram que estes podiam consistir no aumento do tempo dos recursos humanos associados aos processos e tarefas necessárias, aumento na despesa para manter registo das operações florestais realizadas e aumento da despesa no treino necessário ao pessoal afecto às operações de gestão; aumento do tempo e fundos necessários para as alterações às práticas de gestão florestal e custos de oportunidade atribuídos à gestão ambiental das áreas florestais que desta maneira produzirão menos e resultará num menor rendimento que poderia ser obtido caso as mesmas áreas fossem geridas de forma a maximizar o lucro. No que diz respeito aos custos associados à segunda categoria, estes baseiam-se essencialmente no número total de horas de trabalho atribuídas aos processos e tarefas envolvidas. Deste modo, foi possível dividir os custos nas seguintes categorias:

- Reuniões preliminares e preparação geral;
- Preparação e execução de reuniões pré-auditoria;
- Preparação de documentação e recolha de evidências;
- Visitas e auditoria de concessão;
- Trabalho pós-auditoria;
- Análise do relatório e resposta.

No estudo em questão, os custos associados à primeira categoria, ou seja, as alterações necessárias à gestão florestal para conformidade com a certificação florestal, não foram contabilizados. Os custos associados à segunda categoria resultaram num custo total de cerca de 1,11 euros por hectare para a certificação pelo referencial FSC, num total de cerca de 22 055 hectares de floresta certificada; e de cerca de 1,27 euros por hectare para a certificação pelo referencial SFI, num total de cerca de 18 009 hectares de floresta certificada. É importante referir que estes custos são atribuídos à fase de concessão do certificado da gestão florestal pelo que ainda se adicionam acrescidos os custos necessários às visitas para verificação da conformidade com o acordo feito entre a organização e a entidade certificadora, os custos acrescidos à monitorização e operações de gestão periódica das áreas certificadas e os custos associados ao processo de renovação da certificação florestal. Estes custos podem ainda variar de acordo com o tamanho, localização e tipo de gestão praticado na propriedade.

2.4.2. Benefícios

Os benefícios associados à certificação florestal podem basear-se nos 3 pilares do desenvolvimento sustentável, ou ser classificados como benefícios comerciais ou não comerciais. Actualmente é possível afirmar que um produto cuja origem é controlada e de confiança é mais caro que um produto cuja origem é desconhecida e até duvidosa. A rotulagem de um produto ambientalmente responsável é cada vez mais popular dado que este atribui ênfase à melhoria das práticas ambientais e oferece uma contribuição para uma melhoria potencial do ambiente para além de oportunidades económicas e de marketing. Os consumidores podem expressar as suas preocupações ao adquirirem produtos diferenciados que assegurem um padrão mínimo de preocupação com causas ambientais e sociais.

Este comportamento é geralmente associado a uma disposição para pagar um suplemento de preço por produtos deste género. Um suplemento de preço refere-se ao montante monetário que determinado indivíduo está disposto a pagar para assegurar uma melhoria do seu bem-estar. Este suplemento torna-se importante dado que pode compensar, em parte, os custos monetários adicionais com o processo de implementação da certificação florestal e caso não existisse, os produtos certificados não seriam competitivos em relação aos produtos não certificados o que limitaria a aderência de indivíduos e organizações à certificação da gestão florestal e da cadeia de custódia (Aguilar e Vlosky, 2007).

Os benefícios não comerciais são atribuídos às componentes social e ambiental da certificação florestal e muitas vezes são vistos como benefícios indirectos. Schlyter, Stjernquist e Bäckstrand, 2009 afirmam que a legitimidade da certificação florestal está assente nos benefícios atribuídos à eficácia da sua governança ambiental e que esta resulta não só do rigor das suas normas e princípios mas também da forma de como as práticas ambientais são aceites, internalizadas e utilizadas pelas organizações e subcontratados em geral, responsáveis pelas operações florestais.

Newsom e Hewitt, 2005 realizaram um estudo sobre o impacto das mudanças nas práticas de gestão florestal, que 129 organizações certificadas pelo programa *Smartwood* da *Rainforest Alliance* (endossado pelo FSC) em 29 países tiveram de efectuar para a atribuição da certificação das suas áreas. O objectivo desta avaliação serviu para descrever os impactes da certificação florestal, dos quais se incluem:

- Gestão ripária e aquática melhorada, tratamento melhorado de zonas sensíveis e florestas de alto valor de conservação e tratamento melhorado de espécies ameaçadas e em risco de extinção;
- Melhoria na comunicação e na resolução de conflitos entre partes interessadas, vizinhos e comunidades, na formação e na segurança dos trabalhadores;
- Melhoria no conhecimento da rentabilidade e eficiência das operações, no cumprimento legal e no tratamento de actividades ilegais e invasão de propriedade;
- Melhorias nos caminhos florestais, nas actividades de reflorestação e regeneração, e no uso de produtos químicos;
- Melhoria no planeamento da gestão, monitorização e nas práticas associadas à cadeia de custódia.

Existe uma grande diversidade de benefícios associados à certificação florestal, não só económicos, sociais e ambientais, mas também ligados aos sistemas de gestão, às operações florestais e à imagem das próprias organizações. No entanto, e considerando que a certificação florestal está assente no paradigma do seu impacto no ambiente e na melhoria da gestão ambiental, é imperativo avaliar o impacto real a longo prazo e desenvolver investigação acerca desta temática.

2.5. Esquemas de certificação florestal

Assim que um indivíduo ou organização decida requerer a certificação florestal, todo este processo será remetido para um esquema ou referencial de certificação. Estas entidades possuem um sistema próprio de certificação e acreditação, e objectivos bem definidos no que diz respeito aos princípios e critérios a seguir para a obtenção do direito de utilização da marca associada. A certificação florestal é um instrumento voluntário de mercado e, como tal, com a sua expansão desde o seu surgimento, os benefícios que lhe são atribuídos e que foram revistos anteriormente tornam-se em objectivos para as organizações e operações florestais cujas práticas querem ver reconhecidas por estes esquemas. Para além dos objectivos e benefícios indirectos, os principais benefícios e a razão pela qual as organizações procuram a certificação florestal prendem-se essencialmente no acesso a mercados sensíveis do ponto de vista ecológico e na gestão da imagem, ou seja, na diminuição do risco de campanhas negativas. No entanto, quando uma organização está interessada em aderir a este tipo de instrumentos, a sua decisão irá incidir sobre o esquema que melhor se enquadra nos seus valores e missão.

Para que um esquema de certificação florestal ofereça a garantia de que os produtos florestais não são provenientes de florestas mal geridas, geralmente necessita de uma combinação de normas adequadas que definam uma gestão florestal correcta, um processo de certificação eficaz que assegure que as florestas se encontram de acordo com as normas referidas e um processo confiável para a rastreabilidade dos produtos florestais na cadeia de custódia. Contudo, podem surgir também conflitos entre o modo de funcionamento do esquema e da organização que pretende a certificação, sendo que o exemplo mais comum é o custo, na medida em que todos os requisitos, critérios e mesmo o próprio processo de certificação possuem custos associados e podem mesmo pôr em causa a sustentabilidade do processo tornando-o economicamente inviável. Outros conflitos que podem surgir prendem-se com a igualdade de acesso a estes esquemas por parte de organizações e proprietários com áreas florestais reduzidas, onde os recursos para este tipo de investimento são limitados e onde existe rigor em manter a conformidade com as normas de modo a que as florestas que não estão sobre uma gestão correcta não tenham acesso à certificação. A necessidade de transparência no processo de maneira a provar a credibilidade do mesmo ao sistema de certificação pode apresentar-se como um risco, dado que a disponibilização de demasiada informação pode permitir à competição a sua utilização para os seus próprios fins.

Um esquema de certificação florestal é composto por 3 elementos principais, e existe a possibilidade de integração de um elemento extra. Estes elementos são explicados de seguida e a sua interacção é observável na Figura 2.2:



Figura 2.2 - Elementos de um esquema de certificação florestal e sua interação.

(Fonte: adaptado de Nussbaum, Jennings e Garforth, 2002.)

tal, é imperativa a existência de um mecanismo para a rastreabilidade destes produtos desde a floresta certificada até ao produto final. Este processo serve para providenciar a certeza de que o produto cuja origem está a ser reivindicada, é realmente feito de materiais provenientes de uma floresta certificada;

- ✓ **Rotulagem.** É essencial para garantir que as marcas são claras, credíveis e honestas. Este processo requer geralmente o cumprimento de um conjunto de regras para os produtos rotulados.

Os componentes que constituem a certificação da cadeia de custódia são os mesmos que os que compõem a certificação da gestão florestal sustentável: normas, acreditação e certificação. As normas definem os procedimentos que uma organização terá de implementar para assegurar que a reivindicação da origem do produto é fiável, verificável e possível de rastrear. Na sua essência, o conteúdo da norma terá de garantir que a madeira ou outros produtos florestais classificados como “produtos certificados”, são realmente originários de uma floresta cuja gestão é certificada, em cada estágio da cadeia de processamento e a cada mudança de proprietário ao longo da cadeia. Esta situação torna-se possível ao assegurar que os produtos certificados se mantêm **identificados, separados** de outros produtos não-certificados, e que existe **documentação** relevante para controlar estas condições, como por exemplo, registos de aquisição e venda, registos de armazenamento e transporte, registos de produção, e registos do fluxo de material ao longo do processo de produção.

✓ **Normas**, que são documentos que definem os requisitos a cumprir pelo gestor/organização/proprietário florestal e sobre as quais são realizadas as avaliações de certificação;

✓ **Certificação** é o processo que estabelece se os requisitos das normas foram ou não cumpridos;

✓ **Acreditação** é o mecanismo para assegurar que as organizações que se encarregam dos processos de certificação são competentes e produzem resultados credíveis.

Em adição se um esquema é capaz de ser utilizado como base para fazer alegações sobre a origem do produto é adequada a inclusão de um elemento extra - **mecanismos para o controlo das alegações**. Estes mecanismos são necessários os

seguintes processos:

- ✓ **Rastreabilidade.** Os produtos florestais poderão passar por variados processos de produção entre a floresta e o produto final e, como

Todos estes elementos e a sua interação são importantes mas um esquema de certificação florestal não é composto apenas pelos elementos base. Todo o processo consultivo que está incluído no modo de funcionamento de um determinado esquema é importante para garantir a credibilidade do mesmo, ou seja, um esquema é tanto mais credível quanto maior e mais abrangente for o seu processo consultivo no decorrer do processo de certificação. As partes interessadas consultadas podem ser por exemplo instituições locais e nacionais incluindo o governo, instituições académicas, indústria, ONG, comunidades locais e consulta pública de modo a permitir que alguém com interesse relevante possa contribuir para o processo.

Os elementos base apresentados na Figura 2.2 são os responsáveis pela formação e funcionamento de um esquema de certificação florestal. Contudo, estes não funcionam apenas para a certificação florestal, existindo esquemas de certificação já implementados em outros sectores. Uma das mais importantes organizações independentes de certificação do mundo é a *International Standardization Organization* (ISO), baseada em Genebra. Esta organização não só desenvolveu centenas de normas internacionais para diferentes sectores da indústria mas também produziu guias específicos para os processos de desenvolvimento e uso de normas, certificação e funcionamento de entidades certificação, acreditação e alegações. Estes guias são baseados na experiência de várias décadas e são também importantes porque estão em conformidade com os requisitos da Organização Mundial do Comércio, de maneira a assegurar que estas não se tornam numa barreira técnica ao comércio. Em geral os esquemas de certificação devem seguir as recomendações da ISO para cada um dos 4 elementos base, tendo em conta obviamente que estas não providenciam detalhe suficiente para o seu desenvolvimento nem cobrem a totalidade dos problemas mais importantes do sector florestal.

2.5.1. Normas

As normas fornecem uma base para a qualidade de qualquer sistema de certificação e todas as alegações que são feitas remetem para a mesma. No caso de um esquema de certificação florestal, a norma define o nível de gestão florestal a ser atingido. A definição de norma segundo a ISO/IEC Guide 2:2004 (ISO, 2004a), definição 3.2, é um *“documento, estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido, que fornece, para uso comum e repetido, regras, linhas de orientação ou características para actividades ou os seus resultados, apontando ao feito de atingir, num determinado contexto, um grau óptimo de ordem”*.

Apesar de consistirem uma boa base para o desenvolvimento de normas em geral, as linhas de orientação da ISO não se revelam suficientes por si só para a elaboração de normas de certificação florestal, particularmente as normas de desempenho. Isto sucede devido a uma série de factores característicos do modo de funcionamento do sector florestal e da floresta. Destes destaca-se a **informação incompleta** em que basear uma norma de gestão florestal, dado que os indicadores em gestão florestal não são precisos ao ponto de se fixar um valor baseado em dados e conhecimento científico. Assim, as normas desenvolvidas terão de se basear na combinação entre o melhor conhecimento disponível e as decisões sobre o que fazer em relação à incerteza. Os **requisitos** da

gestão florestal sustentável **em conflito** também surgem como uma barreira ao desenvolvimento das normas florestais. As definições sobre este conceito variam mas todas se baseiam na premissa geral de que esta envolve um balanço entre requisitos económicos, sociais e ambientais. No entanto este balanço é impossível quando os objectivos económicos de abate de floresta contrastam com os objectivos ambientais de manter a floresta intocada. As normas florestais têm ainda de lidar com um grau elevado de **variabilidade** entre as florestas no mundo dado que estas variam na sua biologia, clima, solos e contextos económico e social.

As normas de certificação florestal têm de ser desenvolvidas combinando o melhor conhecimento técnico e científico disponível sobre as florestas e sobre o seu modo de funcionamento. Este conhecimento envolve a utilização de dados científicos, conhecimento tradicional, experiência prática, requisitos legais e acordos internacionais. De maneira a resolver todas as lacunas identificadas e decidir como balançar as diferentes exigências feitas à floresta é necessário incluir o processo de tomada de decisão no processo de desenvolvimento das normas.

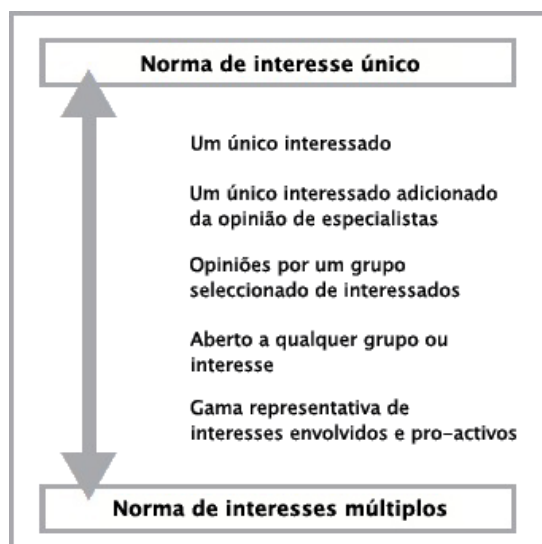


Figura 2.3 - Distribuição dos interesses envolvidos no processo de participação durante o desenvolvimento da norma.

(Fonte: adaptado de Nussbaum, Jennings e Garforth, 2002.)

As normas são geralmente desenvolvidas por um grupo técnico ou uma comissão técnica de normalização. Os elementos que integram o processo consultivo sobre o que se deve incluir na norma podem variar entre um único interesse, um pequeno grupo de especialistas que trabalham de forma isolada, até um grupo composto de todas as partes interessadas e afectadas. Quanto mais vasto for o número de especialistas envolvidos na elaboração das normas, maior será a certeza associada a toda a informação relevante introduzida no processo (Figura 2.3). Contudo, e no que diz respeito às normas de gestão florestal estes especialistas poderão incluir não só florestais com conhecimentos técnicos de silvicultura, mas também ecologistas e gestores de recursos naturais, população indígena, entidades públicas etc. O processo de tomada de decisão deverá incluir a participação de todas as partes

integrantes do grupo, visto que quanto maior for o número de pessoas e interesses envolvidos, mais suportadas serão as decisões tomadas. O suporte ao processo de tomada de decisão tem origem essencialmente nas pessoas ou organizações com interesses sociais e políticos na elaboração da norma, e nos próprios especialistas. É importante referir a importância e a diferença entre um processo que é aberto a todas as partes interessadas e um processo que envolve todas as partes interessadas, visto que a norma final reflecte os interesses das partes que estiveram realmente envolvidas no processo e não daquelas a quem foi dado conhecimento da existência do processo (Figura 2.4).

As normas certificação florestal podem ser caracterizadas pelo **tipo de norma**, divididas em normas de desempenho e normas de sistema; pelos **requisitos de desempenho** que fazem parte da norma e são decisivos na definição dos objectivos dos esquemas de certificação; pelos **requisitos de consulta** com partes interessadas externas ao processo, cada vez mais frequentes nas normas florestais; pela **redacção**, dado que são documentos técnicos e como tal, terão de ser escritos numa determinada forma; e pela **aplicabilidade** ao tipo, localização e tamanho da floresta.

No que diz respeito ao tipo de norma, as normas de sistema ou de processo especificam que os sistemas de gestão devem estar integrados numa organização para assegurar que a gestão da qualidade, do ambiente e até do desempenho social são consistentes. Neste caso a norma serve mais para avaliar a organização em si do que o desfecho ou os resultados decorrentes da gestão. Estas normas são ferramentas muito importantes porque permitem às organizações o conhecimento do seu próprio sistema de funcionamento e a melhoria contínua do seu desempenho. No entanto estas não especificam um nível mínimo de desempenho a atingir mas, em vez disso, obrigam as organizações florestais a definirem os seus próprios objectivos de desempenho e a usar o seu sistema de gestão de uma forma dinâmica para garantir que os atingem. Em adição, uma organização que obtenha a certificação através de uma norma de sistema assume um compromisso de melhorar continuamente a sua gestão enquanto trabalha para melhorar o seu desempenho. Este tipo de normas faz com que duas organizações distintas que utilizem a mesma norma obtenham resultados diferentes no seu desempenho.

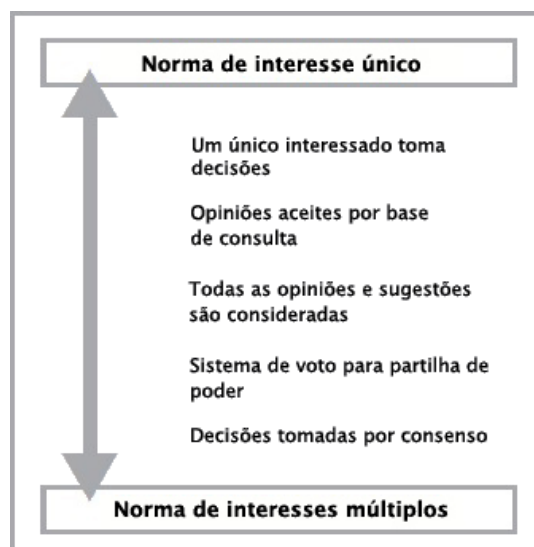


Figura 2.4 - Distribuição dos interesses envolvidos no processo de tomada de decisão durante o desenvolvimento da norma.

(Fonte: adaptado de Nussbaum, Jennings e Garforth, 2002.)

Por outro lado, as normas de desempenho especificam um nível mínimo de desempenho a atingir ou definem claramente que resultados deverão ser atingidos, mas não especificam o modo como estes devem ser atingidos. Assim, não é necessário que uma organização ponha em prática um sistema de gestão em particular, mas assume o compromisso de atingir um valor mínimo de desempenho numa floresta certificada, fornecendo assim uma garantia de qualidade mensurável. Em prática, a maioria das normas aplicáveis à certificação florestal é uma combinação dos dois tipos, apenas com uma ligeira tendência para cada um deles. Os dois esquemas de certificação internacionais que serão abordados no próximo capítulo reflectem este pressuposto, na medida em que as normas associadas ao PEFC tendem mais para normas de sistema e as normas associadas ao FSC tendem mais para normas de desempenho.

2.5.2. Certificação

A certificação é, deste modo, o processo que avalia a conformidade ou a não conformidade das actividades praticadas com os critérios que constam da norma. A eficácia deste processo depende essencialmente de 3 factores: as pessoas e organizações responsáveis pela implementação e gestão do processo, a metodologia utilizada no processo e o modo como uma decisão é tomada em conformidade com a norma.

O processo de certificação envolve uma série de etapas e participantes. As etapas que constituem o processo já foram alvo de análise anteriormente e, como tal, não se considera pertinente a repetição desta informação. No entanto, estas etapas envolvem uma série de participantes que constituem as equipas avaliadoras que fazem parte das entidades certificadoras e que têm um papel relevante no processo de certificação; e metodologia específica para verificar a conformidade das actividades praticadas com a norma.

A equipa de avaliação que leva a cabo a certificação florestal não é responsável pela decisão final sobre se a certificação é ou não atribuída às organizações florestais. Contudo, esta é responsável pela maioria do processo técnico de recolha de informação que é utilizada para estabelecer a conformidade com os critérios da norma. Desta forma, é fundamental que os membros integrantes da equipa sejam dotados de competência técnica para que a eficácia do processo de certificação seja assegurada. As funções da equipa de avaliação prendem-se essencialmente com a interpretação da norma, a recolha objectiva de evidências que sustentem o processo, a identificação de não conformidades e a determinação seu do grau. Para o exercício destas funções, as equipas de avaliação devem ser compostas por auditores dotados de vasto conhecimento técnico florestal e treinados nas técnicas de interpretação de normas. Estes auditores geralmente recebem formação teórica e prática dos próprios esquemas e, segundo Nussbaum e Simula, 2005, a experiência mostrou que esta aproximação à certificação é muito eficiente e que deveria ser a base para auditorias ao sector florestal. A equipa de avaliação deve também ser composta por especialistas do sector para garantir que existe capacidade técnica adequada para interpretar os requisitos da norma de forma apropriada.

A decisão de concessão da certificação deve ser justificada por evidências claras, rigorosas e objectivas sobre a conformidade com os critérios constantes das normas. A metodologia utilizada deve considerar as fontes dessas evidências, a sua proveniência e o método utilizado para a sua amostragem. As fontes de informação objectiva possíveis apresentam-se essencialmente sobre a forma de documentos escritos, como por exemplo planos de gestão, planos operacionais, registos de que as operações estão a ser levadas a cabo de forma segura e registos de monitorização. Este tipo de informação é na grande maioria dos casos um requisito das normas de certificação pelo que devem estar disponíveis aquando da visita da equipa de avaliação. A floresta é obviamente uma fonte essencial de informação objectiva e as visitas de campo fornecem todas as evidências necessárias às actividades e operações praticadas no momento da visita. As visitas de campo servem fundamentalmente para reunir informação acerca da conformidade das práticas florestais com os

planos de gestão e procedimentos, para verificar que as amostras recolhidas são representativas do cenário a analisar e para verificar que o estado da floresta está em conformidade com os critérios da norma utilizada. Os gestores e trabalhadores são também vistos como uma fonte de informação e evidência para equipa avaliadora, ainda que a temática seja complexa dado que as pessoas nem sempre relatam a verdade dos acontecimentos. No entanto, no caso de as normas fazerem referência a requisitos específicos dos quais os trabalhadores e a gestão deviam estar informados, esta será a única fonte possível para avaliar a conformidade com a norma. Por fim, caso a norma requeira a interacção com a comunidade local, é sempre pertinente consultar as partes interessadas externas ao processo de modo a recolher a informação necessária.

A decisão sobre a concessão da certificação, assim como é definido pela ISO/IEC 17 021:2011, Cláusula 4.2 (ISO, 2011), deve ser imparcial, ou seja, baseada em evidências objectivas. A decisão final deve ser sempre tomada por uma pessoa ou grupo independente da própria equipa de avaliação. Este requisito foi estabelecido de forma a minimizar o risco de ameaça, suborno ou influência aos auditores envolvidos no processo.

2.5.3. Acreditação

A acreditação é o processo que assegura que uma entidade certificadora é competente, que está conforme todos os requisitos do esquema e que as suas avaliações e decisões são sólidas (Nussbaum e Simula, 2005). Esta é geralmente aceite como um requisito essencial para a certificação credível e é vista como a certificação da certificação. A acreditação para a maioria das normas internacionais é efectuada por entidades acreditadoras nacionais, sendo que em muitos países é reconhecida apenas uma entidade acreditadora nacional pelo governo e pelas partes interessadas em geral. No entanto, os serviços de acreditação tiveram entretanto de se adaptar às exigências do comércio internacional, visto que as entidades certificadoras que pretendam certificar organizações num contexto internacional precisam de ser acreditadas nos países onde operam. Para esse aspecto a ISO/IEC lançou uma norma internacional de acreditação intitulada *ISO/IEC 17011:2004 - Conformity assessment - General requirements for accreditation bodies accrediting conformity assessment bodies* (ISO, 2004b), mas outras vias são possíveis como o reconhecimento mútuo entre entidades certificadoras nacionais. Os componentes de um sistema de acreditação são apresentados na Figura 2.5.

O processo de acreditação é em tudo semelhante ao processo de certificação, à excepção de que é efectuado a um nível acima. Este avalia e monitoriza os processos de certificação e atribui a competência às entidades certificadoras.



Figura 2.5 - Componentes que fazem parte de um sistema de acreditação.

(Fonte: Nussbaum, Jennings e Garforth, 2002.)

3. A globalização da certificação florestal

Ao mesmo tempo que o desenvolvimento e expansão da certificação florestal tomaram lugar e foram ganhando cada vez mais participantes e poder de mercado, foram também surgindo diversos esquemas de certificação florestal. Alguns destes esquemas abordaram a certificação florestal num âmbito global ou internacional, mas também surgiram diversos programas de âmbito regional ou nacional. Como existem diversas iniciativas em vigor em todo o mundo far-se-á apenas referência às mais relevantes e credíveis que surgiram a nível nacional ou regional e que deram o seu contributo para a evolução dos esquemas de certificação florestal internacionais que existem actualmente no mundo e sobre os quais se irá desenvolver uma análise mais aprofundada e avaliar a sua importância e distribuição.

3.1. Implementação de esquemas de certificação internacionais

3.1.1. *Forest Stewardship Council (FSC)*

A assembleia de fundação do FSC (Figura 3.1) teve lugar em Toronto, no Canadá, em 1993, e compareceram 130 participantes provenientes de 26 países para eleger o primeiro conselho de administração (FSC, 2011a). No início o FSC foi financiado pelo *World Wide Fund for Nature* (WWF) e pela *B&Q* (Empresa de construção civil) (Maguire, 2010).

Hoje em dia, o FSC é autofinanciado e, de acordo com a Parte 10 - Finanças das suas *by-laws* (FSC, 2009a), são reconhecidas seis fontes de receita para a instituição:

- ✓ Taxas relativas à avaliação das entidades certificadoras, de modo a cobrir os custos do processo de acreditação;
- ✓ Taxa relativa à acreditação das entidades acreditadas para certificação FSC;
- ✓ Taxas para a utilização da marca FSC;
- ✓ Subsídios e doações. O FSC aceita contribuições de ONG, fundações, fontes dos governos, agências públicas e privadas multilaterais, e indivíduos, desde que não estejam associadas restrições que possam afectar a independência e integridade do FSC;
- ✓ Pagamento de quotas;
- ✓ Retorno de investimentos e encargos associados a produtos e serviços do FSC (e.g.: Normas FSC e relatórios técnicos).



Figura 3.1 - Logotipo do FSC.
(Fonte: SCBC, 2011)

As finalidades do FSC estão patentes do ponto quatro dos estatutos da associação (FSC, 2009b), dos quais se destacam os seguintes:

- a) Promover uma gestão florestal adequada, providenciando a assistência necessária para atingir uma exploração dos recursos naturais de uma forma ambientalmente apropriada e economicamente viável, evitando a deterioração ou afectação dos mesmos, dos ecossistemas ou das comunidades locais. Promover uma gestão viável dos recursos florestais e uma produção florestal que preserve o ambiente;
- b) Conduzir actividades educacionais focalizadas para o aumento da consciencialização acerca da importância do melhoramento da gestão florestal;
- c) Providenciar orientação e assistência aos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas de gestão florestal, gestores florestais, legisladores ou qualquer outra pessoa de interesse na gestão florestal;
- d) Promover o desenvolvimento de todo o tipo de actividades endereçadas à preservação e manutenção das florestas;
- e) Estabelecer serviços para a pesquisa, informação e análise sobre assuntos florestais.

De acordo com o documento que define a estratégia global do FSC (FSC, 2007), este referencial de certificação encontra-se actualmente presente em 80 países através da atribuição de certificados para a gestão florestal sustentável e para a cadeia de custódia, sendo assim responsável pela certificação de cerca de 10% das florestas mundiais sob gestão. Estes números representam deste modo, uma enorme variedade de pessoas e organizações que fornecem o mercado com produtos florestais, e que respeitam a mesma norma e os mesmos interesses económicos, sociais e ambientais.

Esta organização possui uma Assembleia Geral dos Membros como órgão máximo de decisão. O Conselho de Administração é formado por indivíduos membros do FSC e/ou delegados das organizações integrantes como membros do FSC. O Director Executivo e o Secretariado são nomeados pelo Conselho de Administração. À partida, os órgãos constituintes desta organização assemelham-se a outras, mas a sua maneira de actuar, de votar e de tomar decisões tornam-na num caso interessante de inovação estrutural e de governança.

A Assembleia Geral dos Membros do FSC é composta por 3 secções ou câmaras. O propósito desta estrutura seccional é manter um balanço do poder de voto entre interesses distintos sem limitar deste modo o número de membros da associação. A primeira câmara (**Câmara Social**) é constituída por organizações sociais, representantes de populações indígenas e indivíduos designados. A segunda câmara (**Câmara Ambiental**) é constituída pelas ONG ambientais sem fins lucrativos, e por indivíduos designados. A terceira câmara (**Câmara de Interesse Económico**) é composta pelos indivíduos e organizações com interesse económico no comércio de produtos florestais.

Todas as organizações e indivíduos filiados no FSC devem ser activos na promoção de uma gestão florestal apropriada para o ambiente, socialmente benéfica e viável para a economia. Os potenciais membros com interesses económicos terão ainda de demonstrar um compromisso activo em implementar os princípios e critérios do FSC nas suas operações, e é expectável que os organismos de certificação se encontrem num processo de acreditação pelo FSC, que os comerciantes de

produtos florestais se comprometam em integrar uma percentagem significativa de madeira certificada nas suas vendas e que os produtores florestais possuam uma parte significativa das suas florestas certificadas por um organismo acreditado pelo FSC.

Todas as câmaras possuem o mesmo poder de voto na Assembleia Geral dos Membros, ou seja, 33,3%. Os votos de cada câmara são igualmente distribuídos pelos membros e, caso membros adicionais integrem uma das câmaras, o poder de voto dos membros existentes decresce por consequência. Para assegurar o balanço e a justiça entre as diferentes perspectivas dentro de cada câmara, estas estão divididas em subsecções Norte e Sul, representando cada uma 50% do poder de voto dentro de cada câmara. Dentro de cada subsecção o poder de voto individual de cada associado é limitado a um máximo de 10% do peso de voto total para determinada subsecção (Figura 3.2). As organizações que integram a subsecção Norte de cada câmara são baseadas em países desenvolvidos e as organizações da subsecção Sul são baseadas em países subdesenvolvidos, em vias de desenvolvimento ou num estado superior de desenvolvimento. O critério utilizado para a avaliação e atribuição de uma subsecção a determinada organização é o mesmo critério utilizado e criado pela ONU para a classificação dos países. Em caso de dúvida, o Conselho de Administração do FSC terá a palavra final sobre a decisão da colocação de um membro na subsecção Norte ou Sul.

Em relação à votação em si, a Assembleia Geral dos Membros esforça-se por chegar a resultados de votação por consenso. A aprovação de moções requer o voto a favor de uma maioria relativa de poder de voto registado por associados em pleno gozo dos seus direitos em cada câmara, e de 66,6% de poder de voto total registado pelos associados em pleno gozo dos seus direitos. A abstenção não conta como voto e para que uma decisão seja tomada na primeira votação é necessária a presença de um quórum de 50%+1 votos de associados em pleno gozo dos seus direitos.

O Conselho de Administração do FSC é responsável perante os membros do FSC e as autoridades públicas dos países onde é sediado, e deve representar o FSC perante o público sempre que apropriado. É dever do Conselho de Administração do FSC fazer com que este cumpra os estatutos da organização e os procedimentos administrativos para as organizações sem fins lucrativos. O Conselho de Administração é formado por nove indivíduos que são eleitos para um mandato de duração de 3 anos. Estes 9 indivíduos devem ser indivíduos membros do FSC e/ou delegados devidamente designados pelas organizações membros. O Conselho de Administração deve procurar tomar decisões que beneficiem a associação como um todo e que represente os pontos de vista e preocupações da categoria que representam (e.g. Câmara Social / Subsecção Sul) nas deliberações do Conselho em vez de reflectir simplesmente os pontos de vista da organização a que são afiliados.

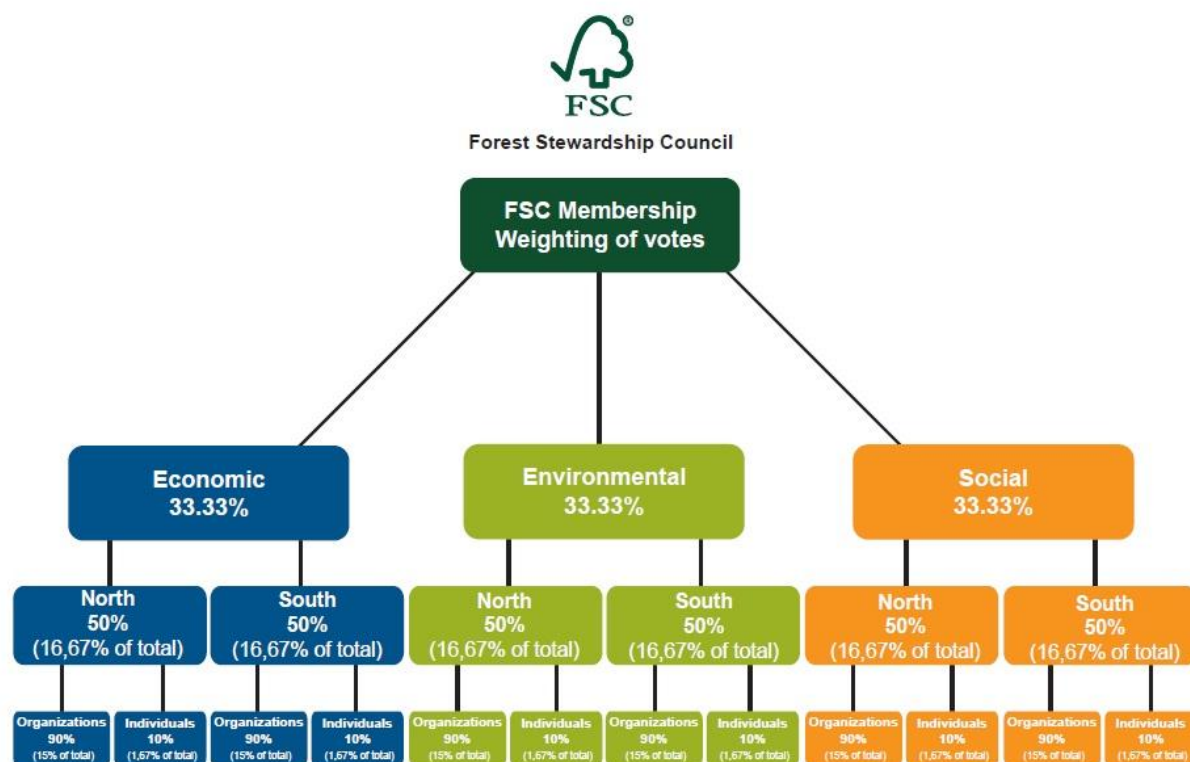


Figura 3.2 - Poder de voto relativo dos membros da Assembleia Geral do FSC. (Fonte: FSC, 2011b.)

Dos nove membros eleitos para o Conselho de Administração do FSC, três (incluindo um da subsecção Norte e outro da subsecção Sul) deverão ser provenientes e representar a câmara do interesse económico, mas não deverão ser devidamente designados como delegados de organismos de certificação. Na mesma óptica, deverão ser eleitos três membros para o Conselho de Administração provenientes da câmara ambiental e da câmara social, dois deles representando as subsecções Norte e Sul obrigatoriamente. As posições adicionais poderão alternar entre membros das subsecções Norte ou Sul. Para assegurar a continuidade, no final de cada ano civil, três membros do Conselho de Administração deverão ser afastados e substituídos por votação postal ou voto pela Assembleia Geral dos Membros.

Como foi referido anteriormente, o Director Executivo e o Secretariado são nomeados pelo Conselho de Administração do FSC. O primeiro tem a responsabilidade perante o Conselho de Administração de implementar efectivamente as políticas do FSC, mas também é responsável pela administração, finanças e contabilidade da organização, e pela nomeação dos membros do secretariado. Todos os seus trabalhos são auditados anualmente por alguém nomeado pelo Conselho e todos os anos o Director Executivo apresenta um relatório sobre as actividades decorrentes do mesmo ano e o mesmo será enviado aos membros que assim o solicitem.

Para que as iniciativas do FSC sejam o mais descentralizadas possível, esta organização encoraja a participação local consistente com os seus objectivos e missão, e suporta os projectos de âmbito nacional e regional. Dependendo da escala das operações destes projectos e caso o FSC se

encontrar estabelecido nesses países e/ou regiões, este é responsável por nomear as seguintes categorias:

- ✓ **FSC Contact Person**, responsável por colaborar com o FSC, distribuindo informação relativa à organização e sua missão, e promovendo discussões sobre a certificação florestal sobre o regime deste esquema no país ou região em questão. Esta pessoa deverá ser um membro individual do FSC ou um delegado devidamente designado numa organização membro.
- ✓ **FSC Working Group**, formado num país ou região considerada de elevada importância para a certificação, representando os interesses económicos, sociais e ambientais, facilitando assim o processo consultivo sobre a certificação através de reuniões e *workshops*. Este processo deverá ser aberto e transparente, e envolver partes interessadas relevantes.
- ✓ **FSC Advisory Board**, formado após a conclusão do processo consultivo num determinado país ou região. A sua composição deverá ser semelhante à praticada pelo FSC e as suas funções serão as de promover a organização, a sua missão, de manter processos consultivos constantes sobre a certificação, e facilitar e vigiar o processo de desenvolvimento das normas nacionais em concordância com os princípios e critérios do FSC.
- ✓ **FSC National or Regional Office**, formado após a implementação do *FSC Advisory Board* e de entidades certificadoras nacionais e/ou internacionais. A relação entre este organismo e a sua direcção desenvolve-se paralelamente à relação entre o secretariado do FSC e o Conselho de Administração.

Independentemente da natureza da presença do FSC em determinado país ou região, o FSC Internacional terá sempre a palavra final na aprovação de normas nacionais e na acreditação de entidades certificadoras.

De acordo com os dados que constam do Quadro 3.1, são filiados no FSC 899 membros. Como é possível observar, existe uma clara dominância do número de membros com interesses económicos na Assembleia Geral dos Membros do FSC, com 409 membros residentes (45%), comparando com os 321 membros da câmara ambiental (36%) e os 169 membros da câmara social (19%). Em relação às subsecções Norte e Sul, o total de membros filiados corresponde a 46% e 54% respectivamente, num equilíbrio com uma ligeira tendência para um número relativamente superior de organizações e indivíduos membros pertencentes à subsecção da zona Sul. No que toca a cada uma das câmaras existe uma maioria de organizações na subsecção Sul para as câmaras ambiental e social com número relativo de membros entre secções de respectivamente 39% / 61% e 41% / 59% em relação ao valor total de membros para cada uma das câmaras. Na câmara de interesse económico predominam as organizações dos países mais ricos, pertencentes à subsecção Norte, com uma percentagem de 55% em relação aos 45% da subsecção Sul.

Membros do <i>Forest Stewardship Council</i>		
Total	Subsecção Norte	Subsecção Sul
899	418	481
Câmara de Interesse Económico		
409	225	184
Câmara Ambiental		
321	124	197
Câmara Social		
169	69	100

Quadro 3.1 - Membros do *Forest Stewardship Council* por câmara e subsecção. (Fonte: FSC, 2011c.)

Foi sugerido por Maguire, 2010 que, embora o FSC tenha sido inicialmente fundado por ONG, existe uma tendência crescente para que as operações do FSC venham a ser controladas por interesses económicos de larga escala. Neste âmbito foram identificados por uma organização ambiental dois prováveis problemas com a câmara social. Em primeiro lugar, existiu uma preocupação de que, em muitos casos, as partes interessadas locais não tenham sido adequadamente consultadas durante processos de certificação, e que a mesma tenha sido atribuída a áreas impostas de forma ilegítima sobre regimes de posse tradicional de propriedade. Em segundo lugar, surgiu a evidência de que as operações do FSC a nível nacional não asseguraram activamente que cada câmara teria uma representação adequada durante as negociações.

Este pressuposto contorna os princípios da divisão dos votos pelas três câmaras, visto que a existência de uma representação excessiva da câmara económica nas reuniões poderá levar a que a sua influência e os seus interesses consigam permear algumas decisões do conselho.

Posto isto, existe uma clara preocupação sobre o crescente domínio do interesse económico no desenvolvimento e implementação das políticas florestais do FSC, principalmente no que diz respeito à indústria florestal controlar os princípios e normas da organização. No entanto, o mesmo autor referido anteriormente remeteu para a existência de evidência que sugira a aceitação dessas críticas por parte do Conselho de Administração do FSC e foram desenvolvidas nesse sentido novas linhas de orientação para os povoamentos regionais, foi implementada a certificação de grupo e foi canalizado um maior nível de suporte para a câmara social.

O instrumento responsável por sustentar toda a estrutura e governança do FSC no mundo é o documento de onde constam os princípios, normas e critérios da organização e que serve como base para organismos de certificação internacional acreditarem as suas entidades como entidades certificadoras FSC, e certificarem as florestas ou os produtos florestais das organizações que assim o desejem. Este documento intitula-se *FSC INTERNATIONAL STANDARD - FSC Principles and Criteria for Forest Stewardship* (FSC, 1996), e contém 10 princípios ou critérios que suportam a decisão de acreditação por organismos internacionais de certificação.

Os 10 princípios e critérios da norma internacional do FSC aplicam-se a todas as florestas tropicais, temperadas e boreais. Muitos desses princípios aplicam-se também a plantações florestais e florestas

parcialmente replantadas. É ainda possível um nível de pormenor maior de âmbito nacional e local através da criação de normas mais detalhadas para estes e outros tipos de vegetação. Estas normas são mais específicas, são desenvolvidas em cada país ou região envolvida e são avaliadas caso a caso pelas entidades certificadoras ou outras partes interessadas, para fins de certificação. De acordo com o documento que lista as normas nacionais aprovadas pelo FSC (FSC, 2010), em Julho de 2010 existiam 28 normas nacionais aprovadas, 9 das quais de países da União Europeia.

O documento com as normas e princípios do FSC tem a possibilidade de ser incorporado nos esquemas de avaliação de todas as entidades certificadoras que procuram a acreditação pelo FSC. Enquanto estes princípios e critérios foram inicialmente projectados para a produção de produtos lenhosos, os mesmos são também relevantes do ponto de vista das florestas de produção de produtos não lenhosos e outros serviços. O FSC e as entidades acreditadas pelo FSC não insistem no cumprimento da norma internacional do FSC na perfeição mas, dependendo da gravidade do não cumprimento de um dos princípios, é possível que um potencial candidato ao certificado seja desclassificado ou que lhe seja retirada a certificação. No que diz respeito às avaliações de certificação, a escala e intensidade das operações de gestão florestal, a natureza dos recursos afectados e a fragilidade ecológica relativa da floresta são consideradas, e quaisquer diferenças e/ou dificuldades encontradas na interpretação dos princípios e critérios do FSC são abordados nas normas nacionais e locais do FSC.

A norma internacional do FSC (FSC, 1996) é um instrumento que deve ser utilizado em conjunto com as leis nacionais e internacionais, e outros regulamentos, dado que a intenção do FSC reside no complemento de outras iniciativas que suportem a gestão florestal responsável no mundo.

De acordo com a mesma norma, os princípios e critérios do FSC apresentam-se de seguida:

I. Princípio #1: Conformidade com as leis e com os princípios do FSC.

A gestão florestal deverá respeitar todas as leis aplicáveis no país onde ocorre, os tratados internacionais e os acordos que o país residente seja signatário, em conformidade com os princípios e critérios do FSC.

II. Princípio #2: Ocupação, direitos de uso do solo e responsabilidades.

Os direitos de ocupação e uso do solo e dos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.

III. Princípio #3: Direitos da população indígena.

Os direitos legais e tradicionais da população indígena para possuir, usufruir e gerir os seus terrenos, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados.

IV. Princípio #4: Direitos dos trabalhadores e relações com a comunidade.

As operações florestais devem manter ou melhorar o bem-estar social e económico a longo prazo dos trabalhadores florestais e comunidades locais.

V. Princípio #5: Benefícios da floresta.

As operações de gestão florestal deverão encorajar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade económica, e uma gama ampla de benefícios sociais e ambientais.

VI. Princípio #6: Impacte ambiental.

A gestão florestal deve conservar a diversidade biológica e os seus valores associados, recursos hídricos, solos e os ecossistemas e paisagens únicas e frágeis. Ao fazê-lo deverá manter as funções ecológicas e integridade da floresta.

VII. Princípio #7: Plano de gestão.

Um plano de gestão, apropriado à escala e intensidade das operações, deverá ser escrito, implementado e actualizado. Os objectivos a longo prazo da gestão, e os meios para os atingir, deverão ser claramente indicados.

VIII. Princípio #8: Monitorização e avaliação.

Deverá ser conduzido o acompanhamento apropriado à escala e intensidade da gestão florestal, de modo a avaliar a condição da floresta, rendimentos dos produtos florestais, cadeia de custódia, actividades de gestão e seu impacte social e ambiental.

IX. Princípio #9: Manutenção de florestas de alto valor de conservação.

As actividades de gestão nas florestas de alto valor de conservação deverão manter ou melhorar os atributos que definem estas florestas. Decisões a respeito das florestas de alto valor de conservação deverão ser sempre consideradas num contexto de abordagem de precaução.

X. Princípio #10: Plantações florestais.

As plantações florestais devem ser planeadas e geridas em concordância com os princípios e critérios 1 a 10. Enquanto as plantações florestais podem fornecer uma variedade de benefícios sociais e económicos, e podem contribuir para a satisfação da necessidade mundial de produtos florestais, estas devem complementar, reduzir a pressão e promover a restauração e conservação das florestas naturais.

Os candidatos à certificação pelo FSC podem escolher entre as 3 opções de certificação, ou seja, a certificação da gestão florestal sustentável, a certificação da cadeia de responsabilidade e a certificação da madeira controlada, que ainda não foi referida nesta dissertação. A certificação da

madeira controlada surgiu como uma iniciativa específica do FSC para permitir que alguns fornecedores de produtos artesanais e/ou manufacturados pudessem usar a marca FSC (FSC, 2011d). Deste modo, foi introduzido um rótulo misto que admite a mistura entre produtos florestais certificados pelo FSC e materiais não certificados. No entanto, a porção de produtos não certificados têm de cumprir as normas de madeira controlada do FSC e estas especificam que as seguintes 5 origens devem ser evitadas:

- 1) Madeira proveniente do abate ilegal de floresta;
- 2) Madeira cujo abate viola os direitos tradicionais e civis;
- 3) Madeira proveniente de áreas cujos altos valores de conservação sejam ameaçados pelas actividades de gestão;
- 4) Madeira proveniente da conversão de florestas naturais;
- 5) Madeira proveniente de áreas plantadas com árvores geneticamente modificadas.

Para que integre um produto que possa ser vendido com a marca FSC, a certificação FSC da madeira controlada tem de ser verificada por uma entidade independente antes de ser misturada com material certificado pelo FSC.

De acordo com os dados disponibilizados publicamente por FSC, 2011e, um candidato à certificação da gestão florestal sustentável e/ou da cadeia de responsabilidade terá de atravessar cinco estágios até obter o certificado do FSC. Esses estágios ou etapas são os que se apresentam de seguida:

1. O candidato entra em contacto com uma entidade certificadora, que estima os custos e o tempo associados ao processo, através do fornecimento de informação básica acerca das operações do candidato. A mesma é responsável por disponibilizar informação acerca dos requisitos para o processo de certificação. Estas entidades são dotadas de competência, legitimidade e independência através da monitorização regular do seu próprio processo de acreditação para executar os seus serviços.



2. Após consultar uma ou várias entidades certificadoras, o candidato decide com qual destas entidades pretende trabalhar e entra em acordo com a mesma para o efeito.



3. É realizada uma auditoria de concessão para avaliar a adequação do candidato ao estatuto de certificação. Durante este processo, a entidade certificadora realiza visitas à área florestal e requiere documentação diversa do candidato.



4. A informação recolhida na auditoria é utilizada para compilar um relatório de auditoria. A entidade certificadora recorre a este relatório para tomar uma decisão acerca da concessão do estatuto de certificação.



5. Caso a decisão da certificação seja positiva, é atribuído ao candidato um certificado do FSC e é-lhe autorizado a utilizar o seu logotipo nos seus produtos. Porém, o relatório de auditoria pode revelar a necessidade do candidato modificar as suas práticas e avançar para auditorias posteriores assim que estejam implementadas as alterações propostas no relatório de auditoria, para demonstrar complacência com os requisitos do FSC.

Os certificados FSC são válidos por um período de 5 anos. A partir da entrega do certificado ao candidato, a entidade certificadora acreditada pelo FSC leva a cabo auditorias de acompanhamento anuais, para verificar se se mantém uma tendência contínua do mesmo para o cumprimento dos requisitos do FSC.

Independentemente da escala ou da intensidade da gestão e das operações, os custos do processo de certificação e por vezes o número de modificações a realizar e que constam do relatório de auditoria, seguidas de auditorias sucessivas são muito elevados e portanto, a certificação não é acessível a todos. Só a partir de 2004 o FSC tomou consciência desta questão social e agiu em conformidade com a sua política e missão. A instituição passou a oferecer soluções para áreas florestais reduzidas e gestão florestal de baixa intensidade com a criação do programa *Small and Low Intensity Managed Forests* (SLIMF). De acordo com FSC, 2011f, o FSC definiu o tamanho da floresta sob gestão entre 100 e 1000 hectares, dependendo do país, e a intensidade das operações a uma frequência de menos de 20% do acréscimo médio anual em madeira. O procedimento de certificação para os proprietários individuais das áreas florestais enquadradas neste regime seguem o processo base de certificação pelo FSC mas possuem algumas diferenças importantes nos procedimentos de certificação e nas normas utilizadas para avaliar a boa gestão florestal. Em primeiro lugar, os procedimentos de auditoria são simplificados de maneira a que muitos dos custos directos com o processo de certificação sejam reduzidos. Em segundo lugar, o FSC estipula que todas as normas nacionais elaboradas para a certificação da gestão florestal sustentável contenham indicadores específicos para áreas florestais reduzidas e com operações de baixa intensidade. Estes indicadores são projectados especificamente para a criação de requisitos modificados que incluam o tamanho e intensidade destas operações.

O FSC tem ainda disponível a hipótese de certificação em grupo. Os proprietários florestais ao agregarem as suas áreas e concordarem numa gestão conjunta que respeite os princípios e critérios do FSC reduzem substancialmente os custos de certificação, comparando com os custos associados à certificação individual. As mesmas regras apresentadas anteriormente para pequenas áreas florestais e operações de baixa intensidade aplicam-se na certificação em grupo do FSC para os proprietários em questão.

Embora o FSC tenha neste momento 15 anos de existência, já é possível analisar os resultados da sua implementação nos mercados internacionais e a evolução da sua marca ao longo dos anos de actuação. De seguida, será revista e analisada a informação que reflecte o impacte mundial da política da organização e o seu contributo para as opções voluntárias de proprietários e gestores

florestais de aderirem a este conceito de certificação da gestão florestal e da cadeia de custódia. Para isso recorreu-se ao documento *Global FSC Certificates: type and distribution* (FSC, 2011g), cuja versão disponível durante a elaboração desta dissertação data de Agosto de 2011 e, de acordo com a mesma, a certificação FSC para a gestão florestal sustentável encontra-se presente em 79 países, num total de 1049 certificados emitidos e 140 502 262 hectares de área certificada. A certificação FSC da cadeia de custódia encontra-se presente em 107 países, num total de 21 063 certificados emitidos. A distribuição dos dados por região para a gestão florestal sustentável é observável na Figura 3.3.

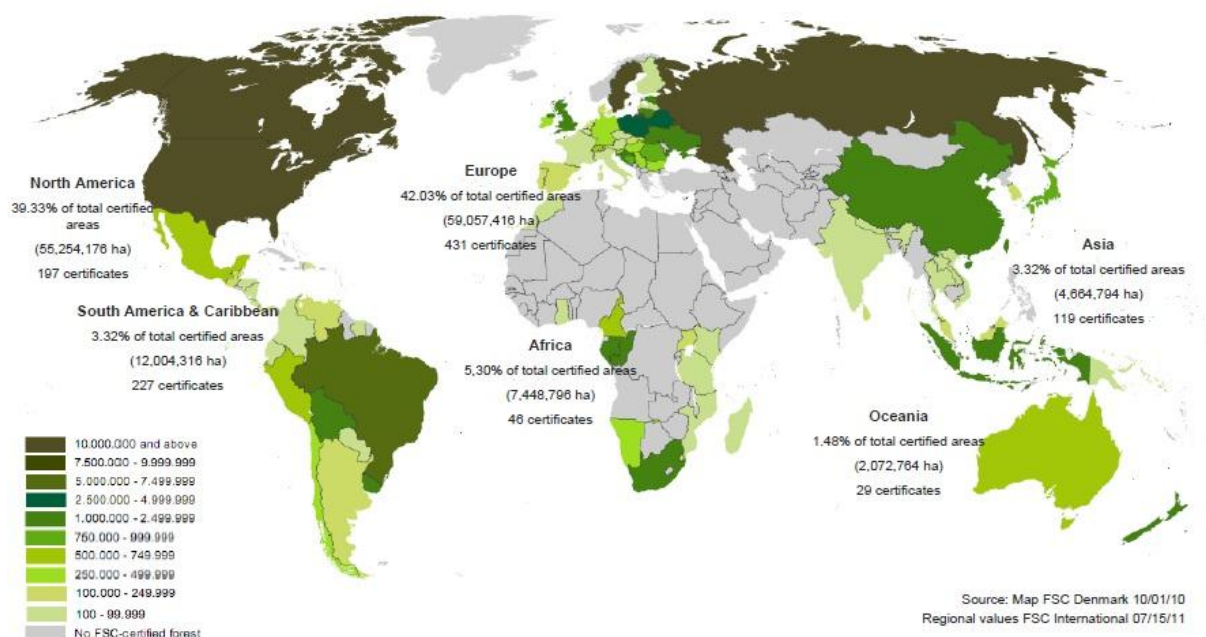


Figura 3.3 - Distribuição da área e do número de certificados FSC por região. (Fonte: adaptado de FSC, 2011g.)

A distribuição da área certificada pelo FSC varia de região para região, concentrando-se em maior parte na América do Norte e na Europa, com 39,33% (197 certificados) e 42,03% (431 certificados) da área certificada total. A América do Sul e Caraíbas representam apenas 3,32% de área certificada total mas com um número elevado de certificados (221) e área. As áreas de floresta certificada pelo FSC em África (5,30% da área total certificada) concentram-se sobretudo na África do Sul, Gabão e República do Congo. A certificação está também presente na Ásia, com uma representação de 3,32% (119 certificados) da área total certificada e na Oceânia com 1,48% (29 certificados) da área total certificada.

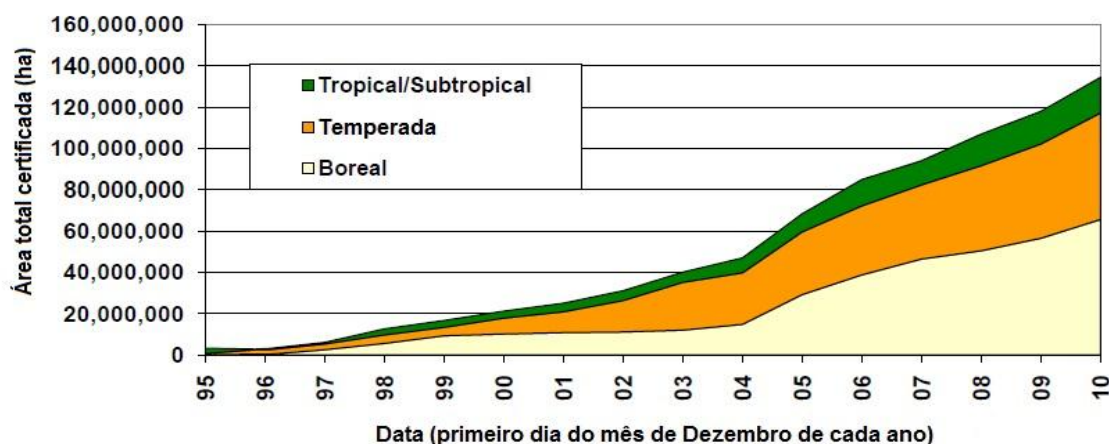


Figura 3.4 - Evolução da área total certificada pelo FSC. (Fonte: adaptado de FSC, 2011g.)

A área certificada pelo referencial FSC tem vindo a aumentar substancialmente todos os anos desde o início das operações e na Figura 3.4 é possível observar esta evolução. É importante referir que nos primeiros 8 anos de operações o FSC certificou cerca de 40 milhões de hectares e nos 7 anos seguintes mais que duplicou a área certificada. Este aspecto deveu-se não só à expansão e reconhecimento mundial da marca FSC como contributo para a sustentabilidade da gestão florestal, mas também pela implementação de políticas elaboradas em anos anteriores como a certificação em grupo da cadeia de custódia e a definição de uma estratégia social que posteriormente levou à criação das normas para pequenos proprietários e gestão de baixa intensidade.

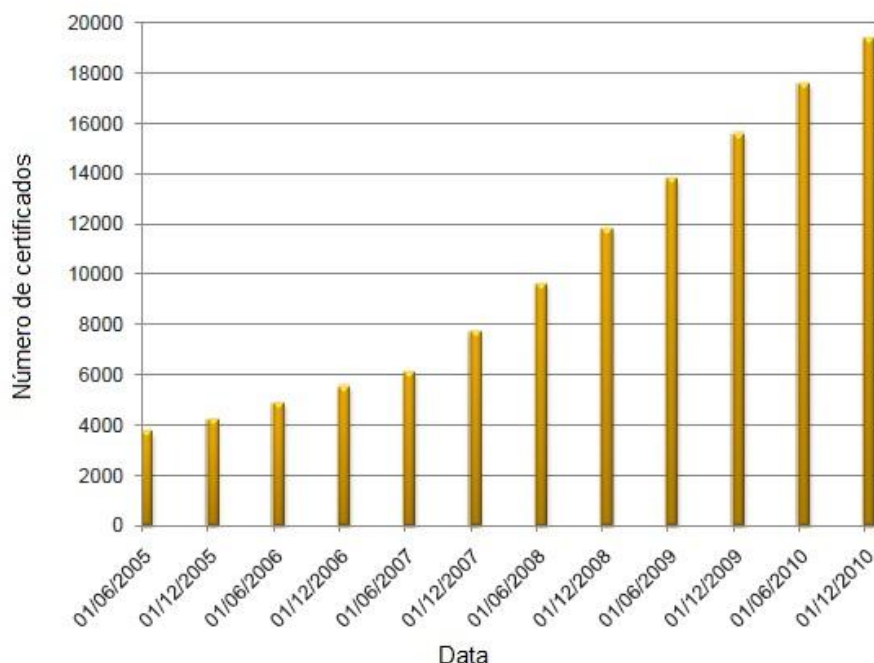


Figura 3.5 - Evolução do número de certificados da cadeia de custódia pelo FSC.

(Fonte: adaptado de FSC, 2011g.)

Como se pode verificar na Figura 3.5, em 5 anos o número de certificados da cadeia de custódia quase quintuplicou, de cerca de 4000 certificados atribuídos até 2005 para quase 20 000 certificados

atribuídos até Dezembro de 2010. Estes números reflectem o sucesso da implementação da marca FSC nos mercados internacionais, não só pelo aumento da necessidade de uma gestão responsável para ambiente e socialmente justa, mas também pela procura de produtos cujos processos de produção respeitam os princípios e critérios do FSC.

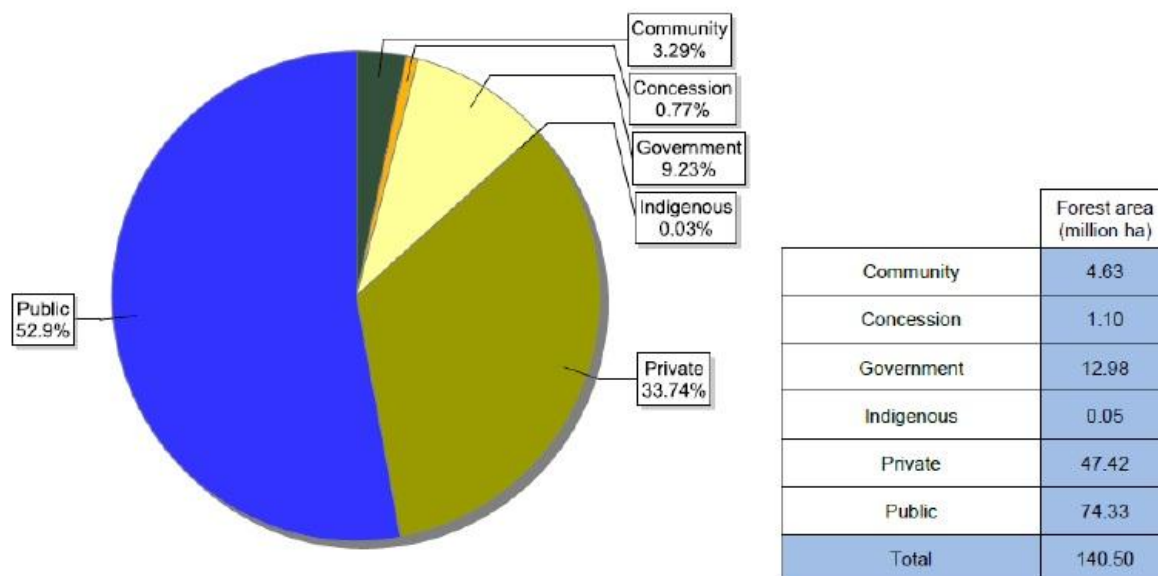


Figura 3.6 - Distribuição da área certificada pelo FSC por detentor da propriedade.

(Fonte: adaptado de FSC, 2011g.)

As áreas cuja gestão florestal sustentável se encontra certificada pertencem na sua maioria a proprietários públicos e privados (Figura 3.6). As áreas que pertencem a entidades públicas têm uma maior fatia, representando um total de 52,9%, com 74,33 milhões de hectares certificados. Este dado reflecte bem as opções tomadas pelos decisores políticos dos países que reconhecem a gestão florestal sustentável do FSC tanto como solução, mas também como exemplo para proprietários privados. No mesmo contexto, os proprietários privados detêm 33,74% da floresta certificada pelo referencial FSC, num total de 47,42 milhões de hectares. As restantes áreas representam em conjunto 13,36% e pertencem aos governos de alguns países, às comunidades, concessões e à população indígena.

No mesmo contexto a Figura 3.7 mostra que, apesar da maioria da área florestal certificada ser detida por organismos públicos, o número de certificados atribuídos à gestão florestal sustentável é superior para os proprietários privados. Neste caso, é justificável simplesmente pela existência de uma quantidade reduzida de organismos públicos que detêm uma elevada área florestal, em contraste com os proprietários privados que são detentores de áreas de menor tamanho comparativamente ao último. Este pressuposto justifica também o maior número de certificados atribuídos aos detentores dos terrenos comunais, comparando por exemplo com os Governos detentores de áreas florestais, com uma maior área certificada do que os primeiros mas com um menor número de certificados atribuídos.

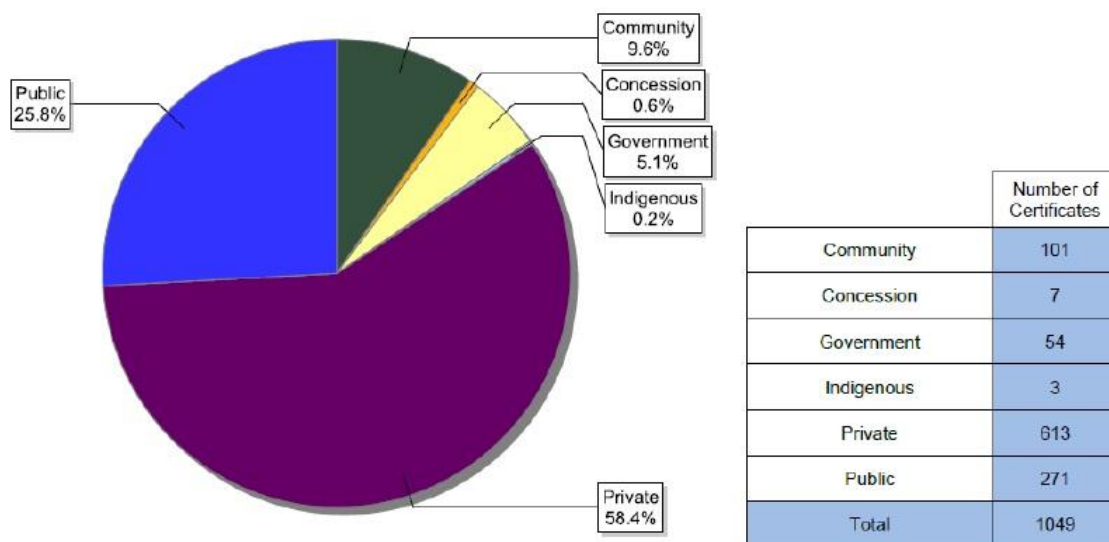


Figura 3.7 - Distribuição do número de certificados FSC por detentor da propriedade.

(Fonte: adaptado de FSC, 2011g.)

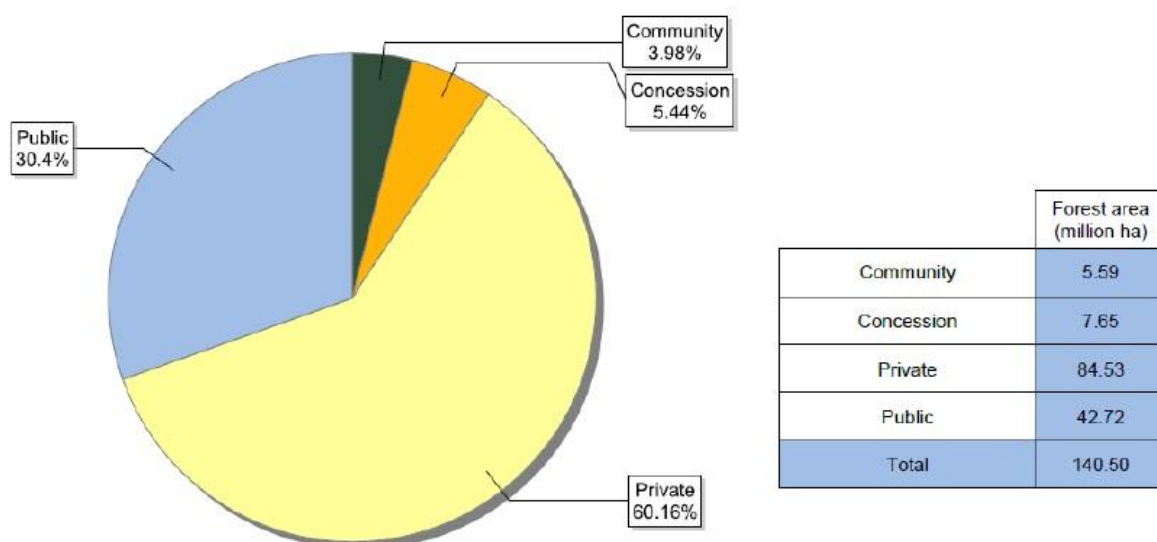


Figura 3.8 - Distribuição da área certificada pelo FSC pela natureza da gestão. (Fonte: adaptado de FSC, 2011g.)

Na Figura 3.8 é possível verificar que a gestão das áreas certificadas pelo FSC estão entregues em 60,16% a entidades gestoras privadas. Visto que estas organizações e/ou indivíduos procuram o maior rendimento das suas explorações é natural que, com o crescimento e reconhecimento da marca FSC, surjam cada vez mais gestores a adoptar as boas práticas ligadas a este referencial de certificação, de modo a aumentar a competitividade nos mercados internacionais.

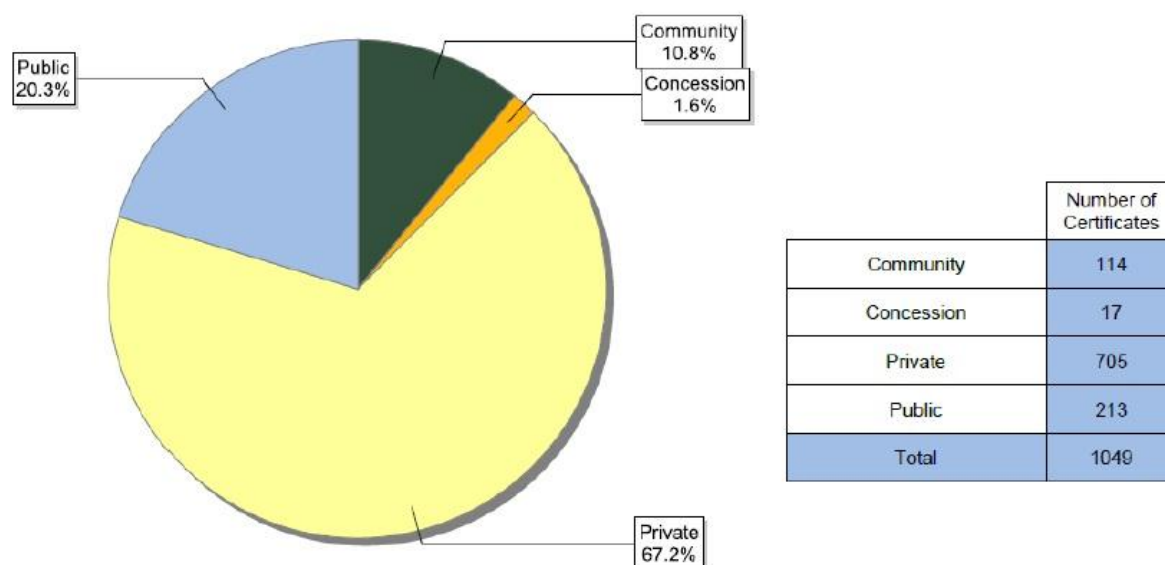


Figura 3.9 - Distribuição do número de certificados FSC pela natureza da gestão.
(Fonte: adaptado de FSC, 2011g.)

O que foi dito anteriormente é confirmado pela Figura 3.9. O número de certificados FSC atribuídos à gestão privada da propriedade florestal ultrapassa largamente o número de certificados atribuídos aos outros tipos de gestão, com 715 certificados contra 213 atribuídos à gestão pública, 114 às comunidades e 17 às concessões.

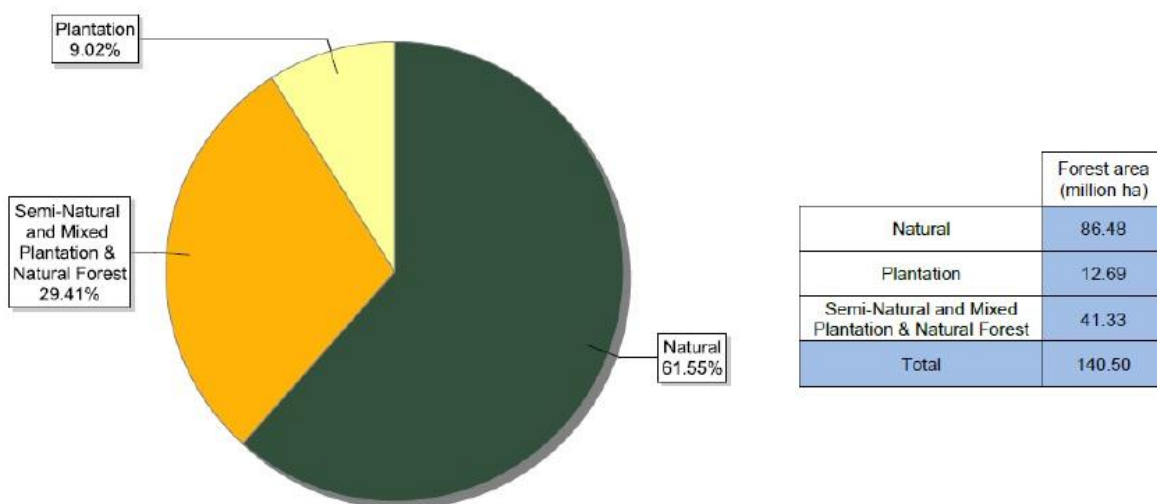


Figura 3.10 - Distribuição da área certificada pelo FSC por tipo de floresta. (Fonte: adaptado de FSC, 2011g.)

As áreas de floresta natural certificadas pelo FSC representam 61,55% do total, com 86,48 milhões de hectares de floresta certificada (Figura 3.10). Este número representa o compromisso feito pelo FSC no combate à deflorestação e degradação das florestas naturais. As áreas naturais são, no entanto, muito mais extensas que as áreas de floresta plantada e as florestas mistas o que faz com que os outros tipos de floresta representem uma proporção muito menor no total de área certificada

com uma distribuição relativa de 9,02% e 29,41% da área total, respectivamente, quando comparadas com as áreas de floresta natural.

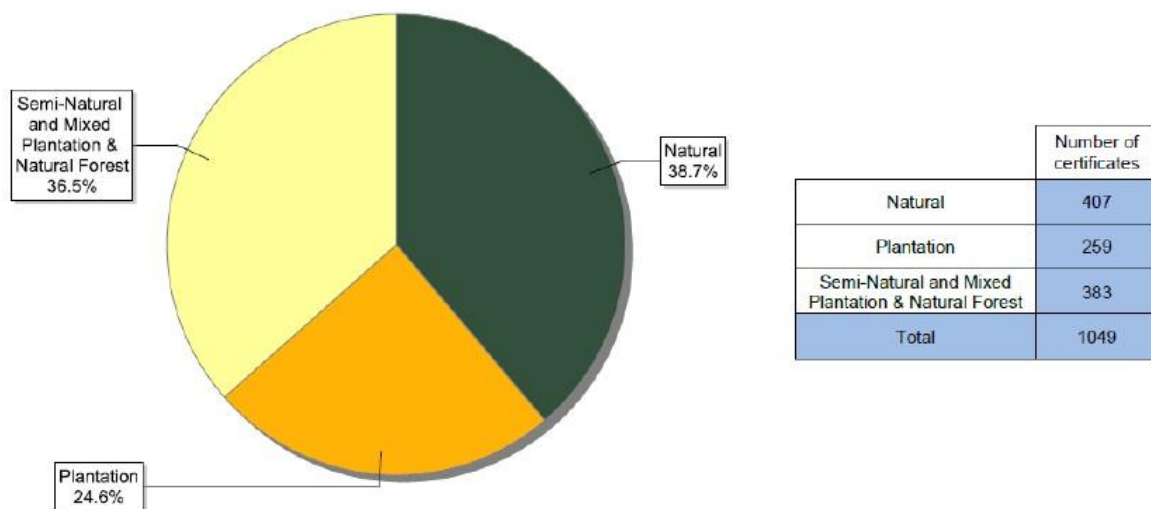


Figura 3.11 - Distribuição do número de certificados FSC por tipo de floresta. (Fonte: adaptado de FSC, 2011g.)

Este pressuposto é confirmado pelo número de certificados atribuídos a cada um dos tipos de floresta. Como podemos observar na Figura 3.11, existe um maior equilíbrio entre o número de certificados atribuídos às florestas naturais, representando 38,7%, com 407 certificados, e às florestas mistas ou seminaturais com uma proporção de 36,5%, com 383 certificados atribuídos. Ainda assim, as plantações florestais representam 24,6% do total de certificados atribuídos mas num total de área certificada apenas de 9,02% do total o que poderá sugerir uma maior dificuldade no cumprimento dos critérios do FSC na adopção deste tipo de gestão.

Na Figura 3.12 é possível verificar a contribuição das iniciativas de âmbito nacional e regional para a certificação FSC, dando conta de alguma descentralização deste esquema e promovendo a criação de normas específicas para os casos específicos dos países em questão. Das 28 normas nacionais existentes, neste gráfico destaca-se particularmente a contribuição das normas regionais do Canadá, da Suécia e da Rússia para as áreas certificadas pelo FSC.

Actualmente ser certificado pelo FSC revela um compromisso com os mais altos padrões ambientais e sociais no mercado e, à medida que a preocupação e o interesse público pelo estado das florestas mundiais e dos recursos florestais aumenta, a certificação pelo referencial FSC apresenta-se como uma solução credível para os problemas sociais e ambientais complexos ligados à floresta. O rótulo obtido pelo certificado FSC é visto como uma maneira efectiva de obter o reconhecimento público sobre as práticas responsáveis de uma determinada organização e reflecte-se em credibilidade perante consumidores, parceiros de negócios, instituições financeiras e organismos de fiscalização. O reconhecimento obtido ao longo dos anos por esta instituição permite ainda a que os organismos certificados sintam as suas marcas e reputação protegidas, e permitem a que estas obtenham o acesso a mercados altamente sensíveis do ponto de vista ambiental.

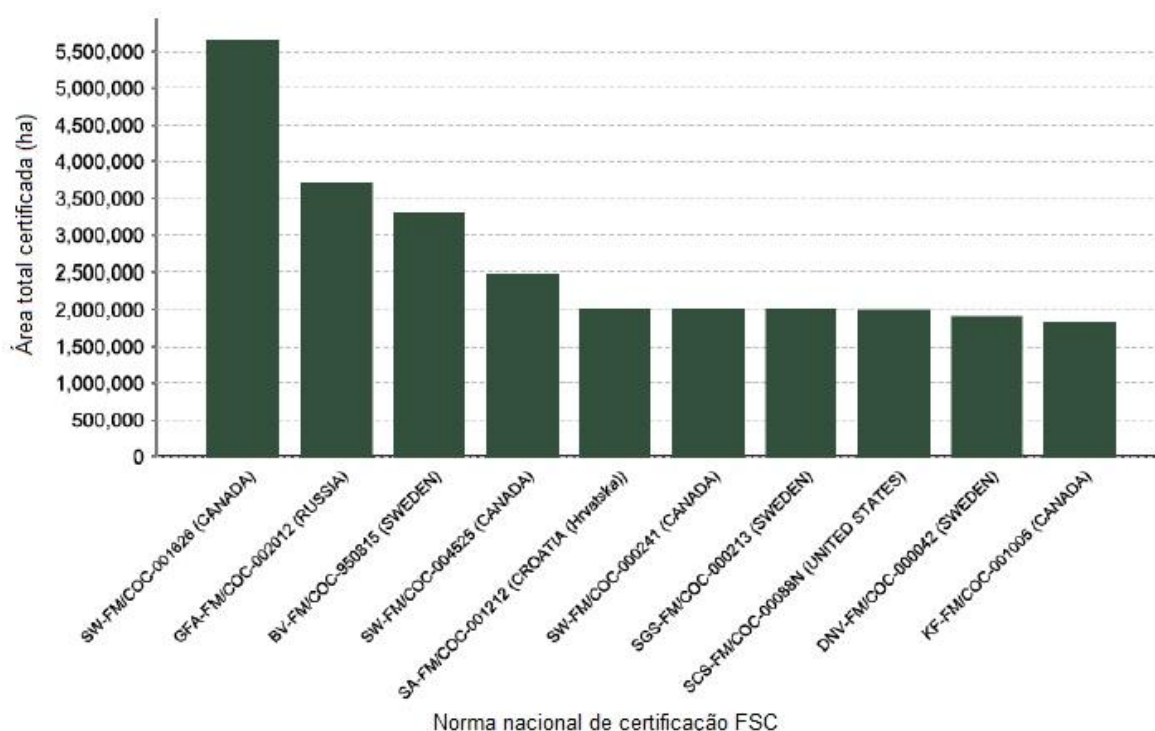


Figura 3.12 - Área total certificada pelas normas nacionais/regionais do FSC. (Fonte: adaptado de FSC, 2011g.)

3.1.2. Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes (PEFC)



Figura 3.13 - Logotipo do PEFC. (Fonte: Timbersource, 2011)

O PEFC (Figura 3.13) é uma organização sem fins lucrativos mas, como todas as organizações, possui diversas fontes de financiamento e um orçamento anual que se aproxima dos 2,5 milhões de euros. A principal fonte de financiamento são as quotas dos membros filiados, mas são-lhe também reconhecidas outras fontes de financiamento como a atribuição de subsídios, bolsas, doações e heranças provenientes de entidades públicas ou privadas, indivíduos ou qualquer combinação que venha a resultar da sua actividade (PEFC, 2009).

De acordo com PEFC, 2009, o *PEFC Council* é a entidade internacional do PEFC e possui 5 objectivos ou finalidades, que se apresentam de seguida:

- i. Promover a Gestão Florestal Sustentável através da implementação do PEFC;
- ii. Agir como corpo directivo do esquema PEFC;
- iii. Coordenar e desenvolver a implementação do esquema PEFC como um esquema de certificação florestal credível;
- iv. Avaliar a conformidade dos esquemas de certificação participantes com os requisitos do esquema PEFC;
- v. Agir como o representante formal do sistema PEFC.

O *PEFC Council* é constituído por três tipos de membros:

- a) Corpos directivos nacionais, estabelecidos com o objectivo de iniciar e dirigir a implementação do esquema PEFC no seu país de origem;

As organizações de proprietários florestais nacionais, ou as organizações nacionais do sector florestal a quem seja atribuída o suporte da maioria das organizações de proprietários florestais num determinado país, são responsáveis por convidar as organizações nacionais que representam todas as partes interessadas relevantes com o objectivo de constituir o Corpo Directivo Nacional do PEFC. O número mínimo de corpos directivos nacionais no *PEFC Council* é de seis. A admissão de novos membros desta categoria é decidida pela Assembleia Geral com uma simples maioria de votos após proposta do Conselho de Administração. Todos os membros nesta categoria têm direito entre 1 e 4 votos, de acordo com as seguintes categorias de volume de corte anuais: menos de 10 milhões de m³; entre 10 e 30 milhões de m³; entre 30 e 100 milhões de m³ e superior a 100 milhões de m³, de acordo com as estatísticas oficiais da ECE/FAO.

- b) Partes Interessadas Internacionais, que são uma parte integral do *PEFC Council* e, como tal, possuem o mesmos direitos básicos e obrigações que todos os restantes membros;

A filiação nesta categoria de membro é restrita a organizações com uma presença operacional legal em dois ou mais países, ou caso estas se encontrem legalmente registadas como organizações internacionais. As organizações com o objectivo de serem admitidas como filiadas no PEFC precisam cumprir uma série de requisitos, nos quais se incluem: a sua candidatura ser proposta por dois membros existentes no *PEFC Council*; a sua candidatura ser suportada por um pedido por escrito assinado por um funcionário legal e devidamente autorizado, da organização a que pertence; incluir na candidatura os detalhes dos objectivos principais da organização e as suas áreas de operação; incluir na sua candidatura um compromisso de adesão aos princípios do *PEFC Council*. A integração destes membros é decidida por votação secreta e a sua candidatura é aprovada para filiação através de uma simples maioria de voto. O candidato adquire o estatuto de membro imediatamente após o pagamento da taxa de adesão apropriada. Cada um dos membros integrantes desta categoria tem direito a 1 voto, desde que o total não exceda o equivalente a 50% do número de votos dos corpos directivos nacionais, representado assim um terço dos votos da Assembleia Geral.

- c) Membros Extraordinários. Desta categoria faziam parte associações internacionais que apoiam os objectivos do PEFC, mas sem qualquer direito de voto. Actualmente esta categoria encontra-se fechada a novas adesões e os membros existentes têm o direito de submeter a sua candidatura à categoria de Partes Interessadas Internacionais.

Todos os membros do *PEFC Council* assumem o compromisso de garantir que, de acordo com a sua responsabilidade, os requisitos do PEFC são implementados de acordo com as regras estabelecidas pelo *PEFC Council*.

De acordo com a informação disponível (PEFC, 2011b), o PEFC tem actualmente 35 membros na categoria de Corpo Directivo Nacional. As organizações que pertencem à categoria de Partes Interessadas Nacionais (PEFC, 2011c) são as que se apresentam de seguida:

- ✓ Building and Wood workers' International;
- ✓ Confederation of European Forest Owners;
- ✓ Confederation of European Paper Industries;
- ✓ Earth Focus Foundation;
- ✓ European Network of Forest Entrepreneurs;
- ✓ European Tissue Symposium;
- ✓ International Family Forestry Alliance;
- ✓ Metsaliitto Group;
- ✓ StoraEnso.

Como já foi referido anteriormente a categoria de membros extraordinários da Assembleia Geral do PEFC encontra-se actualmente fechada a novas adesões. No entanto ainda possui alguns membros inscritos nesta categoria e que podem submeter a sua candidatura a membros da categoria de Partes Interessadas Internacionais. De acordo com PEFC, 2011d, os membros extraordinários que têm assento na Assembleia Geral do PEFC mas não possuem direito de voto são:

- ✓ European Confederation of Woodworking Industries;
- ✓ European Landowners' Organization;
- ✓ European Timber Trade Association;
- ✓ Fédédération Européene des Communes Forestières;
- ✓ Manufacturers of Educational & Commercial Stationery European Association;
- ✓ Union of European Foresters;
- ✓ Union of Silviculturists of Southern Europe.

A Assembleia Geral é a mais alta autoridade do *PEFC Council* e esta reúne-se regularmente, pelo menos uma vez por ano. Cada membro da categoria de Corpo Directivo Nacional é representado por um delegado que pode ser substituído, caso necessário, por um delegado substituto devidamente autorizado e pertencente ao mesmo corpo directivo nacional. Caso o delegado seja impedido de participar por qualquer motivo, ao substituto são-lhe atribuídos os mesmos direitos que o delegado. Os delegados podem também fazer-se acompanhar por outros representantes do corpo directivo nacional. Estes funcionam apenas como observadores e podem apresentar-se até um máximo de dois por corpo directivo nacional. Cada membro da categoria de Partes Interessadas Internacionais deverá nomear um delegado como seu representante. Qualquer que seja o membro da Assembleia Geral, este pode introduzir pontos na ordem de trabalhos da agenda da Assembleia Geral desde que sejam relevantes e subscritos por outro membro.

O quórum de votação da Assembleia Geral é considerado com metade dos corpos directivos nacionais presentes. Esta é presidida por um Presidente, eleito pelos delegados numa maioria de dois terços dos votos contados e por um período de 3 anos. O mesmo pode ser eleito para um

segundo e terceiro mandatos. A Assembleia Geral elege ainda um primeiro e segundo Vice-Presidentes para um mesmo período de mandato. A estes cabe a responsabilidade de presidir a Assembleia Geral na ausência do Presidente. Caso o Presidente ou qualquer dos Vice-Presidentes se encontrem ausentes, a Assembleia Geral pode ser presidida por um membro escolhido de entre os delegados presentes.

O Conselho de Administração do *PEFC Council* é eleito pela Assembleia Geral. Qualquer das categorias de membros tem o direito de nomear candidatos e os membros constituintes do Conselho de Administração do *PEFC Council* podem ser membros de ambas as categorias, no entanto, não têm necessariamente de ser delegados do *PEFC Council*. O Presidente e Vice-Presidentes da Assembleia Geral são automaticamente nomeados para o Conselho de Administração e tanto estes como os outros membros não têm o direito de votar na Assembleia Geral do *PEFC Council*.

Compete à Assembleia Geral as seguintes funções:

- a) Adopção e revisão dos estatutos do *PEFC Council*;
- b) Correção e revisão dos documentos técnicos e procedimentos que regulam o esquema PEFC;
- c) Decisão acerca do estabelecimento e localização do secretariado;
- d) Eleição e demissão dos membros do Conselho de Administração;
- e) Eleição de dois auditores da contabilidade;
- f) Adopção do orçamento anual e contabilidade do *PEFC Council*;
- g) Admissão de novos membros e demissão de membros existentes;
- h) Dissolução do *PEFC Council*.

A administração e gestão do *PEFC Council* são executadas pelo Conselho de Administração que reúne pelo menos duas vezes por ano. Este compreende o Presidente do *PEFC Council*, os dois Vice-Presidentes e 2 a 10 membros que são eleitos pela Assembleia Geral por um período de 3 anos. A constituição de membros para o Conselho de Administração deve englobar a representação da maioria das partes interessadas que apoiam o PEFC, a distribuição geográfica e um balanço apropriado de géneros sexuais dos membros integrantes, e a diversidade das suas categorias de corte anuais. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pela aprovação de uma simples maioria de voto e em caso de igualdade de voto, o Presidente tem um voto de desempate. Os membros do Conselho de Administração são eleitos para um mandato de 3 anos e um terço dos membros torna-se elegível para reeleição após um ano. Os membros do Conselho podem ainda ser reeleitos para mais mandatos.

Compete ao Conselho de Administração o cumprimento das seguintes tarefas:

- i. Coordenação e administração dos trabalhos do *PEFC Council*;
- ii. Nomeação de um comité executivo constituído pelo Presidente e Vice-Presidentes do *PEFC Council* para se encarregarem de alguns deveres e funções do Conselho.
- iii. Delegar as funções e tarefas do Secretário-Geral tais como determinadas pelo Conselho;

- iv. Preparação das reuniões da Assembleia Geral;
- v. Preparação do orçamento anual e do fecho da contabilidade;
- vi. Decidir acerca da conformidade de esquemas de certificação florestal com os requisitos definidos pelo *PEFC Council*;
- vii. Criação de grupos de trabalho e painéis de peritos para artigos específicos sempre que se justifique;
- viii. Promoção e relações públicas;
- ix. Emprego e demissão de um Secretário-Geral ou outro pessoal;

O Presidente e o Secretário-Geral representam a associação em conjunto com um direito colectivo de assinatura. Qualquer decisão, que vinculem o *PEFC Council* financeira ou politicamente terão de ser decididas pelo Conselho de Administração e assinadas pelo Presidente e pelo Secretário-Geral. Este último é responsável pelo trabalho do secretariado e pelo Conselho de Administração, assegurando a comunicação entre os membros e apoiando o trabalho do Conselho. O Secretário-Geral participa em todas as reuniões, quer da Assembleia Geral, quer do Conselho de Administração, quer do Comité Executivo e tem a tarefa de registo das actas das mesmas. Qualquer dos membros do Conselho ou do Secretariado, assim que assumem funções no *PEFC Council*, não poderão aceitar qualquer outro tipo de cargo e são apenas responsáveis pelo exercício do seu mandato.

O PEFC, ao contrário do FSC, funciona como uma organização tipo *bottom-up* e baseia-se nos referenciais da ISO. Como tal, possui uma estrutura técnica, documental e governativa complexa. O trabalho e os procedimentos do PEFC são baseados em documentação técnica com uma grande variedade de utilizadores, desde utilizadores do esquema PEFC, organizações em processo de desenvolvimento de esquemas de certificação, membros do PEFC e também o próprio PEFC. Deste modo, é imperativo que a documentação técnica do PEFC seja capaz de definir disposições claras e inequívocas, possuir uma estrutura uniforme de maneira a transmitir um estilo e terminologia homogéneas e ser consistente com os restantes documentos do PEFC.

De acordo com a Figura 3.14, o PEFC possui 3 categorias de documentos técnicos: as normas internacionais, divididas em requisitos dos esquemas de certificação e requisitos dos utilizadores dos esquemas PEFC; os guias, divididos em documentos de procedimentos e outros guias; e as boas práticas PEFC. Todos estes documentos possuem identificação própria, a sua aprovação e características de elaboração estão bem definidas e encontram-se disponíveis para consulta pública.

Document category		Identification	Approved by	Mandatory status	Document availability	Document setting
PEFC international standards	Requirements for certification schemes	PEFC ST 1XXX: year	PEFC GA	Mandatory	Public	Consensus building amongst stakeholders
	Requirements for PEFC scheme(s) users	PEFC ST 2XXX: year	PEFC GA	Mandatory	Public	Members consultation Public consultation
PEFC Guides	PEFC procedure document	PEFC GD 1xxx: year	PEFC BoD	Mandatory	Public	Members consultation
	Other guides	PEFC GD xxxx: year	PEFC BoD	Mandatory / voluntary	Public	Consensus building amongst members and experts Members consultation
PEFC Best Practice		PEFC BP x: year	PEFC BoD	Voluntary	Public	Members consultation

NOTE: PEFC GA is PEFC Council General Assembly, PEFC BoD is PEFC Council Board of Directors

Figura 3.14 - Estrutura da documentação técnica do PEFC. (Fonte: adaptado de PEFC, 2008.)

Os documentos técnicos da categoria *PEFC International Standards*, que regulam a estrutura governativa apresentam-se e são descritos no Quadro 3.2:

Título	Identificação	Descrição
Standard Setting	PEFC ST 1001:2010	Descreve os requisitos dos organismos de normalização no desenvolvimento e revisão de normas específicas de gestão florestal e cadeia de custódia. Baseada na ISO/IEC Guide 59.
Group Forest Management Certification	PEFC ST 1002:2010	Define os requisitos gerais para os esquemas de certificação florestal que incluem a certificação da gestão florestal em grupo e permitem um determinado número de proprietários/gestores sob o mesmo certificado.
Sustainable Forest Management	PEFC ST 1003:2010	Envolve os requisitos para as normas de gestão florestal aplicáveis a todos os tipos de floresta.
PEFC Logo Usage Rules	PEFC ST 2001:2008 v2	Envolve os requisitos para os utilizadores do logotipo do PEFC de modo a assegurar uma utilização precisa, verificável, relevante e não enganosa do mesmo.
Chain of Custody	PEFC ST 2002:2010	Especifica os requisitos que as organizações devem cumprir de maneira a obter a certificação da cadeia de custódia.
Certification and Accreditation Procedures	Annex 6	Define os procedimentos de certificação e acreditação para os esquemas de certificação nacionais.
Endorsement and Mutual Recognition of National Schemes and their Revision	Annex 7	Determina as regras para a avaliação e reconhecimento mútuo de esquemas de certificação nacionais, e para guiar a avaliação e tomada de decisão nesse processo.

Quadro 3.2 - Normas internacionais PEFC. (Fonte: PEFC, 2011e.)

No mesmo contexto os guias, incluindo a sua descrição, apresentam-se de seguida, no Quadro 3.3:

Título	Identificação	Descrição
Structure of the PEFC Technical Documentation	PEFC GD 1001:2008	Envolve os requisitos para a identificação, estado (obrigatório/voluntário), desenvolvimento (incluindo aprovação) e disponibilidade pública dos documentos técnicos desenvolvidos e dirigidos pelo PEFC.
Acceptance of PEFC Members	PEFC GD 1002:2008	Define as condições e procedimentos para candidatura e admissão de membros no PEFC.
PEFC Council Technical Documents Development Procedures	PEFC GD 1003:2009	Envolve os procedimentos para o desenvolvimento de documentos técnicos para assegurar objectividade, eficiência e transparência entre partes interessadas participantes.
Administration of PEFC Scheme	PEFC GD 1004:2009	Envolve os requisitos para a administração do esquema PEFC incluindo a notificação de organismos de certificação pelo PEFC, licença de utilização do logotipo do PEFC, operação do sistema de registo PEFC, reclamações e procedimentos de disputa.
Issuance of PEFC Logo Use Licenses by the PEFC Council	PEFC GD 1005:2010	Envolve a emissão de licenças de uso do logotipo PEFC pelo PEFC Council para assegurar o uso legal em conformidade com os requisitos para a utilização do logotipo PEFC (PEFC ST 2001:2008) e sua aplicação.
PEFC Notification of Certification Bodies by PEFC Council	PEFC GD 1006:2010	Descreve os procedimentos para a emissão de notificações do PEFC para organismos de certificação que envolvem certificação da cadeia de custódia do PEFC.
Chain of Custody of Forest-Based Products - Guidance for Use	PEFC GD 2001:2011	Providencia informação acerca da implementação dos requisitos da cadeia de custódia PEFC (PEFC ST 2002:2010).

Quadro 3.3 - Guias PEFC. (Fonte: PEFC, 2011f.)

O processo de reconhecimento pelo PEFC assegura que as normas nacionais obedecem ao referencial de sustentabilidade praticado pela organização e que todos os requisitos são aplicados de forma rigorosa e consistente em todos os esquemas nacionais de certificação. O reconhecimento mútuo entre os esquemas nacionais avalizados permite que a madeira certificada pelo PEFC seja identificada e aceite globalmente como uma entidade única, facilmente reconhecida pelo seu rótulo.

Qualquer sistema de certificação nacional que pretenda obter o aval do PEFC submete-se a um processo de avaliação completo e abrangente, incluindo avaliações independentes e consulta pública (Figura 3.15). Após este processo é publicado um relatório completo do processo.

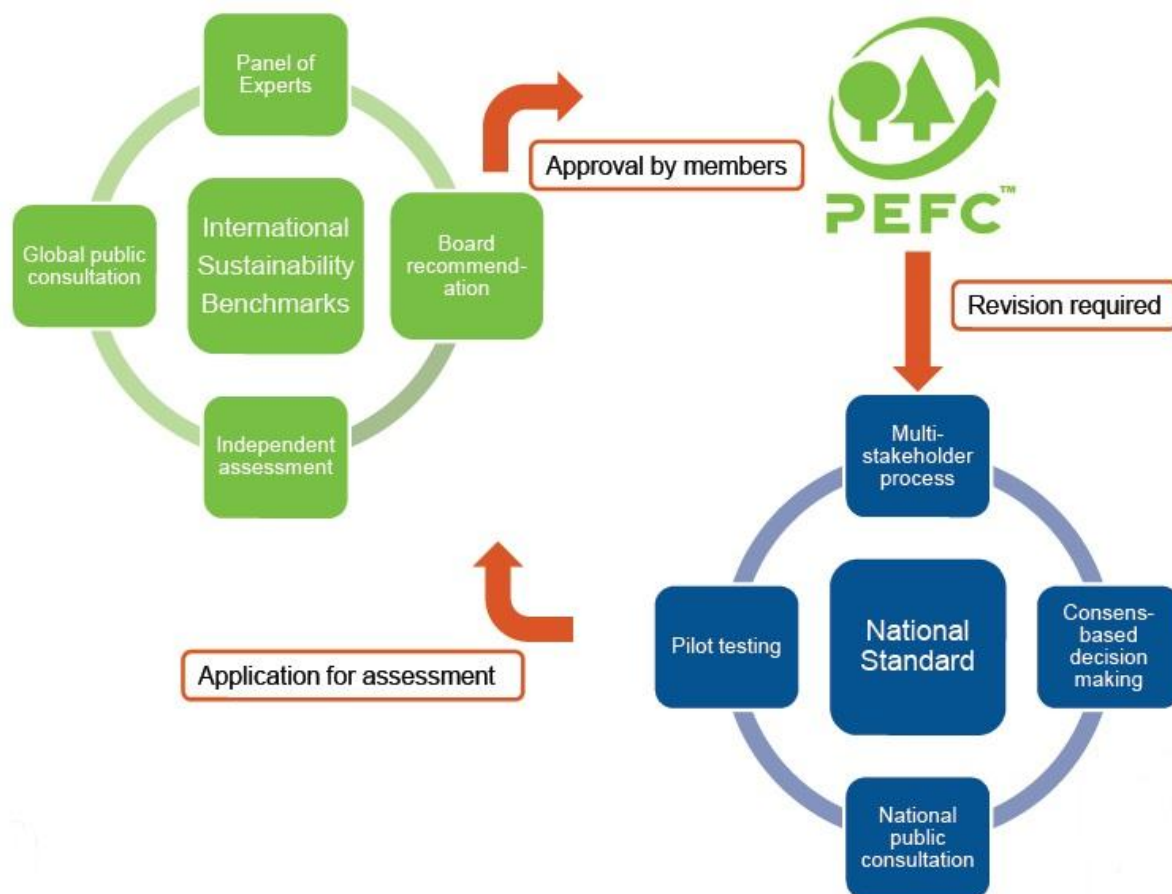


Figura 3.15 - Processo de reconhecimento de esquemas de certificação nacionais pelo PEFC.

(Fonte: PEFC, 2011g.)

De acordo com PEFC, 2011g, o processo para que seja atribuído o aval do PEFC a esquemas de certificação nacionais demora cerca de 9 meses a concluir e consiste em 8 passos que serão descritos de seguida:

1. Um sistema de certificação nacional submete uma aplicação para uma avaliação. É então nomeado um assessor independente, e o PEFC anuncia o início do processo de avaliação;
2. Toda a documentação acerca do sistema de certificação é disponibilizada publicamente. Os participantes globais são convidados a comentar e devolver feedback em qualquer aspecto do sistema. Esta consulta pública demora 60 dias e complementa o processo nacional de consulta efectuado aquando do desenvolvimento da norma;
3. O assessor apontado avalia a complacência do sistema nacional com os requisitos do PEFC. Essa avaliação é baseada em todos os comentários recebidos, visitas ao campo e outra informação disponível;
4. É reunido um painel de especialistas para rever o relatório de avaliação com o objectivo de assegurar a consistência, qualidade e robustez;
5. O relatório de avaliação completo, incluindo toda a documentação e feedback das partes interessadas, é avaliado pelo Conselho de Administração, que providencia uma recomendação à Assembleia Geral;

6. Toda a documentação e relatórios são depois submetidos à Assembleia Geral - alta autoridade do PEFC - para ser dado o aval;
7. A Assembleia Geral vota na avaliação do sistema de certificação nacional. Uma maioria de dois terços do quórum é necessária para que um sistema seja endossado;
8. A documentação completa relativa a todos os esquemas integrados no PEFC, incluindo os relatórios de avaliação completos e a avaliação do painel de peritos são disponibilizados publicamente.

O certificado PEFC atribuído é válido por um período de 5 anos após o anúncio oficial da integração do sistema de certificação nacional no referencial PEFC. O Conselho de Administração da organização pode suspender (com efeito imediato) e/ou terminar (com uma notificação enviada 3 meses antes do anúncio) o estatuto de reconhecimento pelo PEFC de um determinado esquema, caso surjam evidências de que esse esquema ou o corpo directivo nacional do PEFC para esse sistema não estão a cumprir os requisitos, regras e procedimentos, e caso a violação dos mesmos se prolongue após a emissão de um aviso escrito pelo Conselho de Administração do PEFC. O termo de validade ou a suspensão/término do estatuto de endosso no PEFC resulta na não consideração do reconhecimento pelo PEFC dos certificados emitidos para o esquema.

Embora o PEFC tenha surgido em 1999 e nos encontrarmos apenas nos primeiros 12 anos da sua actividade já é possível analisar o seu impacte no mundo, nos mercados internacionais e a evolução da sua marca desde o ano em que a organização entrou em funções. Para que tal seja possível, recorreu-se ao documento *PEFC Global Certification: Forest Management & Chain of Custody* (PEFC, 2011h) de Agosto de 2011 e foram analisados os dados que constam do mesmo. De acordo com este documento a área total de floresta certificada pelo PEFC contabiliza 241 451 506 hectares, estando presente em 27 países. A certificação PEFC da cadeia de custódia totaliza 8 530 certificados emitidos em 57 países. A distribuição da área florestal certificada pelo referencial PEFC no mundo é observável na Figura 3.16.

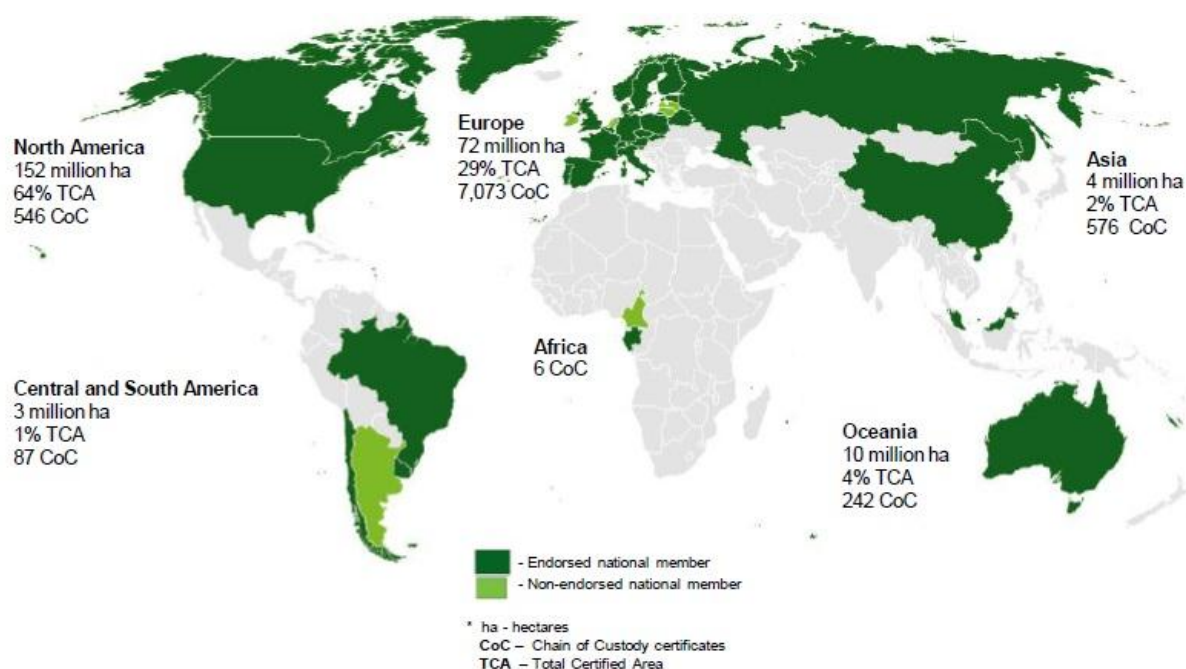


Figura 3.16 - Distribuição da área e do número de certificados PEFC por região.

(Fonte: adaptado de PEFC, 2011h.)

De acordo com a mesma, o referencial PEFC cobre uma área de floresta certificada no globo terrestre, principalmente no hemisfério Norte. O PEFC tem mais de metade da sua área total certificada na América do Norte, graças ao reconhecimento dos dois maiores esquemas de certificação nacionais do mundo, a SFI e a *Canadian Standards Association Sustainable Forest Management* (CSASFM), num total de 64% da área total certificada, com 152 milhões de hectares de floresta. A Europa ocupa o segundo lugar como a região com maior área certificada pelo referencial PEFC, com 72 milhões de hectares, ou 29% da área total certificada. No hemisfério Sul e na Ásia a área certificada nunca ultrapassa os 5% do total, sendo que em África não existe sequer área florestal certificada pelo PEFC. A Oceânia contribui com 10 milhões de hectares de floresta, com 4% da área total certificada afectada ao PEFC, as áreas da América Central e América do Sul totalizam 3 milhões de hectares num contributo de 1% da área total, e a Ásia com 4 milhões de hectares correspondendo a 2% da área certificada. No que diz respeito aos certificados emitidos para a cadeia de custódia, a Europa possui 7 073 certificados emitidos, existindo desta forma um número muito superior de certificados nesta região se for comparado com a soma das restantes regiões onde o PEFC está presente. A distribuição da área certificada pelo PEFC e dos certificados da cadeia de custódia emitidos por país é observável na Figura 3.17 e na Figura 3.18.

Country	Certified Area (ha)	Country	Certified Area (ha)
Australia	10,115,877	Latvia	998,263
Austria	2,517,245	Luxembourg	27,869
Belarus	7,787,600	Malaysia	4,646,068
Belgium	286,475	Norway	9,115,902
Brazil	1,260,164	Poland	1,082,578
Canada (CSA)	63,086,187	Portugal	206,830
Canada (SFI)	54,135,685	Russia	177,396
Chile	1,913,521	Slovak Republic	1,253,708
Czech Republic	1,883,149	Spain	1,443,478
Denmark	244,995	Sweden	8,398,289
Estonia	868,834	Switzerland	215,239
Finland	20,786,936	UK	1,298,047
France	5,077,491	USA (ATFS)	10,604,236
Germany	7,396,359	USA (SFI)	23,888,886
Italy	734,199	TOTAL	241,451,506

Figura 3.17 - Distribuição da área certificada pelo PEFC por país. (Fonte: adaptado de PEFC, 2011h.)

Country	Number of Certificates	Country	Number of Certificates
Argentina	2	Monaco	3
Australia	224	Morocco	1
Austria	354	Netherlands	354
Bahrain	1	New Zealand	18
Belgium	226	Norway	32
Brazil	28	Peru	3
Canada (PEFC CoC)	189	Philippines	2
Chile	49	Poland	34
China	140	Portugal	29
Colombia	2	Romania	10
Czech Republic	184	Russia	2
Denmark	52	Saudi Arabia	1
Egypt	2	Singapore	17
Estonia	14	Slovak Republic	38
Finland	153	Slovenia	5
France	1,930	South Africa	1
Germany	1,222	South Korea	3
Hungary	4	Spain	422
India	7	Sweden	131
Indonesia	14	Switzerland	53
Ireland	26	Taiwan	7
Italy	431	Thailand	2
Japan	205	Tunisia	2
Latvia	11	Turkey	5
Lebanon	1	United Arab Emirates	6
Lithuania	2	UK	1,329
Luxembourg	18	Uruguay	2
Malaysia	167	USA (PEFC CoC)	357
Mexico	1	Vietnam	3
		Total	8,530

Figura 3.18 - Distribuição do número de certificados da cadeia de custódia PEFC por país.

(Fonte: adaptado de PEFC, 2011h.)

A área certificada pelo referencial PEFC tem vindo a aumentar substancialmente ao longo dos anos como se pode observar na Figura 3.19. Desde o ano de início da sua actividade até 2004, o reconhecimento das normas europeias permitiu a que esta organização chegasse a cerca de 55 milhões de hectares de área certificada. O grande salto deu-se em 2005 com o reconhecimento da

norma canadiana, o que aconteceu logo após a expansão da marca para fora da Europa. Desde então, a área certificada tem vindo a crescer gradualmente até ao valor actual e prevê-se que, com a inclusão da China como membro do PEFC em 2011, a área certificada por este referencial volte a sofrer outro impulso aquando do reconhecimento da norma chinesa.

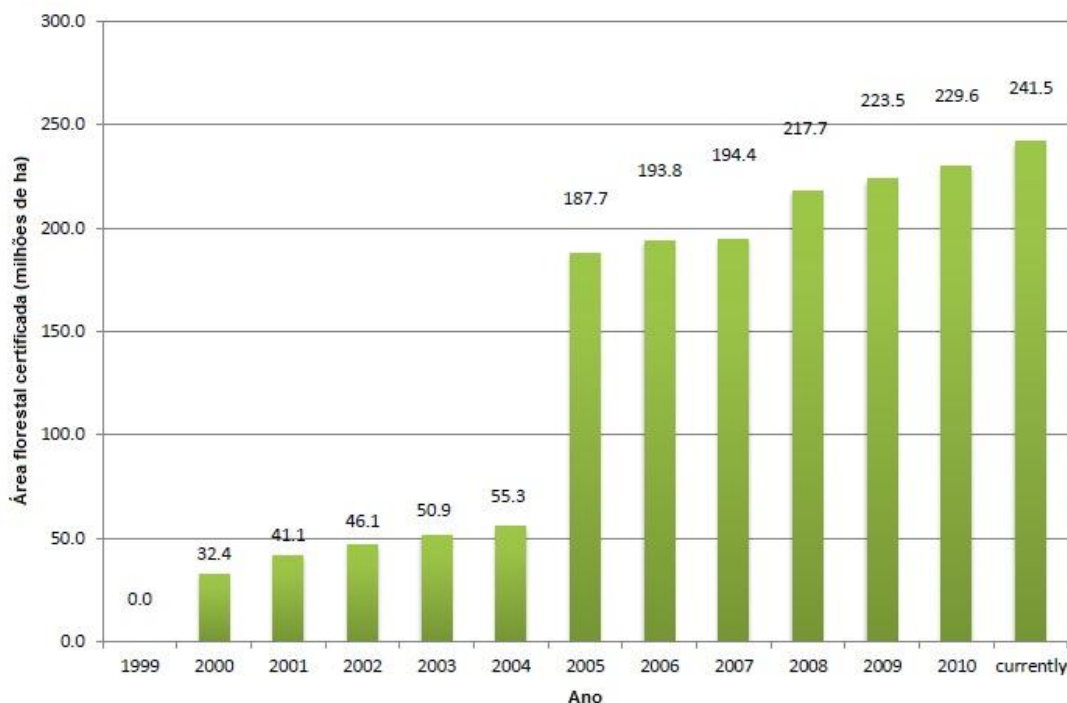


Figura 3.19 - Evolução anual da área certificada pelo PEFC. (Fonte: adaptado de PEFC, 2011h.)

O mesmo se pode dizer acerca da evolução do número de certificados de cadeia de custódia PEFC. O número de certificados atribuídos à cadeia de responsabilidade PEFC tem vindo a aumentar substancialmente de ano a ano, justificado pelo aumento da procura cada vez maior deste tipo de certificação por parte das empresas que procuram obter matéria-prima de forma responsável. Esta evolução é observável na Figura 3.20.

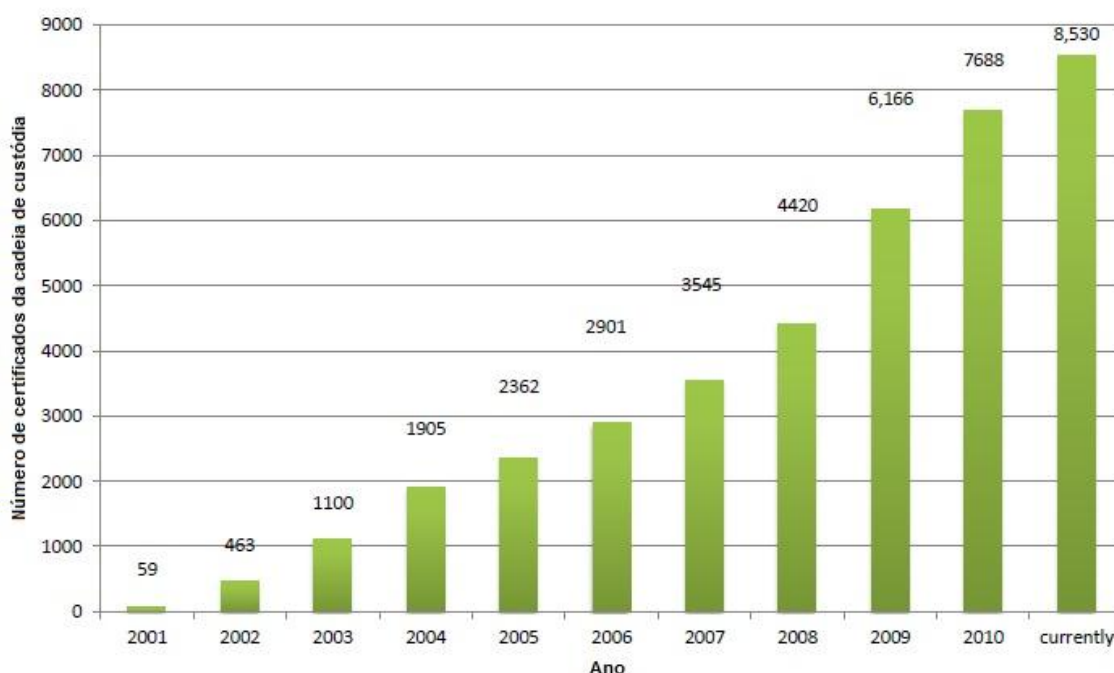


Figura 3.20 - Evolução anual de certificados de cadeia de custódia PEFC. (Fonte: adaptado de PEFC, 2011h.)

De acordo com estes dados é possível constatar a ocorrência de um crescimento rápido e consistente deste esquema de certificação internacional e da marca PEFC, envolvendo um número superior a 500 000 proprietários florestais na sua forma de governança florestal. Uma década após a sua criação o PEFC fortaleceu a sua posição no mercado da certificação, que acabou por ser adoptada por um número crescente de participantes, tornando-o no mais vasto sistema de certificação mundial.

3.2. Avaliação de desempenho de esquemas de certificação florestal

Walter, 2008 desenvolveu uma análise de desempenho dos esquemas de certificação internacionais FSC e PEFC, elaborada segundo as orientações definidas pelo quadro de GFA, 2006. Este quadro foi desenvolvido com o propósito de tornar independente o processo de verificação e avaliação do desempenho dos esquemas de certificação florestal, assegurando desta forma a credibilidade dos mesmos na promoção de uma gestão florestal sustentável melhorada.

Para a criação do sistema de avaliação, foram então definidos os elementos que deveriam integrar as normas pelas quais estes esquemas se guiam, baseados nos princípios de boa governança florestal, como por exemplo: conformidade legal, respeito pelo direito dos trabalhadores, posse e usufruto das propriedades, direitos das populações indígenas, avaliação e mitigação do impacto ambiental, manutenção de áreas florestais críticas, cláusulas específicas para plantações florestais, monitorização e avaliação efectivas, entre outros.

No mesmo contexto, o quadro de avaliação criado para o efeito foi dividido em 11 critérios, sendo os mesmos aplicáveis aos elementos que definem o esquema de certificação: a **governança**, ou seja,

os mecanismos pelos quais são expressados os requisitos dos diversos elementos do esquema; a **normalização**, neste caso a norma para avaliar a gestão florestal e os processos de desenvolvimento da mesma; a **acreditação**, ou o procedimento pelo qual uma instituição reconhece formalmente que uma organização ou indivíduo é competente de forma a desempenhar determinadas tarefas; e a **certificação**, ou seja, a avaliação da gestão florestal praticada, com o conjunto de normas e emissão do certificado. Os critérios para levar a cabo esta avaliação apresentam-se de seguida:

- ✓ **Critério 1** - Conformidade com os quadros internacionais de certificação, acreditação e normalização;
- ✓ **Critério 2** - Compatibilidade com os princípios aplicados globalmente para balançar a dimensão económica, ecológica e de igualdade social da gestão florestal sustentável; e com os requisitos da *Global Forest Alliance*;
- ✓ **Critério 3** - Participação justa e significativa de todos os grupos de partes interessadas principais na governança e no processo de desenvolvimento das normas;
- ✓ **Critério 4** - Anulação de obstáculos desnecessários ao comércio;
- ✓ **Critério 5** - Estabelecimento de normas baseadas num desempenho objectivo e mensurável adaptado às condições locais;
- ✓ **Critério 6** - Decisão sobre certificação livre de conflitos por parte dos participantes interessados;
- ✓ **Critério 7** - Transparência nos processos de consulta pública e tomada de decisão;
- ✓ **Critério 8** - Avaliação fidedigna e independente do desempenho da gestão florestal e da cadeia de custódia.
- ✓ **Critério 9** - Melhoria contínua dos processos de avaliação da conformidade, certificação e acreditação;
- ✓ **Critério 10** - Acessibilidade e relação custo-benefício positiva para todas as partes;
- ✓ **Critério 11** - Participação voluntária.

O estudo desenvolvido por Walter, 2008 sobre os esquemas do PEFC e do FSC, foi baseado apenas na informação disponível publicamente por estas duas entidades.

Os dados recolhidos para o caso do PEFC mostram que este esquema está organizado de forma descentralizadas, deixando à consideração local uma flexibilidade considerável na interpretação das regras e regulamentos internacionais. Isto aplica-se obviamente ao desenvolvimento das normas nacionais e aos procedimentos de certificação aplicado em diferentes esquemas de certificação de âmbito nacional. No entanto esta flexibilidade permitida pelo PEFC pode levantar algumas abordagens distintas por parte de diferentes esquemas internacionais, como por exemplo, na disponibilização pública dos relatórios de certificação, sendo esta situação transparente em alguns casos e noutros não. No que diz respeito às estruturas de governança, o PEFC não inclui rigor suficiente a nível internacional e nacional para assegurar um nível de participação consistente quando comparado com o FSC. Apesar de ser intencional e previsto um nível elevado de envolvimento das partes interessadas pelo PEFC, os processos de tomada de decisão finais são permissíveis sem uma participação abrangente dos grupos de partes interessadas. Em adição, as estruturas de tomada de

decisão a nível nacional não asseguram um balanço de interesses e pode surgir o caso de se tornarem dominados por representantes de apenas um grupo de partes interessadas.

A informação sobre os resultados dos processos de acreditação é escassa visto que os relatórios de auditoria não são tornados disponíveis pelas entidades acreditadoras. Este facto reduz a transparência nas decisões e limita as possibilidades das partes interessadas de poderem formular um julgamento ou opinião acerca da qualidade dos processos de acreditação.

Em relação ao esquema FSC, este pode ser caracterizado como mais centralizado que o PEFC, visto que as suas funções-chave são realizadas por organismos internacionais, e as regras para as iniciativas de âmbito local e nacional são mais rigorosas no que diz respeito à interpretação dos regulamentos. Não é possível encontrar muitos defeitos que afectem a credibilidade do FSC utilizando como base as directrizes definidas por GFA, 2006. O aspecto mais crítico é certamente a utilização das normas interinas da organização para as iniciativas de âmbito local e regional, que não são desenvolvidas de acordo com o critério 5.

3.3. A governança da certificação florestal

A forma de governança da certificação florestal é tipicamente referida como um sistema de regulamentação privado, governança privada ou regulamentação não-governamental com base no mercado para promover a boa gestão florestal, e esta nova rede de governança desenvolve-se do lado exterior das estruturas existentes e da autoridade dos governos (Maguire, 2010). Como resultado, não lhes é atribuído poder de decisão mas têm de competir pela autoridade. Como já vimos anteriormente esta rede de governança para ser bem-sucedida e abrangente tem de ser dotada da participação activa de partes interessadas em todos os processos, e também de um extenso e complexo processo consultivo com regras bem estabelecidas. A alienação em maior parte do papel dos governos no processo e a existência de competitividade na aplicação da certificação florestal poderá proporcionar a que as entidades envolvidas no processo ganhem uma maior capacidade de resposta, adaptação e de participação construtiva.

Algumas características desta rede de governança incluem:

- Os governos não criam nem requerem a aderência às regras;
- Uma instituição e os seus processos tornam-se transparentes, abertos e envolventes a uma gama vasta de partes interessadas;
- As organizações cujo objectivo principal é a maximização do lucro são levadas a aderir a reformas de custo elevado que de outra maneira não faziam;
- A autoridade aos esquemas é atribuída pelos consumidores ao longo da cadeia de custódia;
- Existência de procedimentos de verificação projectados para garantir que as organizações realmente cumprem com as normas.

Enquanto existe uma verdade considerável nesta caracterização, esta oculta algumas características importantes da certificação florestal: (1) as normas de certificação florestal envolvem escolhas de valores sobre o que constitui uma boa gestão florestal, (2) estas escolhas envolvem alegações sobre o que será adequado para a sociedade como um todo, e (3) as práticas certificáveis são cada vez mais concebidas como deveres públicos, e não como escolhas privadas (Meidinger, 2010).

Um dos problemas em constante análise por parte de vários autores (Rametsteiner, 2002; Cashore, Auld e Newsom, 2003; Meidinger, 2010) tem base na legitimidade democrática que este tipo de governança possui e da exclusão dos governos deste tipo de política. Apesar do reconhecimento da importância da gestão florestal sustentável, quer por parte dos governos, quer por parte do mercado, existem diferenças sobre o direito que as entidades privadas têm para definir as regras para uma boa gestão florestal sustentável.

Por outro lado, não é correcto assumir que o papel dos governos é completamente alienado deste modo de governança florestal. Estes em primeiro lugar têm um papel determinante em garantir que as normas de gestão florestal sustentável estão em conformidade com as leis e regulamentos, como por exemplo as leis que regulam a floresta, direitos de propriedade e cadastro, ambiente, legislação reguladora do mercado e acordos internacionais, entre outros. Rametsteiner, 2002 afirmou que o papel dos governos sobre programas de certificação existentes e/ou em desenvolvimento baseia-se essencialmente em assegurar a compatibilidade das actividades decorrentes da certificação florestal, com as leis e as obrigações internacionais, e na decisão sobre o seu grau de envolvimento activo em relação a estas iniciativas privadas para assegurar a sua eficiência, e também para promover níveis de qualidade desejáveis de serviços através da indução ou suporte da redução da assimetria da informação de mercado. No caso em que os governos também são proprietários de áreas florestais, estes também poderão considerar a certificação das suas florestas através de organismos privados. Como já foi referido anteriormente, o reconhecimento da legitimidade das entidades acreditadoras nacionais por parte dos governos também reflecte em parte a envolvimento dos mesmos na rede de governança.

Existem mais opções na escolha de instrumentos políticos que os governos possam utilizar para proteger o ambiente e encorajar o desenvolvimento incluindo políticas de comando e controle, que ao contrário da certificação florestal não são voluntários mas continuam a ser o instrumento de escolha dos governos. São também comuns incentivos ao mercado que promovem uma grande flexibilidade no cumprimento dos objectivos ambientais, como por exemplo subsídios, benefícios fiscais e incentivos económicos.

De um modo geral, os esquemas de certificação florestal mantêm-se à margem do poder de decisão dos governos através de cláusulas específicas. Essas cláusulas são uma forma de preservação da independência de interesses comerciais, governo e agências bilaterais e multilaterais. Por outro lado, a certificação florestal permitiu a participação proactiva e deu voz a ONG no desenvolvimento e implementação de legislação internacional possibilitando uma ponte e uma maior ligação entre o conhecimento científico, os processos e os instrumentos políticos (Maguire, 2010).

4. A integração da certificação florestal em Portugal

Para analisar a importância da certificação florestal em Portugal e o seu impacto na tomada de decisões políticas é primeiro necessário contextualizar o caso particular do nosso país. Nesse sentido optou-se por abordar a caracterização da floresta portuguesa e os problemas mais comuns associados à sua gestão, o contexto macroeconómico do sector florestal português, o enquadramento político do sector florestal português, a evolução da certificação florestal em Portugal e, depois de reunidos e considerados estes pressupostos, efectuar uma análise ao impacto da certificação florestal e uma reflexão sobre qual o rumo a tomar neste processo.

4.1. A floresta portuguesa

Após séculos de declínio do coberto florestal devido a diferentes causas, como a expansão da agricultura ou o consumo de madeira para uso doméstico e construção naval, a área florestal em Portugal foi reduzida a apenas 1 240 000 hectares em 1867 (Mendes, 2004). No entanto, segundo os registos dos inventários florestais nacionais e de uma maneira geral, a área florestal tem vindo a aumentar gradualmente até aos valores de hoje devido a diversas políticas de arborização e reflorestação.

De acordo com os dados que constam em AFN, 2010, as florestas portuguesas ocupam cerca de 3,5 milhões de hectares, o que corresponde a cerca de 39% do território nacional. Da totalidade da área ocupada por floresta, 27% corresponde a pinheiro-bravo, 23% e 13% a sobreiro e a azinheira respectivamente e 23% a eucalipto. A restante percentagem é distribuída por áreas de pinheiro-manso, e outras resinosas e folhosas (Figura 4.1).

As áreas de pinheiro-bravo distribuem-se por todo o país mas ocorrem predominantemente no Norte e Centro do país, sendo esta espécie a de maior incidência, seguido do eucalipto, com as suas áreas de ocorrência distribuídas pelo litoral do país mas com maior expressão no Centro e Norte de Portugal. As áreas de sobreiro e azinheira concentram-se em larga expressão no Sul do país.

O sector florestal em Portugal gira em grande parte, em torno do sector privado. As florestas portuguesas pertencem a proprietários privados não industriais em 85% da área total, distribuídas por cerca de 400 000 propriedades rústicas. Perto de 55% da área florestal portuguesa pertence a 1% dos proprietários florestais e 93% das propriedades rústicas têm dimensão inferior a 10 hectares, totalizando menos do que 25% da área florestal. A indústria papelreira detém 6% da área florestal, as comunidades locais em regime de baldio 7% e o Estado 2% (ISA, 2006) (Figura 4.2).

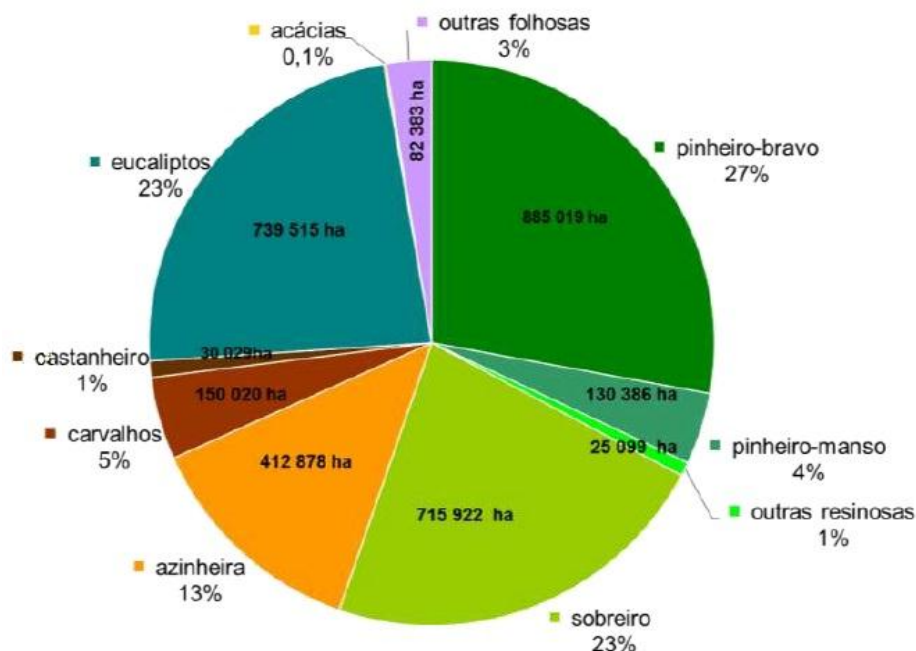


Figura 4.1 - Distribuição relativa das espécies florestais em Portugal. (Fonte: AFN, 2010)

De acordo com Mayers e Bass, 2004, os terrenos comunais ou baldios surgiram no século XV e XVI e em 1875 cobriam cerca de 4 milhões de hectares, desapareceram durante o Estado Novo e hoje em dia, de acordo com AFN, 2010, ocupam cerca de 245 000 hectares no Norte de Portugal. De início, os usos dos baldios relacionaram-se com os sistemas agrícolas tradicionais, fornecendo material de construção, combustível e material para o leite do gado. Estes forneciam uma espécie de seguro social para os habitantes sem posses e com um índice de pobreza elevado, aos quais lhes eram permitidas as actividades de pastoreio e cultivo agrícola numa base temporária. Os baldios eram geridos pelos conselhos municipais que determinavam quais as áreas a afectar aos vários usos do solo através da zonagem e da exclusão.

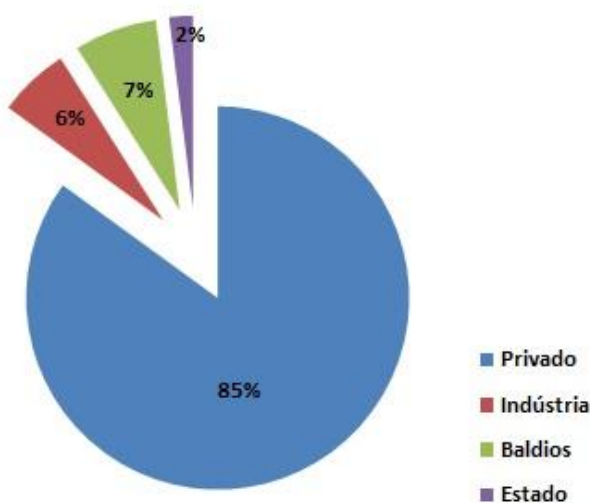


Figura 4.2 - Distribuição relativa da propriedade florestal em Portugal. (Fonte: ISA, 2006.)

4.2. Contexto macroeconómico do sector florestal português

De acordo com os dados que constam em AFN, 2011, e que se podem observar na Figura 4.3, Portugal é um país essencialmente exportador de produtos florestais, com uma importância média relativa de 10% do total das exportações portuguesas durante a última década. A evolução dos valores relativos ao balanço comercial do sector florestal, bem como as exportações e importações para o período 2000-2010, constam do Quadro 4.1, Quadro 4.2 e do Quadro 4.3.

Pela observação destes dados é importante salientar um balanço comercial positivo com um valor médio de 786 milhões de euros para o total das fileiras florestais, durante todo o período de análise. O valor mínimo de 495 milhões de euros ocorre em 2009, considerando um balanço comercial dos restantes anos sempre superior a 600 milhões de euros, até um máximo de 1 216 milhões de euros em 2008, confirmando-se desta forma uma disponibilidade dos produtos florestais portugueses nos mercados internacionais e a utilização de matérias-primas provenientes na sua maioria do território nacional. A fileira florestal das indústrias da madeira e cortiça, excepto mobiliário, e incluindo a fabricação de obras de cestaria e espartaria obtém o melhor resultado no que toca à relação exportação/importação em todo o período mantendo-se sempre em valores acima de 500 milhões de euros, devendo-se em grande parte à fileira da cortiça, responsável por $\frac{2}{3}$ da exportação e aos baixos custos de exploração associados à sustentabilidade dos sistemas que produzem a matéria-prima desta fileira. A fileira da produção de pasta, papel e cartão obtém balanços maioritariamente positivos à excepção do período 2005-2007 e do ano de 2009. O fabrico de mobiliário e colchões tem um balanço negativo de 2000 a 2004, e positivo com valores entre os 250 milhões de euros no período restante até 2010. Em relação à fileira da silvicultura e exploração florestal, verifica-se que o balanço é sempre negativo à excepção do ano de 2008, verificando-se assim uma tendência crescente na importação de serviços.

Unidades: euros	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Silvicultura e exploração florestal	- 209 782 672	- 160 919 780	- 151 593 836	- 110 157 532	- 60 179 183	- 34 931 010	- 4 350 866	- 10 876 262	3 335 124	- 27 443 967	- 41 634 038
Indústrias da madeira e da cortiça, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	787 772 066	775 897 135	804 060 193	831 788 931	801 967 256	689 067 308	766 813 698	785 872 775	716 317 107	565 047 017	569 185 813
Fabrico de mobiliário e de colchões	- 386 386 882	- 240 770 967	- 252 576 454	- 34 926 029	- 49 156 798	257 868 313	247 173 300	280 225 608	247 697 188	226 453 842	350 983 372
Fabricação de pasta, de papel e cartão	422 904 755	255 255 137	281 535 669	360 532 288	313 854 585	- 391 354 232	- 376 733 413	- 425 745 828	248 295 241	- 269 506 715	298 746 124
TOTAL	614 507 267	629 461 525	681 425 572	1 047 237 658	1 006 485 860	520 650 379	632 902 719	629 476 293	1 215 644 660	494 550 177	1 177 281 271

Quadro 4.1 - Evolução dos valores do balanço comercial na fileira florestal em Portugal no período 2000-2010 (Fonte: AFN, 2011).

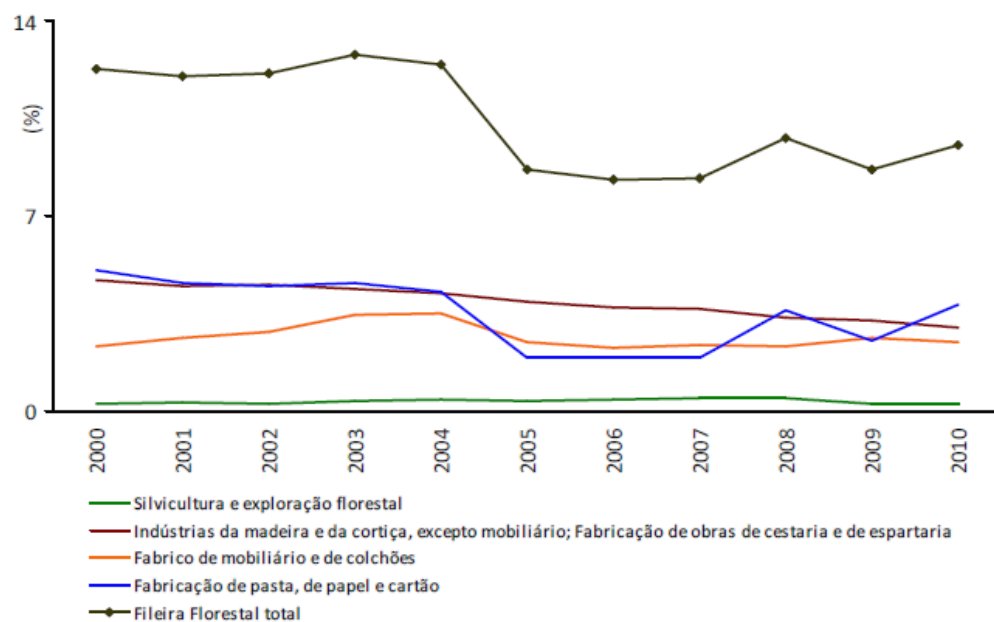


Figura 4.3 - Importância relativa das exportações das fileiras florestais portuguesas (Fonte: AFN, 2011).

Unidades: euros	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Silvicultura e exploração florestal	276 434 067	247 192 045	230 537 891	213 352 240	186 069 637	154 117 996	143 985 601	178 714 812	184 582 098	109 046 990	142 477 846
Indústrias da madeira e da cortiça, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	488 540 448	474 322 419	483 875 164	450 150 491	498 629 860	526 236 710	559 837 098	615 386 325	592 877 715	460 429 253	525 039 182
Fabrico de mobiliário e de colchões	1 014 479 836	977 165 722	1 053 753 891	1 037 964 608	1 137 914 056	503 845 591	565 231 612	627 307 745	656 382 789	605 614 158	562 735 836
Fabricação de pasta, de papel e cartão	946 013 647	1 014 499 759	997 747 363	982 393 002	1 002 018 239	986 807 941	1 059 952 797	1 152 803 828	1 153 321 460	1 076 384 916	1 101 832 155
TOTAL	2 725 467 998	2 713 179 945	2 765 914 309	2 683 860 341	2 824 631 792	2 171 008 238	2 329 007 108	2 574 212 710	2 587 164 062	2 251 475 317	2 332 085 019

Quadro 4.2 - Evolução dos valores das importações na fileira florestal em Portugal no período 2000-2010 (Fonte: AFN, 2011).

Unidades: euros	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Silvicultura e exploração florestal	66 651 395	86 272 265	78 944 055	103 194 708	125 890 454	119 186 986	139 634 735	167 838 550	187 917 222	81 603 023	100 843 808
Indústrias da madeira e da cortiça, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	1 276 312 514	1 250 219 554	1 287 935 357	1 281 939 422	1 300 597 116	1 215 304 018	1 326 650 796	1 401 259 100	1 309 194 822	1 025 476 270	1 094 224 995
Fabrico de mobiliário e de colchões	628 092 954	736 394 755	801 177 437	1 003 038 579	1 088 757 258	761 713 904	812 404 912	907 533 353	904 079 977	832 068 000	913 719 208
Fabricação de pasta, de papel e cartão	1 368 918 402	1 269 754 896	1 279 283 032	1 342 925 290	1 315 872 824	595 453 709	683 219 384	727 058 000	1 401 616 701	806 878 201	1 400 578 279
TOTAL	3 339 975 265	3 342 641 470	3 447 339 881	3 731 097 999	3 831 117 652	2 691 658 617	2 961 909 827	3 203 689 003	3 802 808 722	2 746 025 494	3 509 366 290

Quadro 4.3 - Evolução dos valores das exportações na fileira florestal em Portugal no período 2000-2010 (Fonte: AFN, 2011).

Como foi referido e comprovado pelo Quadro 4.1, Quadro 4.2 e Quadro 4.3 é claramente observável que o sector florestal exporta mais produtos florestais do que importa. Mas interessa também saber quais as fileiras que contribuem mais para um lado ou para outro da balança, visto que esta análise não é obtida apenas pela consulta dos balanços comerciais.

Na última década o sector florestal português exportou uma média de 3 328 milhões de euros de produtos florestais por ano, variando entre um mínimo de 2 692 milhões de euros em 2005 e um máximo de 3 831 milhões de euros em 2004. As fileiras que mais exportaram entre 2000 e 2010 foram as indústrias da madeira e da cortiça, e a indústria da pasta, papel e cartão com médias de 1 252 milhões de euros e de 1 108 milhões de euros respectivamente. Por outro lado as fileiras que mais importaram foram a indústria da pasta, papel e cartão com 1 043 milhões de euros seguindo-se a indústria do mobiliário e colchões com 795 milhões de euros em média.

Deste modo, por um lado existe uma fileira com uma clara liquidez e um balanço médio anual em 10 anos, de cerca de 700 milhões de euros, no caso da indústria da madeira e cortiça; por outro, a indústria da pasta, papel e cartão, e a indústria do mobiliário com valores médios anuais de liquidez na ordem dos 60 milhões de euros. No caso dos serviços de silvicultura e exploração florestal estes apresentam um balanço médio negativo de cerca de 70 milhões de euros no período 2000-2010.

Ainda segundo AFN, 2011, o sector florestal português é responsável pela criação de 85 119 empregos directos sem comércio (dados de 2008), o que representa uma contribuição de cerca de 3% do total nacional. De acordo com a Figura 4.4, as retribuições salariais aos trabalhadores empregados no sector evoluíram na última década, sendo que em 2008, todas as fileiras atribuíram ganhos médios superiores ao salário mínimo nacional para o mesmo ano.

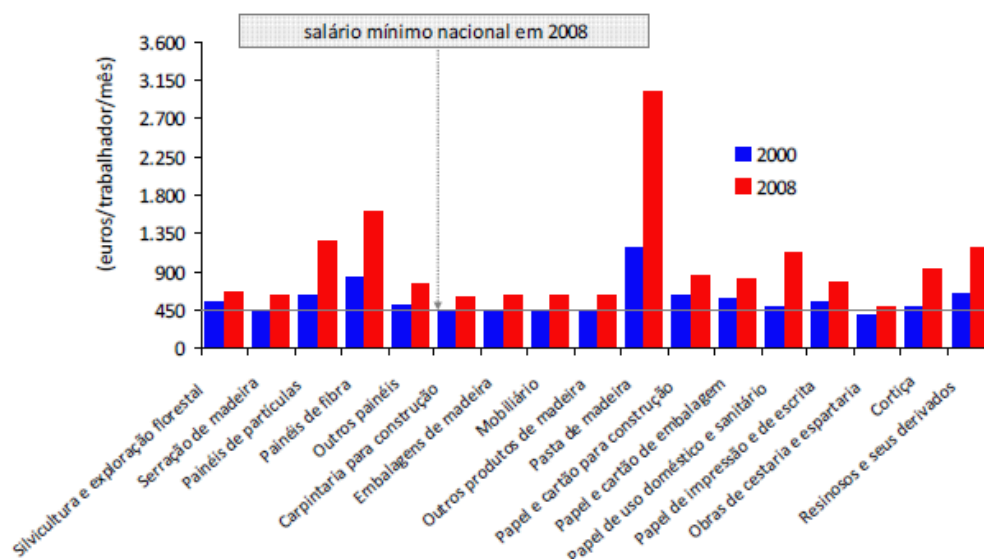


Figura 4.4 - Evolução do ganho médio nas fileiras florestais portuguesas (média calculada a partir do valor médio disponibilizado em cada concelho). (Fonte: AFN, 2011).

Verifica-se desta forma que dado o contexto macroeconómico do sector florestal português, existe um grande potencial de mercado para este sector seja na exploração e gestão sustentável dos recursos com o objectivo de diminuir a quantidade de matéria-prima importada, como também no aumento da capacidade da indústria e da qualidade dos produtos para aumentar a competitividade nos mercados internacionais e, com isto, aumentar as exportações, resultando assim na criação de mais emprego e mais liquidez no sector.

4.3. Enquadramento político do sector florestal português

A estrutura da floresta em Portugal é resultante de políticas empreendidas no século XIX. De início, o Estado procedeu à florestação de terras do domínio público (dunas litorais), seguindo-se no tempo a florestação dos baldios (propriedade comunal) (Coelho, 2003).

A existência de entidades públicas com funções no domínio florestal iniciou-se em 1824 com a constituição da Administração Geral das Matas do Reino, sobre a tutela do Ministério da Marinha, dada a importância que as florestas tinham na construção naval (DGRF, 2006). Os Serviços Florestais Portugueses foram estabelecidos em 1886 (McDermott, Cashore e Kanowski, 2010) e, durante muitas décadas, estes foram apenas responsáveis pela gestão directa florestas públicas e dos baldios (Mendes, 2004), sendo que esta instituição evoluiu ao longo dos anos como uma estrutura pública hierárquica e centralizada.

As primeiras leis florestais surgiram na forma de decreto nos anos 1901, 1903 e 1905 (Quadro 4.4).

Diploma	Ano	Data	Sumário
Decreto	24 de Dezembro	1901	Organização dos Serviços Florestais e Aquícolas. Definição, instituição e efeitos do regime florestal- Destina-se a assegurar a criação, exploração e conservação da riqueza florestal nacional, prevendo a florestação obrigatória por interesse público.
Decreto	30 de Dezembro	1903	Regulamento para a execução do regime florestal, conforme decreto de 1901 de 24 de Novembro. Destina-se a assegurar a criação, exploração e conservação da riqueza florestal nacional, prevendo a florestação obrigatória por interesse público.
Decreto	9 de Março	1905	Regulamento do Serviço de Polícia Florestal.
Decreto	11 de Julho	1905	Regime florestal dos terrenos e matas privadas. Destina-se a assegurar a criação, exploração e conservação da riqueza florestal nacional, prevendo a florestação obrigatória por interesse público.

Quadro 4.4 - Primeiras leis florestais a serem promulgadas em Portugal. (Fonte: Costa, 2000).

Estes foram os primeiros passos dados em Portugal na política de protecção das florestas e nas políticas de florestação do território. No entanto, e após a promulgação destas leis, não foram dados mais passos legais significativos até ao Estado Novo. Em 1933, ao ser instituído um novo regime de Estado, a maioria dos baldios foi posta sob a tutela do Estado à excepção de algumas áreas remanescentes no Norte do país. De acordo com McDermott, Cashore e Kanowski, 2010 a maioria

destas áreas foi então florestada pelo pinheiro-bravo e colocada sob a gestão centralizada dos serviços florestais pela Lei do Povoamento Florestal de 15 de Junho de 1938, decretando que os terrenos baldios situados a Norte do Tejo, bem como o revestimento florestal dos areais da costa marítima, considerados de utilização florestal fossem florestados. Este passo levou à grande florestação ocorrida no século XX em Portugal.

Foi em 1964, com a constituição do Fundo de Fomento Florestal, que o Estado iniciou políticas de suporte a florestações em propriedades privadas, especialmente no Sul, onde predominam as grandes propriedades, visto que estas já assumiam à data, a grande maioria das áreas florestais (Coelho, 2003). Com a criação daquele fundo foi fomentada a intervenção do Estado nestas áreas florestais, através da prestação de serviços de assistência técnica e da promoção de arborizações com apoios públicos (DGRF, 2006).

Conflitos entre as comunidades locais e os serviços florestais precipitaram a abolição da propriedade comunal em 1966, sendo que apenas algumas áreas no Norte de Portugal foram restituídas numa nova estrutura institucional, após a revolução de 25 de Abril de 1974, de acordo com o Decreto-Lei nº 39/76, de 19 de Janeiro.

O restabelecimento dos baldios às comunidades locais é um acto político raro na história moderna, já que a tendência mundial é para a nacionalização ou privatização das áreas com potencial agrícola, pastoril e florestal. Como foi dito anteriormente, a floresta comunal ocupa hoje em dia cerca de 7% da floresta portuguesa.

Foi apenas em 1996 que surgiu uma lei de bases para a Política Florestal, na forma do Decreto-Lei nº 33/96, de 17 de Agosto, aprovada por unanimidade na Assembleia da República com o reconhecimento do potencial resultante da aplicação de princípios de gestão florestal sustentável e atribuindo uma grande importância aos direitos e benefícios sociais da floresta. Até à data existia muita legislação e esparsa, pelo que a definição de uma política nacional e uma estratégia para as florestas não era só necessária mas também uma prioridade.

Esta lei foi precursora na criação dos instrumentos sectoriais de ordenamento do território criados na última década para regularizar o ordenamento florestal, dos quais se destacam os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, os Planos de Gestão Florestal e as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF); e na criação de um instrumento financeiro apenas com capital nacional, o Fundo Florestal Permanente (FFP), financiado principalmente por uma imposição sobre os produtos petrolíferos. Serviu também para dar início à definição de um Programa Florestal Nacional para Portugal, do qual resultou a Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) para o período 2006-2011, aprovada em 2008.

Os apoios à certificação florestal em Portugal estão previstos na ENF através da componente: **D - Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos** (DGRF, 2006); com a meta de atingir mais de 20% dos produtos lenhosos e cortiça certificados em 2013, para além de 500 mil hectares de floresta certificada. A ENF define ainda como objectivo para 2030 atingir um total de área

certificada de 75% da área florestal. A ideia inicial do programa previsto na ENF para o período 2007-2013, era que este fosse financiado exclusivamente pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, mas o Despacho nº 11470/2010, veio permitir o desenvolvimento da atribuição de apoios à certificação da gestão florestal através do FFP, inserido no eixo de intervenção “Sustentabilidade da Floresta, com o apoio das seguintes acções:

- Constituição de Esquemas de Certificação da Gestão Florestal;
- Adesão a Esquemas de Certificação da Gestão Florestal já existentes.

O período de apresentação das candidaturas vigorou entre 15 de Setembro e 30 de Outubro de 2010 e entre 3 de Janeiro e 15 de Fevereiro de 2011. De acordo com os dados do Governo, em duas fases de candidatura do FFP foram concedidos apoios a 48 projectos de certificação florestal, que visam a Constituição de Novos Sistemas de Gestão Florestal Sustentável em 51 912 hectares (54% do total) e a adesão a sistemas já existentes em 44 425 hectares (46% do total). Do total de área prevista para certificação, 81% (78 990 hectares) está inserida em ZIF. O FFP aprovou entretanto mais de 586 000 euros de apoios para a certificação da gestão florestal sustentável, esperando desta forma adicionar cerca de 96 000 hectares de floresta certificada em Portugal, no prazo de 2 anos, com o objectivo da concretização do objectivo fixado na ENF (Portugal, 2011).

4.4. A certificação florestal em Portugal

4.4.1. FSC Portugal

O lançamento oficial deste esquema de certificação teve lugar em Dezembro de 2006 num evento de âmbito nacional, com o Alto Patrocínio do Presidente da República e com o apoio institucional da AFN (na altura DGRF) - o Fórum FSC. O Fórum FSC, que mais tarde se tornou num evento de ocorrência bianual, contou ainda com uma Comissão de Honra, numa estrutura simbólica de comunicação que reuniu diversas personalidades da fileira florestal portuguesa e mais algumas partes interessadas. De todos os que marcaram presença, destacam-se não só os representantes dos principais subsectores florestais - pasta e papel, cortiça, madeira e mobiliário - mas também representantes de várias ONG e outros interesses (sociais, académicos, investigação, etc.), num total de cerca de 200 participantes (AGFR, 2011a).

Considerando o facto de que a WWF sempre foi o precursor na promoção da implementação da certificação florestal FSC em vários países interessados, esta instituição assumiu a coordenação do processo de divulgação e desenvolvimento da certificação FSC em Portugal, em dois aspectos igualmente importantes:

- ✓ A criação e dinamização do *FSC Working Group* em Portugal;
- ✓ Elaboração da norma nacional portuguesa FSC.

Neste âmbito, durante o ano de 2007, foi acreditada a *FSC Contact Person* em Portugal, constituiu-se a Associação para uma Gestão Florestal Responsável (AGFR), uma associação sem fins lucrativos que funcionou como um primeiro passo dado para a dinamização do *FSC Working Group*. À semelhança do FSC Internacional, a AGFR organiza-se em torno das 3 câmaras: económica, ambiental e social, e os seus objectivos são a divulgação, promoção e implementação do esquema de certificação FSC em Portugal. Ainda nesse ano foi sujeita a consulta pública a primeira versão da norma portuguesa de gestão florestal sustentável do FSC.

Em 2008, a iniciativa nacional do FSC sofreu um ponto de viragem na medida em que deixou de ser exclusivamente coordenada pela WWF e pela *FSC Contact Person*, e transitou para a entidade legal precursora da iniciativa nacional do FSC em Portugal (AGFR) e para as entidades nacionais eleitas para a coordenação e promoção do FSC. Durante o mesmo ano a segunda versão da norma portuguesa do FSC para a gestão florestal sustentável foi levada a consulta pública, e posteriormente arrancou o período de testes da mesma para verificar a conformidade com os requisitos da norma internacional do FSC. Foi ainda colocada sob consulta das partes interessadas a primeira versão da interpretação nacional das normas FSC para a certificação das florestas de alto valor de conservação e para a certificação da madeira controlada.

Até à actualidade, a direcção da AGFR centrou as suas actividades na consolidação da própria associação com vista à acreditação do *FSC National Office* em Portugal, obtida a 1 de Julho de 2010, e na continuação dos trabalhos de elaboração e adaptação dos referenciais normativos FSC ao contexto nacional, centrando-se essencialmente na realização dos testes de campo, apresentação dos resultados e reuniões finais, passos necessários à acreditação das normas.

De acordo com AGFR, 2011b, a AGFR é constituída por 36 membros associados que reflectem os diversos interesses do sector florestal português. A Assembleia Geral do FSC Portugal possui 12 membros filiados a título individual e 24 organizações membros que se apresentam de seguida.

Câmara económica:

- Grupo Portucel Soporcel (representado pela empresa Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A.);
- Grupo Altri (representado pela Celbi - Celulose Beira Industrial, S.A. e pela Silvicaima - Sociedade Silvícola Caima, S.A.);
- Iberflorestal - Comércio e Serviços Florestais, S.A.;
- SONAE Indústria P.C.D.M.;
- AIMMP - Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal;
- APCOR - Associação Portuguesa de Cortiça;
- FENAFLORESTA - Federação Nacional de Cooperativas de Produtores Florestais F.C.R.L.;
- ANEFA - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente;
- Silvestrys - Serviços Agro-florestais, Lda;
- Centro PINUS - Associação para a Valorização da Floresta de Pinho;

- AFLOPS - Associação de Produtores Florestais;
- ANSUB - Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado;
- APFC - Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitrofes;
- Sativa - Desenvolvimento Rural, Lda;

Câmara Ambiental:

- LPN - Liga para a Protecção da Natureza;
- SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves;
- Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza;
- WWF Med PO - WWF European Policy Programme Roma Branch;
- CEABN - Centro de Ecologia Aplicada Professor Baeta Neves;

Câmara social:

- CAP - Confederação de Agricultores de Portugal;
- UNAC - União da Floresta Mediterrânica;
- Forestis - Associação Florestal de Portugal;
- ANPC - Associação Nacional de Proprietários e Produtores de Caça;
- RAIZ - Instituto de Investigação da Floresta e Papel;

A estrutura do *FSC National Office* em Portugal, na figura da AGFR, encontra-se disposta da seguinte forma:

- ✓ **Assembleia Geral** é o órgão máximo de decisão e é composta pelos membros associados do FSC Portugal;
- ✓ **Direcção** formada por 9 membros divididos em 2 por cada uma das câmaras para 6 cargos e 3 suplentes, 1 de cada câmara;
- ✓ **Conselho Fiscal** formado por 6 membros, 1 de cada câmara para cada um dos cargos e 3 suplentes correspondendo 1 a cada câmara também;
- ✓ **Comissão de Resolução de Conflitos**, composta por 3 membros, 1 de cada câmara.

A estrutura do *FSC National Office* de Portugal integra também um **grupo de partes interessadas** de cerca de 210 pessoas e/ou organizações que podem participar nas actividades do FSC Portugal acompanhando de maneira possível as sessões técnicas de interpretação dos referenciais normativos FSC para Portugal. O FSC Portugal procurou identificar ainda todos os agentes económicos, sociais e ambientais com potenciais ligações à gestão florestal, construindo desta forma uma base de dados que reúne cerca de 1 300 agentes identificados, de forma a divulgar de forma activa a informação acerca das actividades do FSC em Portugal.

A Figura 4.5 representa a evolução da área certificada pela norma de gestão florestal sustentável do FSC desde o início das suas actividades em Portugal.

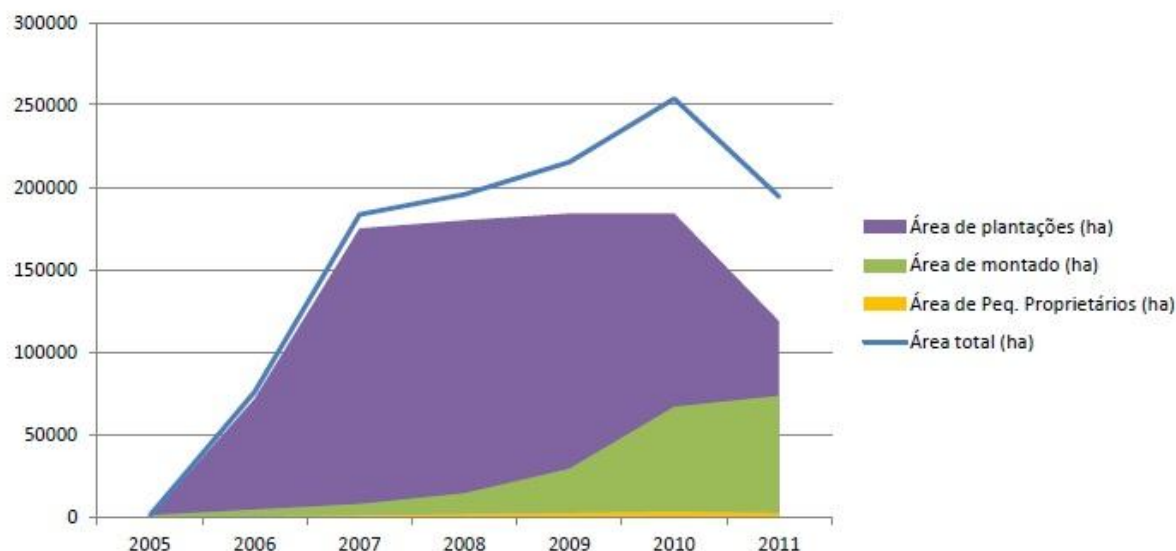


Figura 4.5 - Evolução da área certificada pelo FSC em Portugal. (Fonte: AGFR, Fenaforest e Forestis, 2011).

De acordo com a mesma, a área florestal certificada pelo referencial FSC em Portugal evoluiu em franca expansão desde 2005 a 2010, até um máximo de 268 441 hectares, sofrendo um decréscimo até à totalidade da área certificada actual, situada nos 185 258 hectares. Este número corresponde a 15 certificados válidos de gestão florestal sustentável, sendo que a maior fatia deste número corresponde às áreas detidas pela Aliança Florestal (grupo Portucel Soporcel), com 119 754 hectares de floresta certificada, numa participação relativa de cerca de 65% do total. Observando a figura é possível constatar que a área de floresta certificada dominante corresponde a plantações florestais, nomeadamente de área de eucalipto em cerca de 115 000 hectares, a restante área corresponde a montado de sobreiro e áreas certificadas de pequenos proprietários. O decréscimo que se pode observar ocorrido entre 2010 e 2011 corresponde à suspensão dos certificados do Grupo de Gestão Florestal FLOPEN, em 25 de Julho, com uma área certificada de cerca de 368 hectares, e da ALTRI Floresta S.A., em 1 de Agosto de 2011, num total de cerca de 82 815 hectares. A suspensão do certificado FSC foi levada a cabo pela entidade certificadora *Soil Association*, no decorrer de uma participação feita pela Quercus ao FSC Internacional devido a incumprimentos respeitantes ao impacte ambiental das plantações de eucalipto na erosão do solo, afectação de espécies florestais protegidas e falta de compartimentação das monoculturas de eucalipto.

Actualmente o FSC Portugal tem atribuídos 70 certificados da cadeia de custódia, mas o total acumulado até Agosto de 2011 situa-se nos 101 certificados (Figura 4.6). De acordo com a Figura 4.6 é possível observar um crescimento constante desde a implementação do referencial FSC em Portugal. O período 2003-2005 é particularmente relevante porque a iniciativa FSC portuguesa ainda não tinha iniciado actividades e no entanto, este referencial de certificação já possuía reconhecimento internacional suficiente para levar as empresas portuguesas das fileiras da pasta e papel, cortiça, e madeira e mobiliário a adoptar esta política de aquisição de matéria-prima florestal proveniente de gestão florestal responsável, de modo a tornarem-se mais competitivas no estrangeiro e com melhor imagem perante os seus consumidores. A partir de 2006, e com a implementação da iniciativa FSC

em Portugal houve um crescimento do número de certificados atribuídos, à excepção de 2007. Os anos de 2010 e 2011 foram de maior expansão da marca FSC nas empresas portuguesas com 32 e 27 certificados de cadeia de custódia atribuídos, respectivamente. A fileira da madeira e mobiliário em termos do número de empresas a adquirir produtos provenientes da gestão florestal FSC, com 41 certificados atribuídos até Agosto de 2011 de forma acumulada.

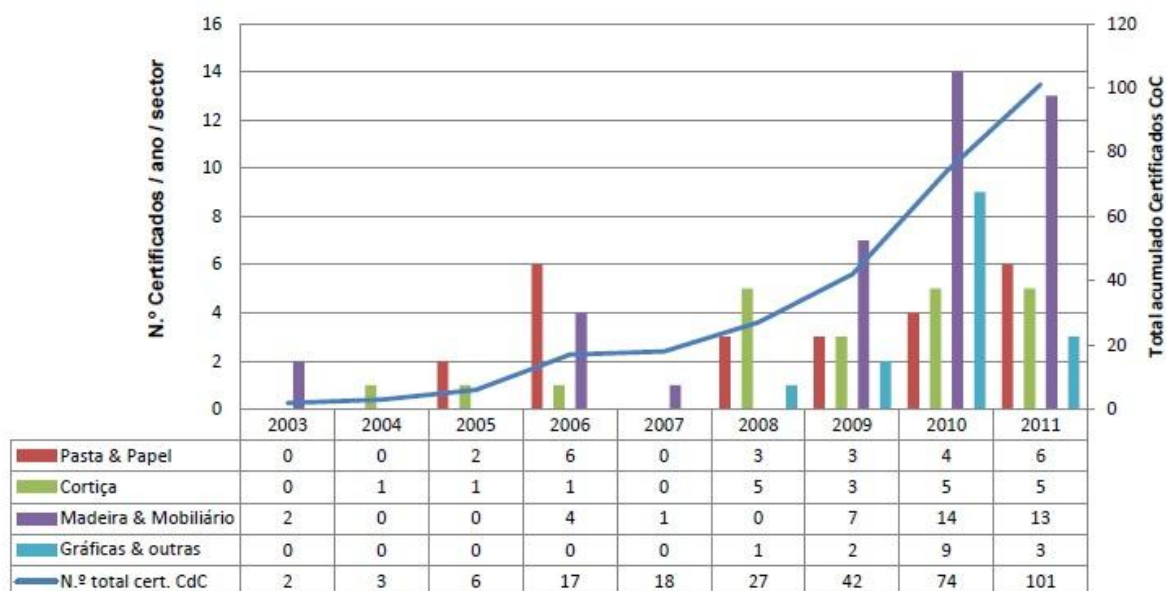


Figura 4.6 - Evolução anual e acumulada do número de certificados de cadeia de custódia FSC em Portugal.

(Fonte: AGFR, Fenafloresta e Forestis, 2011).

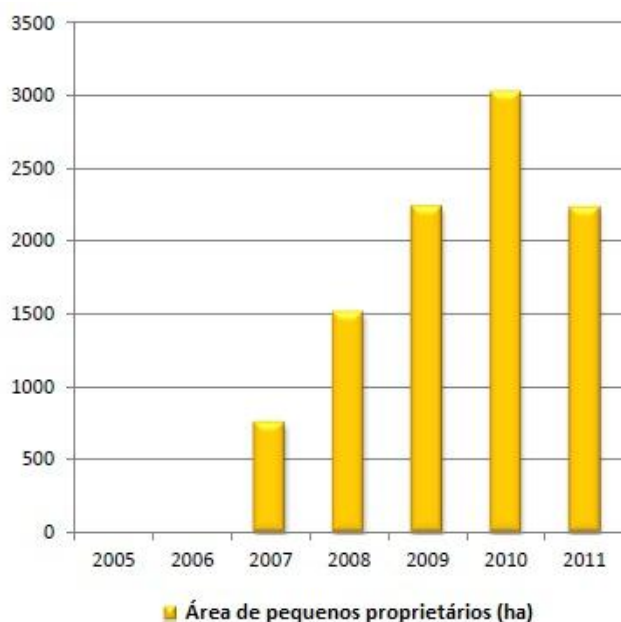


Figura 4.7 - Evolução da área certificada por pequenos proprietários em Portugal através do referencial FSC.

(Fonte: AGFR, Fenafloresta e Forestis, 2011).

A Figura 4.7 representa a evolução da área certificada por pequenos proprietários em Portugal através do referencial FSC. Esta forma particular de certificação já estava prevista pelo FSC como foi discutido no segundo capítulo, e integra-se nas modalidades de certificação em grupo e através do programa SLIMF, específico do FSC. Como é possível observar pelos dados, a área certificada

através destas opções específicas para pequenos proprietários e/ou associações de proprietários florestais, cresceu no período 2007-2010 até cerca de 3 000 hectares de área total certificada mas sofreu um decréscimo em 2011, principalmente devido à suspensão do certificado do Grupo de Gestão Florestal FLOPEN, situando-se actualmente em 2 228 hectares de área total certificada e representando deste modo cerca de 1,2% da área total certificada pelo FSC em Portugal.

De um modo geral, é possível afirmar que a expressão do referencial FSC em Portugal tem vindo a crescer ao longo dos anos, desde o início das suas actividades. No entanto, também é possível constatar que este tipo de instrumentos, principalmente a certificação da gestão florestal sustentável é procurada pela indústria de maneira a obter maior competitividade nos mercados internacionais e melhorar a sua imagem perante os consumidores. Deste modo, casos como a suspensão do certificado de gestão florestal da ALTRI Florestal S.A. têm grande expressão no desempenho geral da certificação das áreas florestais em Portugal. Caso o mesmo sucedesse com o certificado das áreas detidas pela Aliança Florestal (grupo Portucel Soporcel), a área total certificada pelo FSC em Portugal sofreria uma redução até 65 504 hectares, o que representaria apenas cerca de 24% da área certificada máxima atingida em 2010. Este pressuposto também serve para observar que a iniciativa dos proprietários florestais não industriais encontra-se em valores muito baixos, considerando que os mesmos detêm 85% da floresta portuguesa, com valores da ordem dos 1,2% de área certificada em relação ao total. Em relação à área florestal total portuguesa a certificação da gestão florestal FSC representa cerca de 5%.

4.4.2. Norma Portuguesa NP 4406

A informação disponível acerca das datas e acontecimentos envolvidos na origem da norma portuguesa em uso actualmente pelos proprietários e gestores florestais é escassa e dispersa. No entanto, é possível rastrear a sua origem até Junho de 1998, na 3ª Conferência Ministerial para a Protecção das Florestas na Europa, realizada em Lisboa, e onde o governo português adoptou politicamente os “Critérios e Indicadores de Gestão Florestal Sustentável”, resultantes da Resolução L2 (Europe, 1998a). Deste modo, e através da Direcção-Geral das Florestas (DGF), foi elaborado o documento com a interpretação destes critérios e indicadores aplicados à unidade de gestão característica de Portugal (DGF, 1999), baseado no Anexo I da mesma resolução “Critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável” (Europe, 1998b). O objectivo deste documento baseou-se na constituição de um guião para os gestores florestais, e a participação das partes interessadas na discussão e elaboração do documento criaria as condições para a sua aplicação e validação.

Apesar da elaboração e disponibilização deste documento, não existia uma norma que satisfizesse integralmente os requisitos e exigências de um sistema de gestão florestal sustentável, e que garantisse o cumprimento dos critérios pan-europeus adoptados na Conferência de Lisboa. Como tal, surgiu a necessidade de elaboração de uma norma portuguesa para a gestão florestal sustentável, para estabelecer os requisitos e procedimentos naturais de um sistema de gestão estruturado de maneira a ser auditado.

Para este efeito foi criada pela antiga DGF (actual AFN), no seio do Instituto Português da Qualidade (IPQ), a Comissão Técnica de Normalização 145 - Gestão Florestal Sustentável, com o objectivo de elaborar a norma portuguesa para a gestão florestal sustentável num regime de participação pública e voluntária.

A “Norma Portuguesa NP 4406:2003 - Sistemas de gestão florestal sustentável. Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável.” (NP4406) foi aprovada em Fevereiro de 2002 e publicada a 1 de Abril de 2003 pelo IPQ. De acordo com a mesma, esta norma e as suas revisões posteriores - NP 4406:2005 e NP 4406:2009 têm por base os critérios pan-europeus e as linhas pan-europeias ao nível operacional para a gestão florestal sustentável, adoptados no processo das Conferências Ministeriais para a Protecção das Florestas na Europa e as melhores práticas definidas pelas iniciativas internacionais existentes. A norma tem também como base os referenciais de certificação da gestão da qualidade ISO 9001:2008 e da gestão do ambiente ISO 14001:2004. Estas normas da qualidade e do ambiente traduzem a aplicação de sistemas de gestão que, como o sistema de gestão florestal sustentável descrito na norma, baseiam-se no Ciclo da Qualidade Total de Deming (PLAN - DO - CHECK - ACT, i.e. Planeamento - Operacionalização - Verificação - Actuação/Revisão), representado na Figura 4.8, e que constituem uma abordagem simples e sistemática que permitirá a compatibilidade com normas internacionais de sistemas de gestão.

A NP4406 é aplicável à unidade de gestão para a qual se pretenda:

- implementar, manter e melhorar um sistema de gestão florestal sustentável;
- demonstrar, perante terceiros, a sua conformidade perante a política florestal interna definida;
- obter a certificação do seu sistema de gestão florestal sustentável por uma entidade externa.

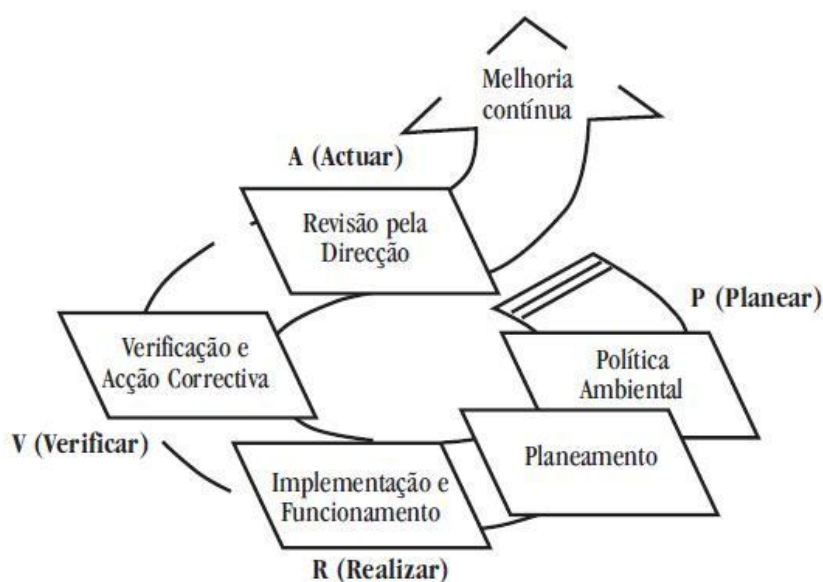


Figura 4.8 - Ciclo da qualidade total de Deming. (Fonte: Dashofer, 2011).

A unidade gestão florestal é definida com um conjunto de explorações florestais ou uma exploração individual, e a sua aplicação dependerá ainda da natureza e complexidade jurídica do responsável

pela unidade de gestão florestal, e da escala a que se estabelece a aplicação do sistema de gestão florestal.

A norma está dividida de acordo com a seguinte estrutura:

1. Objectivo e campo de aplicação;
2. Referências normativas;
3. Termos e definições;
4. Requisitos do sistema de gestão florestal sustentável, que devem ser respeitados por qualquer Responsável pela unidade de gestão florestal;
5. Anexo A que tem a correspondência da Norma com os esquemas PEFC e FSC;
6. Anexo B que define os critérios e indicadores de gestão florestal sustentável, assim como os requisitos para o planeamento da gestão florestal sustentável;
7. Anexo C que define as especificações para a aplicação dos requisitos do sistema de gestão florestal sustentável ao nível regional, de grupo e individual.

No âmbito da NP4406 foi ainda criado como complemento o “Código de Boas Práticas para uma Gestão Florestal Sustentável”, organizado de acordo com 15 temas determinantes nas opções de gestão florestal e elaborado de maneira a que os proprietários e/ou gestores florestais possam abordar de forma prática e sistematizada os requisitos e exigências da implementação de um sistema de gestão florestal sustentável nas suas matas (CAP, 2004). No entanto e de acordo com o mesmo, a utilização deste guia deve levar em consideração o seu carácter genérico que se deve à necessidade de ser aplicável aos diversos sistemas de produção florestal e de não se pretender mais do que proporcionar aos responsáveis pela gestão florestal um quadro de análise que integre preocupações de carácter técnico, ambiental e social que ajude na tomada de decisões coerentes.

A NP4406 integra um guia de interpretação dos requisitos da mesma, focando essencialmente os anexos B e C, e estabelecendo orientações para serem seguidas pelos auditores da entidade acreditadora nacional, o Instituto Português de Acreditação (IPAC), entidades de certificação acreditadas e candidatos à certificação da gestão florestal sustentável

Actualmente a Norma Portuguesa NP 4406:2009 encontra-se em revisão com objectivo de integrar os critérios de gestão florestal sustentável adoptados pelo PEFC para o período 2010-2015.

4.4.3. PEFC Portugal

De acordo com CFFP, 2011a, foi constituído em 2001 o Conselho da Fileira Florestal Portuguesa (CFFP), uma associação sem fins lucrativos e que reúne as entidades com interesses directos e indirectos na actividade florestal portuguesa, com o objectivo de promover a gestão florestal sustentável, funcionar como corpo directivo nacional e instituir o quadro de referência para a supervisão, controlo e revisão do PEFC Portugal, bem como as acções necessárias à sua divulgação e aplicação. A actividade do CFFP é financiada através da quotização dos seus membros

associados, de taxas de notificação e do plano de formação PEFC. Os membros associados ao CFFP são as seguintes entidades:

- ✓ CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal;
- ✓ FORESTIS - Associação Florestal de Portugal;
- ✓ UNAC - União da Floresta Mediterrânica;
- ✓ CELPA - Associação da Indústria Papeleira;
- ✓ SONAE Indústria;
- ✓ RAIZ - Instituto de Investigação da Floresta e Papel;
- ✓ Universidade de Évora;
- ✓ UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O *PEFC Council* reconheceu e endossou o sistema de certificação florestal português a 5 de Dezembro de 2004 por um período de 5 anos. A estrutura, objectivos, normas e procedimentos para a certificação PEFC em Portugal encontram-se estabelecidos no Referencial Técnico PEFC Portugal, que se encontra em aplicação desde esse ano. Este documento foi submetido a um pormenorizado processo de revisão de conformidade com os critérios internacionais do PEFC, em 2003 pela *BM TRADA Consulting* para o endosso da norma portuguesa, e novamente em 2008 pela *FORM International* para renovação após 5 anos de funcionamento. Para além deste referencial técnico o PEFC Portugal baseia as suas actividades nos seguintes documentos aplicáveis à certificação PEFC:

- Norma Portuguesa NP 4406:2009 - Sistemas de gestão florestal sustentável. Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável;
- Guia para aplicação da Norma Portuguesa NP 4406:2009;
- Norma Internacional para a certificação da cadeia de responsabilidade “*Chain of Custody of Forest Based Products - Requirements - PEFC ST 2002:2010*”;
- Norma Internacional para utilização do logotipo PEFC “*PEFC Logo Usage Rules - PEFC ST 2001:2008*”;
- Norma “*DT CFFP N3 - Requisitos para a Qualificação de Auditores PEFC*”;
- Guia para o Reconhecimento de Cursos de Formação Específica PEFC.

Como é possível observar, apenas a gestão florestal sustentável possui uma norma nacional, ou seja, quer a certificação da cadeia de responsabilidade quer as regras de utilização do logotipo do PEFC são baseadas no documento original, existindo apenas traduções não oficiais destes documentos.

Organização	Opção de certificação	Número de aderentes	Data da concessão	Área Certificada
Aliança Florestal (grupo Portucel Soporcel)	Individual	1	2009	119 754
ALTRI Florestal, S.A.	Individual	1	2005	81 624
AFN - Direcção Regional Florestal Centro	Grupo	4	2009	2 187
APAS Floresta	Grupo	2	2010	2 272,6
Associação para a Certificação Florestal do Tâmega	Regional	33	2010	442,11
Associação para a Certificação Florestal do Baixo Vouga	Regional	64	2010	550

Quadro 4.5 - Certificados PEFC atribuídos à gestão florestal sustentável em Portugal. (Fonte: CFFP, 2011b.)

Até ao momento foram atribuídos 6 certificados para a gestão florestal sustentável PEFC num total cerca de 206 830 hectares. Como é possível observar no Quadro 4.5 e tal como sucede para o caso da certificação FSC em Portugal, a área certificada pelos proprietários privados industriais representa cerca de 97% da área total certificada segundo a NP 4406 e o referencial PEFC. A área certificada de num regime de certificação regional pertence às áreas florestais detidas pelas Associações para a Certificação Florestal do Tâmega e do Baixo Vouga, com 442,11 e 550 hectares certificados respectivamente. A Direcção Regional Florestal Centro da AFN e a APAS Floresta, com 2 187 e 2 272,6 hectares de área certificada optaram pela certificação de grupo. A evolução anual destes valores traduz-se em 81 624 hectares de floresta certificada em 2005, seguido de um período de 4 anos onde não houve nenhuma concessão de certificação da gestão florestal sustentável pelo PEFC, após o qual foram certificados 121 941 hectares em 2009 (as áreas detidas pela Aliança Florestal representam 98% do total deste ano) e 3 264,71 em 2010. Como é possível observar, só em 2010 é que foram atribuídos certificados PEFC a um total de 97 proprietários privados não industriais, o que representa uma fraca representação e consequente impacte da certificação florestal PEFC em Portugal até à data. Em 2011 e até ao momento não foram atribuídos quaisquer certificados PEFC para a gestão florestal sustentável. Em relação à cadeia de responsabilidade o PEFC atribuiu no período 2005-2011 um total de 29 certificados.

5. Conclusão

Pese embora o facto de existirem mais opções na escolha de instrumentos de política sectorial que governem a floresta com o objectivo da protecção do ambiente, da promoção da gestão florestal sustentável e da justiça social, a certificação florestal tornou-se nestes 20 anos uma opção voluntária válida, competitiva e orientada para o mercado, sendo assim uma escolha de excelência para proprietários e gestores florestais.

Esta dissertação mostrou que a certificação florestal é dotada de todos os elementos que provam a sua legitimidade, eficiência e independência na criação de uma rede de governança que obrigue a implementação e manutenção de níveis de qualidade desejáveis nos processos e serviços que a definem, no envolvimento activo de todas as partes interessadas na tomada de decisão e consequentemente na ligação entre o conhecimento científico e os processos e instrumentos políticos.

Afirma-se também que os esquemas de certificação internacionais actualmente em actividade encontram-se em franca expansão, sendo a sua evolução anual sempre positiva, como se pode verificar nos dados fornecidos. Estes esquemas estão também em constante mutação, baseando-se não apenas numa capacidade de resposta mas estando dotados de uma vasta capacidade preventiva, adaptando-se à realidade mundial ao fornecer oportunidades de mercado não só às grandes indústrias mas também aos pequenos proprietários florestais e aos proprietários cuja intensidade das operações de exploração é reduzida. É também possível constatar que a oportunidade de uma imagem positiva e responsável no mercado e na óptica do consumidor é procurada por um número cada vez maior de empresas, ao verificar a evolução da atribuição de certificados de cadeia de custódia. É expectável que os esquemas de certificação FSC e PEFC continuem a crescer ao longo os próximos anos não só devido à evolução verificada até ao momento mas também devido à crescente emergência de uma necessidade de se transitar para uma economia verde, dada a crise internacional verificada nos últimos anos. Com o contínuo crescimento e sucesso dos esquemas de certificação é preciso lutar por manter a legitimidade e transparência dos mesmos com avaliações independentes rigorosas, de maneira a que a confiança nestes instrumentos não seja abalada e de modo a impedir o surgimento e proliferação de esquemas de certificação florestal duvidosos de interesse único, e que promovam uma gestão florestal irresponsável mas obtendo o mesmo benefício junto dos consumidores no mercado que os esquemas de certificação confiáveis.

Comparativamente a outros instrumentos políticos ficou provado que o carácter de adesão voluntária à certificação florestal por parte dos proprietários apresenta-se como uma escolha interessante e com legitimidade democrática, quando relacionado com a legislação vinculada ao Estado e de cumprimento obrigatório. Por ser baseada no mercado, a certificação florestal poderá ser também utilizada em conjunto com incentivos financeiros, como a isenção de impostos e subsídios, de forma a gerar maior rendimento através do suplemento de preço associado aos produtos e serviços florestais

certificados, resultando num aumento do rendimento e do valor das exportações na balança comercial.

Em Portugal é necessário continuar a promover e incentivar este tipo de instrumentos de governança florestal porque neles poderá estar a solução para a resolução dos problemas da floresta portuguesa. É preciso criar valor nos produtos florestais portugueses de maneira a torná-los mais competitivos nos mercados internacionais e, acima de tudo, é essencial promover uma gestão florestal sustentável e responsável. Dada a dimensão e distribuição da típica propriedade rústica portuguesa, é fundamental promover o associativismo e a formação dos proprietários em relação a este tipo de instrumentos. O facto de ser um instrumento voluntário é positivo de certa forma mas, por outro lado, para o atingir, os proprietários poderão ter de atravessar diversas barreiras de conhecimento deste tipo de informação e, como tal, cabe aos corpos directivos nacionais dos esquemas de certificação florestal o aumento da eficiência na distribuição da informação, e na sensibilização dos proprietários e gestores florestais para levarem a cabo uma gestão sustentável e responsável das suas florestas. De acordo com os dados obtidos para a área florestal certificada é possível verificar também que os objectivos previstos na ENF estão longe de serem concretizados, tendo em conta que em 2 anos será necessário certificar cerca de 250 000 hectares de floresta. Num país como Portugal é expectável que ocorra uma expansão da certificação nos próximos 10 anos, com o aumento de processos específicos de certificação para pequenos proprietários. De maneira a diluir o impacte da suspensão dos certificados da indústria como aconteceu no caso da ALTRI Florestal S.A. este ano é imperativo focar a evolução da área certificada junto deste tipo proprietários florestais.

Concluindo, propõe-se ainda a promoção do desenvolvimento de investigação neste e noutros tipos de instrumentos políticos que, voluntários ou obrigatórios introduzam valor na gestão e no produto, criem emprego e, acima de tudo, promovam uma gestão florestal sustentável e responsável, dotando deste modo a floresta portuguesa de uma maior capacidade de resiliência contra os diversos agentes que a afectam.

6. Referências bibliográficas

AFN (2010).

«Apresentação do relatório final». *Inventário Florestal Nacional*. 5ª Revisão. 2005-2006. Lisboa, Portugal: Direcção Nacional de Gestão Florestal - Autoridade Florestal Nacional. 14 pp.

AFN (2011).

Observatório para as fileiras florestais. (Junho); [s.l.]: Direcção Nacional das Fileiras Florestais - Autoridade Florestal Nacional. 54 pp.

AGFR (FSC Portugal) [s.d.] (2011a).

«História». *FSC Portugal*. Disponível em <http://www.pt.fsc.org/historia_pt.html>, consultado a 20 de Outubro de 2011.

AGFR (FSC Portugal) [s.d.] (2011b).

«Membros Associados». *FSC Portugal*. Disponível em <http://www.pt.fsc.org/membros_associados.html>, consultado a 20 de Outubro de 2011.

AGFR (FSC Portugal); FENAFLORESTA; FORESTIS (Associação Florestal Entre Douro e Vouga) (2011).

«Certification of Smallholders in Portugal: a reality?». in, *Certification of Smallholders in Portugal*, 3rd Annual Meeting of FSC Network of European Smallholders. Galicia, España: FSC Forest Stewardship Council, A.C. 32 pp.

AGUILAR, Francisco X.; VLOSKY, Richard P. (2007).

«Consumer willingness to pay price premiums for environmentally certified wood products in the U.S.». *Forest Policy and Economics*. Volume 9, 8 (Maio); pp. 1100-1112.

CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal) (2004).

«Código de Boas Práticas para uma Gestão Florestal Sustentável». *Documento complementar da Norma Portuguesa NP 4406:2003*. Lisboa, Portugal - Confederação dos Agricultores de Portugal. 42 pp.

CASHORE, Benjamin; AULD, Graeme; NEWSOM, Deanna (2003).

«Forest certification (eco-labeling) programs and their policy-making authority: explaining divergence among North American and European case studies». *Forest Policy and Economics*. Volume 5, 3 (Setembro); pp. 225-247.

CFFP (PEFC Portugal) [s.d.] (2011a).

«Quem somos». *PEFC PT*. Disponível em <<http://www.pefc.pt/about/quemsomos>>, consultado a 20 de Outubro de 2011.

CFFP (PEFC Portugal) [s.d.] (2011b).

«Documentos Normativos». *Notícias & Recursos: R.T. PEFC Portugal*. Disponível em <<http://www.pefc.pt/noticias-a-recursos/rt/rt>>, consultado a 20 de Outubro de 2011.

COELHO, Inocêncio Seita (2003).

«Propriedade da Terra e Política Florestal em Portugal». *Silva Lusitana*. 11, 2; pp. 185-199.

COSTA, José C. Carvalho (2000).

Fafe e a alternativa florestal: a floresta, um instrumento de revitalização dos espaços rurais marginais. Dissertação de mestrado em geografia. Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 282 pp.

CUBBAGE, Frederick; RICHTER, Daniel; THOMPSON, Michael; MOORE, Susan; JUDSON, Edeburn; CHESTNUTT, Michael; COX, Joseph; BOYETTE, Warren (2003).

«Forest certification costs and benefits: the experience of the Southern Center for Sustainable Forests», in, *Proceedings, 2002 Society of American Foresters Annual Convention*. Bethesda, MD: Society of American Foresters; pp. 236-242.

DASHOFER [s.d.] (2011).

«Norma Portuguesa NP 4406:2003». *Ferramentas para a Gestão Ambiental: Análise sectorial*. Disponível em <<http://gestao-ambiental.dashofer.pt/?s=modulos&v=capitulo&c=8940&st=floresta>>, consultado a 24 de Outubro de 2011.

DECRETO-LEI nº 39/76 “D.R. Série I” 15 (76-01-19) pp. 89-91.

DECRETO-LEI nº 33/96 “D.R. Série I-A” 87 (96-04-12) pp. 824-827.

DESPACHO nº 11 470/2010 “D.R. 2ª Série” 135 (2010-07-14) pp. 37 886.

DGF (1999).

Critérios e Indicadores de Gestão Florestal Sustentável ao Nível da Unidade de Gestão. Versão #2 (Dezembro). [s.l.]: Direcção-Geral das Florestas. 32 pp.

DGRF (CT145) (2003).

Norma Portuguesa NP 4406:2003 - Sistemas de gestão florestal sustentável. Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável. (Abril); Caparica, Portugal: Instituto Português da Qualidade;

DGRF (2006).

Estratégia Nacional para as Florestas. Lisboa, Portugal: DGRF. 189 pp.

ELLIOT, Chris (2000).

Forest certification: a policy perspective. Bogor, Indonesia: CIFOR (Center for International Forestry Research); 310 pp.

ELLIOT, Chris; SCHLAEPFER, Rodolphe (2001).

«Understanding forest certification using the Advocacy Coalition Framework». *Forest Policy and Economics*. Volume 2, 3-4 (Julho); pp. 257-266.

EUROPE (The Signatory States and the European Community) (1998a).

«Pan-European Criteria, Indicators and Operational Level Guidelines for Sustainable Forest Management». in, Resolution L2, 3rd Ministerial Conference on the Protection of Forests in Europe. 2-4 Junho. Lisboa, Portugal: [s.n.]. 3 pp.

EUROPE (The Signatory States and the European Community) (1998b).

«Pan-European Criteria, Indicators and Operational Level Guidelines for Sustainable Forest Management». in, Annex 1 of the Resolution L2, 3rd Ministerial Conference on the Protection of Forests in Europe. 2-4 Junho. Lisboa, Portugal: [s.n.]. 14 pp.

FAO (1995).

«Forest Resources Assessment 1990 - Global Synthesis». *FAO Forestry Paper 124*. Rome, Italy. 104 pp.

FSC (1996).

FSC INTERNATIONAL STANDARD - FSC Principles and Criteria for Forest Stewardship. Version 4-0. Bonn, Germany: Forest Stewardship Council A.C. 13 pp.

FSC (2007).

Strengthening Forest Conservation, Communities and Markets: The Global Strategy of the Forest Stewardship Council. Bonn, Germany: Forest Stewardship Council A.C. 20 pp.

FSC (2009a).

Forest Stewardship Council A.C. By-laws. 6th Revision. Oaxaca, Mexico: Forest Stewardship Council A.C. 19 pp.

FSC (2009b).

Statutes. 4th Revision. Oaxaca, Mexico: Forest Stewardship Council A.C. 15 pp.

FSC (2010)

Approved Forest Stewardship Standards. (Julho); Oaxaca, Mexico: Forest Stewardship Council A.C. 2 pp.

FSC [s.d.] (2011a).

«History of FSC». Disponível em <<http://www.fsc.org/history.html>>, consultado a 3 de Outubro de 2011.

FSC [s.d.] (2011b).

«Become a member». Disponível em <<http://www.fsc.org/membership.html>>, consultado a 4 de Outubro de 2011.

FSC [s.d.] (2011c).

«FSC A.C. Member List». Disponível em <<http://info.fsc.org/publicmembersearch>>, consultado a 6 de Outubro de 2011.

FSC [s.d.] (2011d).

«FSC Controlled Wood». Disponível em <<http://www.fsc.org/cw.html>>, consultado a 12 de Outubro de 2011.

FSC [s.d.] (2011e).

«5 steps towards FSC certification». Disponível em <<http://www.fsc.org/5-steps-certification.html>>, consultado a 8 de Outubro de 2011.

FSC [s.d.] (2011f).

«Small and Low Intensity Managed Forests (SLIMFs)». Disponível em <<http://www.fsc.org/slimf.html>>, consultado a 12 de Outubro.

FSC (2011g).

Global FSC Certificates: type and distribution. (Agosto); Bonn, Germany: Forest Stewardship Council A.C. 20 pp.

GFA (WWF/World Bank Global Forest Alliance) (2006).

«A Framework for Assessing Credible Forest Certification Systems / Schemes». *Forest Certification Assessment Guide*. (Julho). Washington, DC: WWF/World Bank Global Forest Alliance. 64 pp.

ISA (Instituto Superior de Agronomia) (2006).

Report for cost E42 from Portugal. Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Agronomia; 4 pp.

ISO (2004a).

ISO/IEC Guide 2 - Standardization and related activities - General vocabulary. 8th Edition. Geneva, Switzerland: ISO/IEC; 60 pp.

ISO (2004b).

ISO/IEC 17 011 - Conformity assessment - General requirement for accreditation bodies accrediting conformity assessment bodies. 1st Edition. Geneva, Switzerland: ISO/IEC; 21 pp.

ISO (2011).

ISO/IEC 17 021 - Conformity assessment - Requirements for bodies providing audit and certification of management systems. 2nd Edition. Geneva, Switzerland: ISO/IEC; 44 pp.

MAGUIRE, Rowena (2010).

The international regulation of sustainable forest management: doctrinal concepts, governing institutions and implementation. PhD thesis. [s.l.]: Queensland University of Technology. 316 pp.

MAYERS, James; BASS, Stephen (2004).

Policy That Works for Forests and People: Real Prospects for Governance and Livelihoods. London, United Kingdom: Earthscan - International Institute for Environment and Development. 319 pp.

MCDERMOTT, Constance L.; CASHORE, Benjamin; KANOWSKI, Peter (2010).

Global Environmental Forest Policies: An International Comparison. London, United Kingdom: Earthscan - International Institute for Environment and Development. 372 pp.

MEIDINGER, Errol (2010).

«Forest certification and democracy». *European Journal of Forest Research*. 130; pp. 407-419.

MENDES, Américo M. S. Carvalho (2004).

«Portugal: the forest policy process since 1996», in, David Humphreys (ed.), *Forests for the Future: National Forest Programmes in Europe. Country and Regional Reports from COST Action E19*. Luxembourg: Office for the Official Publications of the European Communities. pp. 231-252.

NEWSOM, Deanna; HEWITT, Daphne (2005).

The Global Impacts of SmartWood Certification. [s.l]: Rainforest Alliance; 39 pp.

NUSSBAUM, Ruth; JENNINGS, Stephen; GARFORTH, Michael (2002).

Assessing forest certification schemes: a practical guide. Oxford, United Kingdom: Department for International Development, Forestry Research Program. 60 pp.

NUSSBAUM, Ruth; SIMULA, Markko (2005).

The Forest Certification Handbook. London, United Kingdom: Earthscan - International Institute for Environment and Development. 300 pp.

OVERDEVEST, Christine; RICKENBACH, Mark G. (2006).

«Forest certification and institutional governance: An empirical study of Forest Stewardship Council certificate holders in the United States». *Forest Policy and Economics*. Volume 9, 1 (Novembro); pp. 93-102.

PEFC (2008).

PEFC Guide 1001 - Structure of the PEFC technical documentation - general requirements. 1. Geneve, Switzerland: PEFC Council. 6 pp.

PEFC (2009).

PEFC Council Statutes. Geneva, Switzerland: PEFC Council. 7 pp.

PEFC [s.d.] (2011a).

«History». *About PEFC: Who we are*. Disponível em <<http://www.pefc.org/about-pefc/who-we-are/history>>, consultado a 13 de Outubro de 2011.

PEFC [s.d.] (2011b).

«National Members». *About PEFC: Membership*. Disponível em <<http://www.pefc.org/index.php/about-pefc/membership/national-members?view=pefcnationalmembers>>, consultado a 13 de Outubro de 2011.

PEFC [s.d.] (2011c).

«International Stakeholders». *About PEFC: Membership*. Disponível em <<http://www.pefc.org/about-pefc/membership/international-stakeholders>>, consultado a 13 de Outubro de 2011.

PEFC [s.d.] (2011d).

«Extraordinary Members» *About PEFC: Membership*. Disponível em <<http://www.pefc.org/about-pefc/membership/extraordinary-members>>, consultado a 13 de Outubro de 2011.

PEFC [s.d.] (2011e).

«PEFC International Standards». *Standards: Technical Documentation*. Disponível em <<http://www.pefc.org/standards/technical-documentation/pefc-international-standards-2010>>, consultado a 13 de Outubro de 2011.

PEFC [s.d.] (2011f).

«PEFC Guides». *Standards: Technical Documentation*. Disponível em <<http://www.pefc.org/standards/technical-documentation/pefc-guides-2010>>, consultado a 13 de Outubro de 2011.

PEFC [s.d.] (2011g).

«International Endorsement». *Standards*. Disponível em <<http://www.pefc.org/standards/endorsement-mutual-recognition>>, consultado a 12 de Outubro de 2011.

PEFC (2011h).

PEFC Global Certification: Forest Management & Chain of Custody. (Agosto); Geneve, Switzerland: PEFC International. 15 pp.

PEFC [s.d.] (2011i).

«Statistical figures on PEFC certification». *PEFC Council Information Register*. Disponível em <<http://register.pefc.cz/statistics.asp>>, consultado a 31 de Outubro de 2011.

PERERA, Priyan; VLOSKY, Richard P. (2006).

A History of Forest Certification. Louisiana Forest Products Development Center Working Paper #71; Baton Rouge, LA: Louisiana State University; 14 pp.

PORTUGAL (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas) [s.d.] (2011).

«Fundo Florestal Permanente aprova apoios à certificação florestal». Arquivo Histórico - XVIII Governo Constitucional. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Governo/Ministerios/MADRP/Notas/Pages/20110527_MADRP_Com_Certificacao_Florestal.aspx>, consultado a 26 de Outubro de 2011.

PRADÈRE, Alexandre (1989).

French furniture makers: the art of the ébéniste from Louis XIV to the Revolution. London, United Kingdom: Sotheby's Publications; 442 pp.

RAMETSTEINER, Ewald (2002).

«The role of governments in forest certification - a normative analysis based on new institutional economic theories». *Forest Policy and Economics*. Volume 4, 3 (Julho); pp. 163-173.

SCHLYTER, Peter; STJERNQUIST, Ingrid; BÄCKSTRAND, Karin (2009).

«Not seeing the forest for the trees? The environmental effectiveness of forest certification in Sweden». *Forest Policy and Economics*. Volume 11, 5-6 (Outubro); pp. 375-382.

SCBC (Sierra Club BC) [s.d.] (2011).

«Forest Stewardship Council». *Forests & Wilderness: Solutions that work*. Disponível em <<http://www.sierraclub.bc.ca/forests-and-wilderness/Solutions-That-Work/Forest-Stewardship-Council>>, consultado a 14 de Outubro de 2011.

TIMBERSOURCE (Timbersource LIMITED) [s.d.] (2011).

«PEFC». *Environment*. Disponível em <<http://www.timbersource.co.uk/environment/pefc/>>, consultado a 14 de Outubro de 2011.

WALTER, Martin (2008).

Analysis of the FSC and PEFC Systems for Forest Management Certification using the Forest Certification Assessment Guide (FCAG). (Agosto). [s.l.]: [s.n.]. 49 pp.